



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, da **Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 302, de 2014 – SF**, realizada em 10 de junho de 2014, às 10 horas e 19 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** e com a presença dos Senadores: **Aníbal Diniz, José Pimentel, Antônio Carlos Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Ciro Nogueira e Gim**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Valdir Raupp, João Alberto Souza e Cyro Miranda**. Presente, também, o Senador não-membro **Eduardo Suplicy**. Na oportunidade, houve a oitiva do Sr. Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito bom dia a todos. Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por força do Requerimento nº 302/2014.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras. No transcorrer do depoimento, serão obedecidas às seguintes regras: o depoente terá 20 minutos, com tempo flexível, oferecidos pela Mesa, para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos as fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do depoente, ou 10 minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

A palavra será concedida aos Srs. Parlamentares na ordem de inscrição, com preferência o Relator, o Presidente, o autor do Requerimento, Senador Humberto Costa, os membros titulares, suplentes e não membros.

Os Líderes poderão intervir a qualquer momento, mas não inquirir o depoente.

Convido o Sr. Paulo Roberto Costa a tomar assento à Mesa. (*Pausa.*)

Passo a palavra para a sua exposição preliminar ao Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Bom dia a todos e a todas, V. Ex^{as}, Senadores aqui presentes, vou iniciar a minha fala com um pequeno histórico da minha vida na Petrobras.

Sou engenheiro mecânico, formado pela Universidade Federal do Paraná, desde 1976. Ingressei na Petrobras, através de concurso público, no dia 1º de fevereiro de 1977.

Na Petrobras, a minha primeira atividade foi participar de um curso de especialização na área de petróleo, que foi o curso de Engenharia de Instalações no Mar.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Dessa maneira, iniciei a minha atividade profissional no Espírito Santo, que era responsável pela atividade da Bacia de Campos. A Bacia de Campos, até hoje, é a área de maior produção da Petrobras no Brasil. O pré-sal ainda não ultrapassou a produção da Bacia de Campos; vai ultrapassar um dia, mas não ultrapassou.

Cheguei em Macaé – a nossa base era Vitória, depois a Petrobras mudou para Macaé –, a Petrobras tinha uma plataforma de produção, que era no campo de Enchova – o Posto Enchova I –, produzindo 10 mil barris de petróleo por dia.

Tive, junto com as equipes que trabalharam comigo nesse período, a satisfação e a oportunidade de ver a Bacia de Campos passar de 10 mil barris e, quando saí, no início de 1995, a Bacia de Campos produzia 500 mil barris.

Então, eu participei, junto com todos os empregados da Petrobras nesse período, crescendo a produção de 10 mil para 500 mil barris. E, nos últimos cinco anos em que fiquei em Macaé, do ano 1990 a 1995, final de 1994, início de 1995, eu fui o gerente, o superintendente, gerente-geral de produção da Bacia de Campos, um cargo extremamente importante naquela época e hoje continua sendo muito importante. Depois, fui, em 1995, designado para ser o gerente-geral de exploração e produção, responsável pelas Bacias de Santos e Pelotas.

A Bacia de Santos é onde hoje existe o pré-sal. Nessa época não tinha a Petrobras tecnologia para produzir no pré-sal, não tinha tecnologia para furar dois mil metros de sal; então, nós furamos vários poços, mas em lâminas de água rasa e não tivemos o sucesso exploratório que só veio a ter com o pré-sal no ano de 2006.

Em 1996, retornei ao Rio de Janeiro para ser o gerente-geral de logística da área de exploração e produção; de 1997 a 1999, fui designado para ser gerente de gás da área de abastecimento da companhia, de que anos depois vim a ser diretor. Então, eu já trabalhava nessa área de abastecimento na parte de gás natural. De 1999 a 2000, fui Diretor da Petrobras Gás – Gaspetro; de 2001 a 2003, fui gerente-geral de logística da unidade de gás natural. Então, trabalhei na Petrobras na área de exploração e produção e, depois, na área de gás natural.

De abril de 2003 a maio de 2004, fui Diretor Superintendente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil, que é o gasoduto que traz o gás natural da Bolívia para o Brasil. Em 14 de maio de 2004, fui nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia Diretor de Abastecimento. E aí participei, então, de várias atividades da Petrobras, como Diretor de Abastecimento, e destaco aí todo o trabalho que foi feito para ampliação de refino, as refinarias existentes, todo o trabalho que foi feito para melhoria da qualidade dos derivados. Hoje o Brasil tem *diesel* S-10; naquele tempo não tínhamos esse *diesel*. O diesel melhor que nós tínhamos era 2000ppm de enxofre, chamado S 2000. E a gasolina também, todo trabalho foi feito nas refinarias para melhorar a gasolina, que antigamente tinha 1000ppm de enxofre e hoje tem 50ppm de enxofre.

Além disso, começamos aí duas unidades de refino, que foi a Refinaria Abreu e Lima e o Comperj, no Rio de Janeiro, depois de mais de 30 anos sem a Petrobras fazer refinaria. A última refinaria que a Petrobras pôs em operação foi em 1980, em São José dos Campos, a Refinaria Henrique Lage; depois disso, não colocou



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

mais nenhuma refinaria. O mercado foi crescendo, principalmente a partir do ano 2000, e isso resultou, então, na necessidade de novos investimentos na área de refino, que depois na frente a gente pode detalhar.

Fui conselheiro de várias empresas, como a Petrobras Energia, conselheiro da Transportadora Associada de Gás, conselheiro das empresas do Comperj, e uma série de outros conselhos aqui de que eu participei, da Refinaria Abreu e Lima, da Refinaria Alberto Pasqualini, uma série de outros conselhos de que participei nesse tempo de Petrobras; da Braskem, que é a associação que a Petrobras tem com o Grupo Odebrecht, que criou a maior empresa petroquímica do Brasil, uma das grandes do mundo. E me aposentei em fevereiro, melhor dizendo, em abril, saí da Petrobras em abril de 2012, me aposentei em fevereiro de 2012; então, já estava aposentado quando saí da Companhia e, em seguida, criei uma consultoria que se chama Costa Global, para continuar a minha atividade, já que, quando se sai da Petrobras, o salário seu é reduzido praticamente a 20% do salário da ativa. E eu precisei, então, de imediato, criar uma consultoria, começar a trabalhar para manter o meu padrão de vida e, dessa maneira, criei essa consultoria.

Acho que diretores e presidentes de Petrobras deveriam ter o que se chama nas grandes empresas no mundo todo a tal da quarentena, ou seja, quando se sai de uma companhia dessa, ficar cerca de seis meses a um ano na sua casa, sem fazer nada, porque você tem informações importantes da companhia. Mas, infelizmente, a Petrobras nunca entendeu que isso fosse necessário, e a Petrobras não tem. Então, eu tive que, com a minha saída da Petrobras, começar, de imediato, uma atividade de consultoria na área que eu conheço, já que foram 35 anos de companhia, que era a área de consultoria na área de petróleo, gás, biocombustível, infraestrutura, etc, etc.

Então, Sr. Presidente, esse é um breve relato da minha participação dentro da companhia. E também quero, neste primeiro momento, colocar que, como todos sabem, eu fiquei retirado do convívio social por 59 dias e não tive, nesse tempo, oportunidade de colocar nenhuma posição minha, e foram veiculadas dezenas de fatos na imprensa de um modo geral de situações extremamente irreais, situações que eu repudio veementemente, de que a Petrobras era uma casa de negócios, que existia uma organização criminosa dentro da Petrobras. Eu repudio isso de forma muito forte. A Petrobras é uma empresa extremamente séria, extremamente competente. A Petrobras tem níveis de aprovação de projetos, níveis de aprovação de gastos... não é um diretor, não é um presidente que tem competência de fazer o que ele quer fazer. E eu fiquei esse tempo todo recluso e muita coisa foi dita de forma antiética, de forma sem provas, e eu quero colocar aqui, neste primeiro momento, que repudio com muita veemência que a Petrobras é uma empresa que era uma organização criminosa, que tinha, vamos dizer, uma outra pessoa que fazia lavagem de dinheiro; foi-me dito várias vezes, pela imprensa, que eu tinha participação nesse negócio, o que eu repudio também veementemente. E digo a vocês que a Petrobras não é nada disso que está se falando, e eu, com certeza, depois, vou ter condições de aprimorar e de aprofundar esses casos.

Mas eu queria deixar aqui essa veemência da minha posição de que alguns veículos de comunicação colocaram alguns dados sem fundamento, sem direito



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

nenhum de eu colocar uma contraposição, e isso, praticamente pôs uma pedra em cima da minha carreira dentro da Petrobras. Eu tenho uma carreira, eu fui ser Diretor da Petrobras depois de 27 anos de casa, eu não caí de paraquedas para chegar a uma diretoria da Petrobras, eu fui diretoria da Petrobras por competência técnica. O Conselho de Administração, quando aprovou o meu nome, sabia do meu passado, e realmente conseguiram, nesse período de tempo aqui, colocar a minha figura, dentro do cenário nacional, da minha família, numa posição extremamente delicada, sem fundamentos – repito aqui –, e dessa maneira me sinto muito constrangido com isso tudo que está acontecendo.

E, com certeza, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós vamos conseguir explicar isso tudo e ver que isso não tem fundamento nenhum, mas realmente, para mim, foi muito ruim, porque 35 anos de Petrobras não se joga na lata do lixo como jogaram. E isso me feriu profundamente e me entristeceu muito, porque eu tenho uma família e eu tenho um nome a zelar, e 35 anos não se faz dessa maneira.

Eu fiquei oito anos na diretoria. Nenhum diretor de uma companhia como a Petrobras fica oito anos se ele não zelar pela companhia, se ele não for capaz tecnicamente, se ele não for capaz emocionalmente, se ele não for capaz eticamente. É impossível ficar oito anos em uma diretoria, e eu fiquei oito anos na diretoria da Petrobras.

Então, dessa maneira, eu queria só fazer essa pequena colocação e estou à disposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra, na forma regimental, ao Senador José Pimentel, Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, senhor depoente, para facilitar, vou passar para o senhor as perguntas que vou formular para que V. S^a não tenha a necessidade de anotá-las.

As nossas perguntas, Sr. Presidente, vamos distribuir por blocos, para facilitar os trabalhos da Comissão.

O primeiro bloco diz respeito às estratégias de internacionalização da Petrobras.

Sr. depoente, V. S^a já nos informou de que tomou posse na Petrobras em 1977, que passou a ocupar o cargo de alto nível, chegando a diretor da empresa em 2004. E aí eu pergunto: desde quando a Petrobras buscava adquirir refinarias do exterior? Quais razões levaram a Petrobras a tomar essa decisão?

Em 2001, a Petrobras promoveu a troca de ativos com a Repsol, visando o controle da refinaria de Bahía Blanca, na Argentina. Essa operação teria dado prejuízo de US\$2,5 bilhões à Petrobras. O termo está ajuizado, pendente de julgamento de recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça. A compra da Repsol fez parte da estratégia de internacionalização da Petrobras? Por que a troca de ativos foi judicializada?

O primeiro bloco são essas duas perguntas, Sr. Presidente.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Bom, eu preciso também, agora, neste momento, aqui, esclarecer como é que a Petrobras funciona em termos de organização. A Petrobras tem quatro diretorias, que são diretorias de áreas-fim. Quais são as diretorias de áreas-fim da companhia, não só a Petrobras como companhia de petróleo no mundo como um todo?

A primeira área é a área de exploração e produção. Essas áreas de exploração e produção têm todo o trabalho de geologia, levantamento sísmico, perfuração de poços. E esses poços, quando com sucesso, se tornam poços produtores. Coloca-se lá uma unidade de produção, seja em terra, seja no mar, para produzir esse petróleo, esse gás. Então, essa área chama-se área de E&P, exploração e produção.

A segunda área-fim da Petrobras é área de abastecimento, da qual eu fui diretor por oito anos. A área de abastecimento é responsável pelo refino desse petróleo, produção dos derivados, venda desses derivados para as companhias distribuidoras.

Também, dentro da área de abastecimento, tinha a área petroquímica; a área de fertilizantes, que depois passou para a área de gás natural, mas era dentro da área de abastecimento; e a área de logística, de um modo geral, para transporte de petróleo e derivados no Brasil e no exterior.

Uma terceira área-fim da Petrobras é a área de gás e energia, responsável pelos gasodutos, responsável pela produção e venda desse gás para as companhias locais de distribuição de gás – aqui no Brasil, é dessa maneira –, responsável também pela geração de energia elétrica.

E uma quarta área, que é a área internacional da Petrobras. Então, essas são as áreas-fim. A Petrobras tem áreas de suporte. Até três anos atrás, nós tínhamos duas áreas de suporte. Há uns três anos, foi criada uma terceira área, que é a diretoria administrativa, que não existia dentro da Petrobras. Então, as áreas de suporte seriam a área financeira e a área de serviços.

Muito bem. Então, vamos dizer, os assuntos referentes à área internacional eram conduzidos diretamente pela diretoria da área internacional. Então, esta primeira pergunta aqui – detalhamento de compra de refinaria, como é que se promoveu essa troca de ativos –, eu tenho muito pouca informação a dar. Primeiro, em 2001 eu não estava na diretoria. Então, eu não participava da diretoria em 2001. Em 2001, eu estava trabalhando na área de logística de gás natural, como eu mencionei anteriormente. Então, minha participação nessa troca de ativos foi nenhuma. Eu não tinha participação. Mesmo depois que eu vim a ser diretor, em 2004, os assuntos relativos à área internacional eram conduzidos pela área internacional, não eram conduzidos por mim, nem pela diretoria de gás e energia, nem pela diretoria de exploração e produção. Então, cada área tinha autonomia na condução do seu negócio.

Dentro desse conceito, a área internacional, então, trabalhava e tinha essa atuação destacada nesse processo. Nós não participávamos. A participação da diretoria da Petrobras, que é uma diretoria colegiada – hoje é composta por um presidente e sete diretores –, quando um negócio desses era feito, a aprovação final competia à diretoria



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

executiva. Então, tinha que ser aprovado pelo seu presidente e pelos diretores todos. Quando existe aquisição de companhias, venda de companhias ou fusões de ativos, esses assuntos extrapolam a competência da diretoria executiva. Eles são aprovados pelo conselho de administração.

Então, por exemplo, dessa primeira pergunta, de 2001, esse assunto foi conduzido pela área internacional da companhia e foi aprovado pelo conselho de administração da época.

Isso ainda em 2001, na época do governo Fernando Henrique Cardoso. Toda essa troca de ativos foi feita no governo Fernando Henrique Cardoso.

A minha participação, como mencionei, foi nenhuma, porque eu não estava na diretoria nesse período. Então, eu não tenho como dar maiores informações, porque eu não tenho essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o próximo bloco é sobre a compra da refinaria de Pasadena.

Embora o nobre depoente já tenha explicitado uma série de questões aqui, mesmo assim, eu vou fazê-las, como forma de subsidiar o nosso relatório.

Qual foi a participação do senhor, na condição de diretor de abastecimento da Petrobras, nas negociações para a compra dos 50% iniciais na refinaria de Pasadena e da comercializadora em 2006?

Essa já foi respondida, Sr. Presidente.

Em 2 de fevereiro de 2006, a diretoria executiva da Petrobras aprovou a aquisição dos 50% iniciais. Houve discussão sobre as cláusulas Opção de Compra e Marlim? O senhor sabia dessas cláusulas?

A próxima pergunta.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Eu posso concluir?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Deixe-me fazer o bloco, porque elas se complementam e permite ao senhor...

Em resposta ao Jornal *O Estado de São Paulo*, em 13 de março de 2014, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República afirmou que o resumo executivo apresentado pelo Diretor Internacional, na reunião do conselho de administração, ocorrida em 3 de fevereiro de 2006 – abre aspas – "era técnica e juridicamente falha, pois omitia qualquer referência às cláusulas Marlim e de Opção de Saída, que integravam o contrato, que, se conhecidas, seguramente, não seriam aprovadas pelo conselho." – fecha aspas.

O senhor acredita que, se o resumo executivo contivesse as cláusulas Marlim e Opção de Saída, a compra de Pasadena seria rejeitada?

Aqui eu quero registrar que o diretor da área internacional já esteve presente e já nos deu uma série de subsídios.

O senhor integrava o comitê de proprietários na refinaria de Pasadena? Quais eram as atribuições e a composição desse comitê? Quantas vezes ele se reuniu e quais foram as decisões? Como as descobertas do pré-sal e a crise internacional



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

afetaram a estratégia de internacionalização da Petrobras? A compra de Pasadena foi afetada por essas descobertas e pela crise? Na opinião do senhor, a compra da refinaria de Pasadena foi um bom negócio?

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É esse, Sr. Presidente, o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nós vamos colocar aqui ponto a ponto.

A primeira pergunta em relação à participação minha na condição de diretor de abastecimento nas negociações da compra dos 50% iniciais da refinaria e da comercializadora *trading*.

A minha participação na negociação da compra da refinaria de Pasadena foi nenhuma, porque a condução desse negócio foi feita pela área internacional e o próprio Diretor Nestor Cerveró colocou aqui, pelo que eu li nos jornais, a respeito desse assunto, como também o ex-Presidente Gabrielli, de que a minha participação foi nenhuma nessa negociação.

Eu indiquei pessoas, porque a área internacional precisava de técnicos para a operação da refinaria, como também para a operação da comercializadora, que é a parte de *trading*. Então, foram indicados técnicos da minha área e esses técnicos saíram da diretoria de abastecimento e foram para a diretoria da área internacional para conduzir essa atividade de operação. Agora, a parte de negociação não foi participação minha.

Quando eu vim a participar desse assunto? Quando esse assunto foi levado para a diretoria. Quando foi levado para a diretoria, é óbvio que a diretoria da área internacional levou esse documento e nós discutimos, na diretoria. Achemos, naquele momento da diretoria, que era um bom negócio para a companhia, naquele momento, e isso foi encaminhado para o conselho de administração.

Por que era um bom negócio comprar a refinaria, nos Estados Unidos, naquele momento? Vou citar aqui alguns pontos que esclarecem esse item.

Primeiro, a Petrobras estava exportando crescentemente quantidades maiores de petróleo. Não é bom exportar petróleo; é bom exportar derivados. Não é bom exportar minério de ferro; é bom exportar chapa de aço, é bom exportar tubo, é bom exportar material manufaturado. Não é bom exportar caixa de laranja; é bom exportar suco de laranja; agregar valor ao produto e exportar bens manufaturados.

Então, exportar petróleo não é o melhor dos mundos, não. O melhor dos mundos para a Petrobras é exportar derivados de petróleo.

Como a Petrobras estava, então, com uma crescente produção e exportação de petróleo, ter uma refinaria nos Estados Unidos, que na época era e ainda continua sendo um dos maiores mercados do mundo de derivados, era extremamente positivo para a Petrobras. E a Petrobras mandaria petróleo dela, petróleo cru, para os



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Estados Unidos, refinar nessa refinaria e vender o produto refinado lá. Isso agrega muito valor. Então, naquele momento, era um bom negócio.

Agora, as margens de refino mudam com o tempo. Há anos em que há margem de refino boa, há anos em que há margem de refino ruim, mas isso vale para a Petrobras como vale para qualquer indústria de petróleo do mundo. Eu sempre mencionava o seguinte: por que tem que fazer refinaria? "Ah, vamos investir só na área de exploração e produção, que pode ter um prêmio muito grande. Há um risco muito grande, mas pode haver um prêmio muito grande". Na área de refino, se investe e, às vezes, não tem, vamos dizer, uma tarifa adequada ao longo de muitos anos. Ano ganha, ano perde. Mas, senhores e senhoras, ninguém coloca petróleo cru na indústria, ninguém coloca petróleo cru no avião, ninguém coloca petróleo cru nos carros. Então, tem que haver refinaria. E ter refinaria é algo muito importante, muito estratégico. O País está agora fazendo duas refinarias e tem outros projetos de outras refinarias, porque depender de derivado de petróleo é um risco muito grande.

Poucos países dependem de derivado de petróleo. Há muitos países que dependem de petróleo. Por exemplo – vou dar alguns exemplos aqui para vocês terem conhecimento: os Estados Unidos são autossuficientes em petróleo; a Europa, de um modo geral, é autossuficiente em petróleo, em derivados de petróleo, em refino; o Japão não produz nenhuma gota de petróleo, mas é autossuficiente na produção de derivados, porque ele sabe que é muito mais fácil comprar o petróleo cru do que comprar derivados. E o Brasil estava indo numa sequência bastante complexa, porque estava dependendo muito, como até hoje depende, da importação de derivados. Então, naquele momento, foi um negócio interessante.

Em 2 de junho, a Diretoria Executiva aprovou a aquisição dos 50% iniciais. Houve a discussão sobre as cláusulas Put Option e Marlim? O senhor sabia dessas cláusulas? Não sabia, não houve discussão. Nesse momento não foi... O Diretor Nestor já colocou aqui na CPI, eu já vi também a declaração dele. Não foram colocadas, na reunião de diretoria, nem na reunião do conselho, essas cláusulas. Do meu ponto de vista também concordo com o que o Diretor Nestor Cerveró falou. Independente dessas cláusulas Put Option e Marlim, eu acredito que, naquele momento, para a Petrobras foi um bom negócio.

Put Option é uma cláusula normal em grandes contratos de associação no mundo inteiro. Pode se fazer uma pesquisa, no mundo inteiro, de contratos de associação, que se chama de *merger*, e vai se chegar à conclusão de que essa é uma cláusula padrão de contrato. E a cláusula Marlim? Era para a Petrobras fornecer o petróleo dela para refinar na refinaria de Pasadena. Então, podia ser que aquele petróleo, num determinado momento, não fosse o petróleo mais atrativo para a refinaria. Então, era uma cláusula que dava uma proteção para a Astra, mas era uma cláusula importante para nós, porque nós íamos colocar petróleo nosso lá dentro dessa refinaria. Então, na minha visão, independente das cláusulas, eu acho que foi um negócio bom para a Petrobras.

Em resposta ao jornal *O Estado de S. Paulo*... Comunicação... Presidente da Diretoria Executiva, ocorrido em 3 de fevereiro de 2006, era técnico e falho. Eu não



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

considero que seja falho. Eu já coloquei a minha posição aqui. Eu acho que não era por causa dessas cláusulas que a Petrobras deixaria de fazer o negócio, porque no negócio, naquele momento, nessa atividade que a Petrobras fez para compra de Pasadena, o grande objetivo era colocar petróleo brasileiro nos Estados Unidos, agregar valor a esse petróleo e vender derivados no maior mercado consumidor do mundo. Esse era o objetivo.

O senhor integrava o comitê de proprietários? Sim, dentro da negociação que foi feita da compra da refinaria, como era 50% Astra, 50% Petrobras, foi definido que a Petrobras teria três diretores, lá nos Estados Unidos, dentro da refinaria, e a Astra teria três diretores. Nisso a compra já tinha sido feita. Não há mais negociação de preço, não há mais nada. Foi previsto no contrato o seguinte: haveria um comitê de proprietários, com pessoas da Astra, com pessoas da Petrobras, e esse comitê de proprietários, no caso de que uma decisão operacional da refinaria não fosse consenso entre as partes, os três diretores de um lado e os três diretores do outro, faria uma decisão soberana sobre essa decisão.

E eu participava desse comitê. E a posição final era da Petrobras.

Eu participei, possivelmente, de umas duas ou três reuniões de fonoconferência, apoiado por advogados da área internacional da Petrobras, lá no Rio de Janeiro, com o pessoal da Astra, nos Estados Unidos. Eram posições relativas à parte operacional da refinaria. Então, esse foi o meu papel.

Eu não tive nenhum papel na compra da refinaria e também não tive depois nenhum papel na aquisição dos 50% restantes, quando a Petrobras negociou isso com a Astra.

Como as descobertas do pré-sal e a crise internacional afetaram a estratégia de internacionalização da Petrobras? A Petrobras, ela atuou fortemente na área internacional. Tivemos, então, participação em vários países daqui, da América Latina, principalmente na América do Sul. Tivemos refinarias na Bolívia, refinarias na Argentina, distribuição no Uruguai, distribuição no Peru, distribuição na Bolívia. Uma série de atividades da área internacional foram desenvolvidas. Uma atividade muito forte na área de exploração e produção na África, onde a Petrobras participou com outras empresas na área de produção, principalmente na Nigéria. Então, a Petrobras ampliou muito a atividade internacional.

Com a descoberta do pré-sal, houve uma reavaliação, principalmente em relação à parte orçamentária, onde a Petrobras deveria atuar mais: se era investir aqui no pré-sal ou se era continuando o investimento na área internacional.

É óbvio que orçamento tem limite, não é algo sem limite. Então, nesse momento, foi discutido na Diretoria da Petrobras que era interessante e muito bom para a Petrobras naquele momento que ela alocasse maiores recursos para o pré-sal, porque pré-sal é uma área gigante e o pré-sal está aqui, no Brasil, o pré-sal é dos brasileiros e a Petrobras tem uma participação extremamente significativa na área do pré-sal.

Então, houve realmente um redirecionamento de orçamento da área internacional para investimento na área de exploração e produção.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

A compra de Pasadena foi afetada pela descoberta e pela crise? Não. Já tinha comprado. Não teve, não teve... Em nenhum momento isso afetou a compra, porque já tinha sido feita.

Agora, a crise do setor, a parte de refino, como eu mencionei já anteriormente, tem horas que o refino tem margem grande, tem horas que o refino tem margem pequena, mas isso é normal no mundo inteiro. E, repito, ninguém coloca petróleo cru em lugar nenhum. Petróleo cru tem que ser refinado.

Na opinião do senhor, a compra da refinaria de Pasadena foi um bom negócio? No momento em que foi feita a compra, foi um bom negócio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a importância da RNEST e a relação com a PDVSA.

Qual a relevância da Refinaria Abreu e Lima para o abastecimento de derivados de petróleo no Brasil?

A RNEST é um bom negócio para a Petrobras?

Por que a Petrobras escolheu Pernambuco como localização?

O Governo do Estado de Pernambuco se comprometeu com obras de infraestrutura no entorno da refinaria?

Por que a Petrobras concordou em arcar com parte das obras do Porto de Suape?

Por que a Petrobras decidiu implantar a refinaria em parceria com a PDVSA?

Quais os critérios avaliados na escolha da petroleira venezuelana?

Qual o impacto da entrada da PDVSA no projeto de refinaria de Abreu e Lima?

A Revista *Época* (23/02/2014) e o jornal *O Estado de S.Paulo* (24/03/2014 e 2/04/2014) noticiaram que a não participação da PDVSA no projeto acarretaria prejuízo à Petrobras. Isso é verdade? Quais prejuízos seriam esses?

É isso, Sr. Presidente. Este bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dr. Paulo Roberto, com a palavra.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Obrigado.

A primeira pergunta: Qual a relevância da Refinaria Abreu e Lima para o abastecimento de derivados de petróleo no Brasil?

A RNEST é um bom negócio para a Petrobras?

Como mencionei anteriormente, a última refinaria que a Petrobras colocou em operação foi em 1980, em São José dos Campos. De lá para cá já vão 1980, 1990, 2000, 34 anos. Há 34 anos a Petrobras não coloca uma refinaria nova no Brasil.

E por que não colocou? Pode ser colocada essa pergunta. A Petrobras, primeira coisa que ela fez foi ampliar as refinarias existentes. É muito mais barato se ampliar uma refinaria existente do que fazer uma refinaria nova. Óbvio.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Então, o que ela fez? Ela ampliou todas as refinarias. As refinarias que foram como essa, de 1980...

Em 1980, com essa refinaria de São José dos Campos, a Petrobras tinha uma capacidade de refino de 1,3 milhão de barris por dia. Não entrou RNEST ainda em operação, nem Comperj, nem nada, e hoje a Petrobras está refinando entre 2 milhões e 2,1 milhões de barris por dia. Então, toda a possibilidade de ampliar refinarias existentes foi feita. Muitas vezes, me perguntavam isto quando eu era diretor da Petrobras: por que não ampliavam as existentes em vez de fazer uma nova? Foi feito. A Petrobras fez, tanto que hoje está refinando entre 2 milhões e 2,1 milhões de barris por dia.

Só que, no mercado brasileiro, principalmente a partir do ano 2003 – isso são dados estatísticos –, o consumo de derivados começou a crescer no Brasil. Durante os anos de 1990 até o ano 2000, que se diz foi uma década perdida, o consumo de derivados de petróleo estava estagnado no Brasil e, a partir de 2003, começou a crescer. Em 2009, pela primeira vez, ocorreu um fato extremamente interessante no País. Todos devem lembrar que o PIB do Brasil em 2009 foi um "pibão", de 7,5%. E os derivados de petróleo, em média, cresceram, neste ano, 10%. O consumo de gasolina e de diesel foi 15% superior em relação ao ano anterior. Ter, nos derivados de petróleo, um crescimento de 15% é algo assim extraordinário, extremamente grande. O que significa isso? Que a Petrobras, a partir desses anos, começou a ter mais necessidade de importação de derivados de petróleo. Importação de derivado de petróleo – já mencionei anteriormente – não é um negócio bom, porque pode ter no mercado internacional ou não. Isso pode fragilizar o País. Lembro que a nossa matriz de transporte aqui é predominantemente rodoviário, com uso de óleo diesel. Então, nós temos uma importação muito grande disso.

A Refinaria Abreu e Lima era uma refinaria necessária? Era. E não só ela. A Petrobras e o País precisam fazer novas refinarias, porque o mercado continua crescendo. Nesse ano, como eu falei, houve um descolamento do chamado coeficiente de elasticidade. O que é coeficiente de elasticidade? Compara-se o PIB com o crescimento do consumo de derivados. Normalmente, o que acontecia? Se o PIB crescia 3%, 4%, o derivado crescia 2%, 3%. A partir de 2009, isso mudou. O PIB está sendo muito diferente do crescimento do consumo de derivados. O que significa isso? Maior necessidade de importação de derivados, maior risco para o País, e a necessidade, então, de novas refinarias. Era necessário fazer a RNEST? Era. Era um bom negócio para a Petrobras? Sim, porque a Petrobras ia refinar mais no Brasil, usando petróleo brasileiro, em vez de trazer derivados de petróleo. Então, este é um conceito que tem de ter sempre: refinar no Brasil é melhor que importar derivados.

Segunda pergunta: por que a Petrobras escolheu Pernambuco para a equalização? Se nós olharmos o mapa do Brasil, a refinaria maior que a Petrobras tem no Nordeste é a Refinaria Landulpho Alves na Bahia. Saindo da Bahia, não há mais nada de refino. Você tem uma pequena unidade no Ceará, que produz mais lubrificantes naftênicos, que é a chamada LUBNOR. Muito mais recentemente, foi feita uma pequena unidade de refino, que é a Refinaria Clara Camarão, que só atende à demanda



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

do Rio Grande do Norte. Depois, não tem mais nada. E tem uma pequena refinaria em Manaus.

Então, existe um vazio, existe um vácuo de refino da Bahia para cima. Não tem nada de refino. Como a Petrobras continua suprindo o Nordeste de derivados? Através de cabotagem, ou seja, produtos que são produzidos, principalmente, na Refinaria Duque de Caxias no Rio de Janeiro são colocados em navios, que levam esses derivados de petróleo, ou seja, gasolina, diesel, GLP, óleo combustível, o que quer que seja, ou através de importação. Então, o Nordeste e o Norte brasileiros são totalmente carentes de unidades de refino, o que não é bom, porque os custos de logística aumentam muito. Então, precisava-se ter uma nova refinaria no Nordeste. Primeiro ponto.

Segundo ponto, só pode haver uma refinaria de porte grande onde tiver porto. Se não houver porto, não dá para fazer uma refinaria, porque precisam entrar navios que necessitam de calados de 15m, de 20m, levando quantidades de petróleo que podem chegar de 1 milhão a 2 milhões de barris num navio.

Se não houver porto, não dá para fazer refinaria.

Onde há porto no Nordeste com calado suficiente para entrarem navios dessa capacidade que eu mencionei? Apenas em três lugares, apenas em três lugares: em Pernambuco, Porto de Suape; no Ceará, Porto de Pecém; e Itaquí, no Maranhão. Só! Não existem outros lugares. Na época fui questionado, por muito tempo, pelo Rio Grande do Norte por que não havia uma refinaria de grande porte no Rio Grande do Norte. Porque não há porto, e sem porto não dá para fazer uma refinaria. É isso, muito simples.

Segundo ponto. Onde é melhor colocar uma refinaria? Onde há maior mercado consumidor de derivados. Então, a Petrobras fez uma análise. Em relação a isso tudo que eu falei, há relatórios dentro da Petrobras. Se a Comissão achar conveniente, pode pedir. A Petrobras tem todos os relatórios lá.

Qual é o maior mercado consumidor no Nordeste, depois da Bahia, no consumo de derivados? Pernambuco. Pernambuco tem o maior consumo de derivados no País, depois da Bahia. Então, eu tinha, em Pernambuco, porto e tinha, em Pernambuco, o maior consumo de derivados. É muito mais econômico para qualquer empresa de petróleo transportar petróleo do que derivados. Petróleo eu levo num navio só. Derivados eu tenho que levar, às vezes, em vários navios, em vários tanques diferentes, e isso custa muito mais caro. Então, a escolha de Pernambuco foi baseada nestes dois pontos principais de que eu falei – mas existe um relatório detalhado da Petrobras – e que são: a capacidade portuária e o mercado consumidor.

O Governo do Estado de Pernambuco se comprometeu com obras de infraestrutura em torno da refinaria. Por que a Petrobras concordou em arcar com parte das obras do Porto de Suape? A parte da infraestrutura para uma refinaria, que envolve atividade de porto, que envolve atividades de chegada à refinaria, toda a parte de infraestrutura de chegada à refinaria, o Brasil não tem. Se formos construir uma refinaria – iremos fazê-la em um determinado dia – no Ceará ou no Maranhão, a Petrobras vai ter que fazer uma infraestrutura. Não existe capacidade de infraestrutura em relação a esse ponto.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O que foi feito em relação ao Governo de Pernambuco? A Petrobras fez reuniões e acordou com o Governo de Pernambuco, no caso específico do porto, que faria o investimento, como assim o fez, e esse investimento – existe um contrato com o Governo de Pernambuco, entre a Petrobras e o Governo de Pernambuco – seria resposto à Petrobras pelas tarifas portuárias que seriam pagas ao Porto de Suape ao longo de vários anos. Então, dessa maneira foi feito. A Petrobras investiu esse dinheiro e vai ser compensada – obviamente isso vai ser corrigido ao longo dos anos – por uma redução da tarifa do uso do porto. Então, isso aconteceu em Pernambuco e deve acontecer no Ceará, deve acontecer no Maranhão, porque o Estado, às vezes, não tem condição financeira de arcar com esses custos, e a Petrobras precisa fazer a refinaria. E assim foi feito.

Vou aproveitar essa pergunta em relação à parte da refinaria para dar um exemplo. A Petrobras foi à Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e perguntou à Celpe: "Celpe, eu preciso aqui de tantos megawatts para ser fornecida energia elétrica para a refinaria." A Celpe colocou para a Petrobras: "Eu não tenho condição de te garantir isso todo dia, 365 dias por ano." A Petrobras colocou: "Mas, Celpe, a refinaria não é vaga-lume. Eu tenho que operar a refinaria todo o tempo. A refinaria não para e opera como vaga-lume." Moral da história: a Petrobras teve que investir, dentro da unidade de refino, numa geração de energia elétrica própria, usando coque de petróleo, que é um derivado que produzimos dentro da refinaria, para gerar energia elétrica, porque a Celpe não tem condição de fornecer energia elétrica.

Água. Fomos à companhia de água de Pernambuco: "Precisamos de tantos mil metros cúbicos por minuto, por segundo para a refinaria." A companhia de água falou: "Eu não tenho condição de te dar." Então, a Petrobras teve que investir e também negociou um contrato com a companhia de água de Pernambuco, de modo que as tarifas sejam compensadas. E ela teve que fazer o investimento. Essa é a realidade do Brasil. Se você for aos Estados Unidos, a essa refinaria de Pasadena, por exemplo, todo tratamento de água, tratamento de afluentes, fornecimento de água, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de vapor, são dados por companhias de fora da refinaria.

A Petrobras compra isso, como funcionam os polos petroquímicos no Brasil. No polo de Camaçari, no polo de Capuava, no polo de Triunfo, existe uma central de utilidades que fornece vapor, água, energia elétrica, etc. para todas as fábricas do polo. Isso existe nos Estados Unidos. Isso existe no Brasil. Se a Petrobras quisesse comprar energia elétrica, e a Celpe dissesse que não tem energia elétrica, então, não vou fazer a refinaria nem no Ceará, nem em Pernambuco, nem no Maranhão, nem em lugar nenhum. Então, esse foi o processo. Foi feito um contrato, e a Petrobras é reembolsada pelas tarifas do fornecimento.

Por que a Petrobras decidiu implantar a refinaria em parceria com a PDVSA e quais os critérios avaliados na escolha da petrolífera venezuelana? Bom, eu tenho que voltar aqui um pouco na história, até para ter esse entendimento aqui, Sr. Presidente.

Ano de 2005, houve uma comitiva do Governo brasileiro à Venezuela para estudar vários contratos, acordos comerciais, acordos de cooperação entre Brasil e



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Venezuela. Essa visita foi capitaneada, na época, pela Ministra de Minas e Energia, atual Presidente da República, Dilma Rousseff. Eu fui a esse evento como representante da Petrobras, em fevereiro de 2005. Nesse evento, foi assinado, se não em engano, algo como 17 protocolos de entendimento entre o Governo brasileiro e a PDVSA, entre a Petrobras e a PDVSA.

Nesse momento, vamos lembrar que não havia ainda o pré-sal. As reservas da Petrobras eram Bacia de Campos e não estavam crescendo. A perspectiva era de queda de reservas. Precisamos guardar: não havia pré-sal. E a Venezuela sempre foi um grande país em termos de reservas. Inclusive, recentemente, as reservas da Venezuela ultrapassaram as reservas da Arábia Saudita, que eram as maiores do mundo. Hoje, de acordo com a Agência Internacional de Energia dos Estados Unidos, as maiores reservas do mundo estão na Venezuela.

Então, na saída lá, o que resultou de vários contratos que a gente veio a firmar com a PDVSA, Petrobras/PDVSA? Primeiro, participar a Petrobras, com 40%, e a PDVSA, com 60%, de uma área que é extremamente rica de petróleo, que é a chamada faixa do Rio Orinoco, na Venezuela, de um campo chamado Carabobo, uma área lá que teve até uma batalha famosa na libertação da Venezuela, com Bolívar. Essa área tem muito petróleo, muito petróleo. Então, a Petrobras participaria com 40% do investimento e ficaria com 40% do petróleo. A PDVSA participaria com 60% e ficaria com 60% do petróleo. Então, naquele momento, para a Petrobras era muito importante, porque as nossas reservas estavam em queda. A perspectiva da reserva da Bacia de Campos era de queda.

Em contrapartida, a PDVSA participaria aqui dessa refinaria, onde a Petrobras teria 60% e a PDVSA, 40%. Então, em termos percentuais, um inverso de participação. E a PDVSA mandaria petróleo de lá para cá, desse campo, e a Petrobras ficava com autonomia de mandar petróleo de lá ou usar petróleo Marlim, que é o petróleo pesado nosso aqui.

Então, naquele momento, era um bom negócio, principalmente porque a gente estava tendo acesso a novas reservas de petróleo.

Outro ponto: a PDVSA, em algumas regiões de fronteira no Norte do País, na região de Rondônia e de Roraima, tinha uma rede de postos – não sei se ainda tem, mas tinha uma rede de postos – e fornecia derivados de petróleo com preço extremamente competitivo em relação ao preço da Petrobras, primeiro, porque ela estava muito mais próxima dessa fronteira do que nós aqui, como falei, fornecendo derivado de petróleo ou via Reduc ou via importação de derivados. Então, a PDVSA, nesse momento, era também uma ameaça para a Petrobras na distribuição de derivados na Região Norte do País. Então, nada mais adequado do que trazermos a PDVSA para cá para ser nossa sócia numa refinaria e evitar, vamos dizer, essa fragilidade desse fornecimento de derivado de petróleo no norte do País. Então, isso também era bom.

Outro ponto: a PDVSA também entraria, obviamente, com recursos financeiros aqui para alavancar esse investimento. Tinha tecnologia. A PDVSA é uma grande empresa de petróleo e tinha tecnologia de refino, tinha tecnologia de produção.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Então, tudo isso foi negociado nesse contexto. Então, neste momento, por que se escolheu a PDVSA? Por esses motivos que eu citei.

Qual o impacto da entrada da PDVSA no projeto da refinaria Abreu e Lima? Muito bem. Cada tipo de petróleo tem o que nós chamamos de DNA do petróleo. Há uma série de características físico-químicas do petróleo que se tem que levar em conta quando vai fazer o projeto do petróleo, melhor dizendo, o projeto da refinaria.

Esse Campo de Carabobo, o petróleo que vem de lá tem 8 graus API. O que é 8 graus API? Quanto menor o grau API, mais denso, mais viscoso é esse petróleo, e mais difícil é para transportar e para refinar. Um petróleo leve, que a gente chama aqui árabe leve, por exemplo, tem 40 graus API. Então, é um petróleo com que se produz muita gasolina, muito diesel, enquanto um petróleo desses de 8 graus API, você produz muito óleo combustível, muito coque, produz menos gasolina, menos diesel. Então, é a característica do DNA do petróleo.

O protocolo foi assinado em 2005, e nós tivemos n reuniões, muitas reuniões com o grupo técnico da PDVSA no Brasil e na Venezuela. Eu participei de várias reuniões com esse grupo técnico. O pessoal nosso da área de projeto, do Centro de Pesquisas da Petrobras, que faz o projeto de engenharia básica, participou dessas reuniões. O pessoal da área internacional participou dessas reuniões, porque a atividade toda que seria desenvolvida na Venezuela seria através da área internacional. E tivemos uma dificuldade muito grande de a PDVSA fornecer as características do petróleo, porque esse Campo de Carabobo não estava ainda em produção.

Como, com 8 graus API, não se consegue nem transportar esse petróleo – então, tem que injetar um diluente, alguma coisa na faixa do óleo diesel, para poder, inclusive, bombear esse petróleo e transportar produtos –, a PDVSA montou, em outros campos de petróleo, uma unidade que ela chama de melhorador. O que é esse melhorador? É uma unidade que é uma pré-refinaria: faz só a parte de destilação e de coque; não tem a parte de HDTs, não tem a parte de reforma catalítica, não tem nada disso. É só a parte inicial da refinaria. Com essa parte inicial dessa refinaria, se consegue passar o petróleo de 8 graus API para 16 graus API. Então, é um petróleo que se consegue movimentar melhor e consegue, vamos dizer, refinar melhor esse petróleo.

E a PDVSA, então, nos forneceu o DNA desse petróleo por volta de 2008. Então, lembrar que esse acordo foi assinado em 2005, e nós tivemos, por parte da PDVSA, apenas, a caracterização do tipo de petróleo por volta de 2008. Quando isso... E não foi por falta de cobrança, porque nós cobramos, a Petrobras cobrou da PDVSA isso n vezes.

Quando esse dado chegou para o Centro de Pesquisas da Petrobras, eles verificaram, os técnicos lá verificaram que não dava para ter apenas um trem de refino na refinaria. O que é um trem de refino? Chega-se com o petróleo na refinaria, passa por um sistema para retirada de sal, que se chama dessalgadora... Primeiro, vai para o tanque, vai para a dessalgadora, depois vai para a unidade de destilação, depois vai para a unidade de craqueamento catalítico, depois vai para a unidade de hidrotreatamento. Essas unidades todas nós chamamos de trem de refino. E aí os técnicos do nosso centro de pesquisas chegaram à conclusão de que não dava para refinar o petróleo da



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Venezuela juntamente com o petróleo do Brasil. Por quê? Porque esse petróleo da Venezuela já tinha sofrido um pré-refino. É o que se chama de um petróleo sintético. Então, não dava para misturar esses dois tipos de petróleo.

Moral da história: o projeto da Refinaria Abreu e Lima, em vez de ter um trem de refino, teve que ter dois trens de refino. Para a capacidade de refino que era prevista, de 200 mil barris, inicialmente, poderia ter apenas um trem de refino, mas, com esse dado da PDVSA e a constatação técnica do Centro de Pesquisas da Petrobras, um trem de refino não era suficiente. Então, tivemos que dobrar os trens de refino da Refinaria Abreu e Lima, o que não era a previsão inicial.

Então, isso foi um impacto da entrada da PDVSA no projeto. O primeiro grande impacto foi que tivemos que reavaliar todo o projeto da refinaria Abreu e Lima devido à caracterização do petróleo da Venezuela, que chegou para a Petrobras por volta de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não teria sido vista essa condição diferenciada, da qualidade do petróleo, sintético ou não, antes, no momento das negociações?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, porque o campo de Carabobo não estava em produção. Então, não tinha como se checar e como fazer o DNA do petróleo. Não tinha como fazer isso. Então, só foi possível, como falei, a Petrobras cobrou da PDVSA reiteradas vezes esse DNA, mas ela forneceu por volta do ano 2008 e, aí, teve que se fazer uma adaptação do projeto da Refinaria Abreu e Lima devido à caracterização desse petróleo.

A revista *Época*, o jornal *O Estado de S. Paulo* anunciaram que a não participação da PDVSA no projeto acarretaria prejuízos à Petrobras. Não, não acarretou prejuízos, a não ser esse problema do trem de refino que já mencionei, outro prejuízo não teve porque a Petrobras precisava da refinaria; a PDVSA, na realidade, não aportou o recurso; a Petrobras chegou a criar na época como tinha que ser criada, uma empresa chamada RNEST S/A onde a Petrobras detinha 100% dessa empresa e era prevista a PDVSA ter 40% e a Petrobras 60%. O que aconteceu é que não houve a entrada da PDVSA no projeto, ela nunca colocou nenhum recurso financeiro nesse projeto, o tempo foi passando e, depois, que eu saí da companhia, – vi pela imprensa – a Petrobras extinguiu a RNEST S/A e incorporou a refinaria dentro das outras refinarias que a Petrobras tem no Brasil. Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre os custos da Refinaria Abreu e Lima. O custo da refinaria Abreu e Lima saltou da casa de US\$2,4 bilhões no início para cerca de US\$13,4 bilhões na fase 3. No final, a refinaria terá custado US\$18,5 bilhões.

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 1º de junho de 2014, o senhor afirmou que a Petrobras fez "uma conta de padeiro" para estimar os custos da construção da Refinaria Abreu e Lima. O que explica esse aumento? Quem foi o responsável por essa "conta de padeiro"?



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Após a aprovação do projeto na fase 3, os custos saltaram de US\$13,4 bilhões para US\$18,5 bilhões. Houve erro também nessa estimativa? Como é o processo e as etapas para aprovação de projetos da Petrobras? A RNEST passou por todas essas etapas? Como a RNEST estava subordinada à Diretoria de Abastecimento, o senhor não se considera responsável pela elevação dos custos da refinaria? Esse é o próximo bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – A Petrobras divulgou, por volta de 2005, que essa refinaria custaria US\$2,5 bilhões e, como declarei à *Folha de S.Paulo*, esse dado era um dado extremamente preliminar e a Petrobras errou – repito aqui, não tenho nenhum motivo para não repetir –, errou em divulgar esse número, porque era um número muito preliminar, não podia ter sido divulgado. Esse foi o erro da Petrobras.

Nesse momento em que foi divulgado por ser extremamente preliminar, o que a Petrobras fez? A Petrobras olhou uma refinaria no Golfo do México e pensou: "Bom, uma refinaria lá custa... " A conta que se faz – e aí vem a história da "conta de padeiro" – é o seguinte: "A refinaria custa, vamos fazer uma conta de padeiro aqui que é mais fácil, US\$3 bilhões e é uma refinaria para processar 200 mil barris por dia. Então, quanto custa dólar por barril? US\$15 mil por barril se faz uma refinaria dessas."

Esse foi o dado que a Petrobras colocou. Repito aqui: não deveria ter divulgado porque era um dado muito preliminar. Quando divulgou esse dado de US\$2,5 bilhões, nós não tínhamos ainda o projeto da refinaria, não tínhamos ainda o DNA do petróleo da Venezuela e não tínhamos feito nenhuma licitação. Então, é como se a gente fosse comprar um terreno para fazer uma casa e fosse estimar que aqui em Brasília o custo da construção é R\$15 mil por metro quadrado, então uma casa de 200m² vai custar tanto; Mas eu não tenho projeto, não tenho nada da casa. Então, não houve má-fé da Petrobras, não houve erro técnico, houve um erro de divulgar uma coisa ainda a critério extremamente preliminar.

Esse dado, repito aqui, não se tinha projeto definido porque o projeto só foi definido depois de 2008 quando a PDVSA mandou para nós o DNA do petróleo; as licitações para parte de processo, a licitação de terraplanagem foi feita em 2007.

As licitações para a parte de processo, o primeiro contrato foi assinado em 2009, que foi a casa de força da refinaria. Foi assinado em 2009. Então, como se poderia ter divulgado um dado de 2005, se eu não tinha projeto e não tinha nenhuma licitação feita? Então o erro da Petrobras foi ter divulgado esse dado preliminar. Com esse dado preliminar, a imprensa e as pessoas que não conhecem a área de projeto pensam: "Ah, era para custar 2,5, está custando 18". Não há sobrepreço nisso, não há superfaturamento nisso, não há nada. É que o dado foi divulgado de forma errada, na hora errada, sem uma definição de projeto e sem uma definição das licitações. Esse foi o problema. (*Pausa.*)

A segunda pergunta, sobre a previsão, eu ouvi uma declaração da Presidente Graça Foster, que quando, na fase 3, estava 13,4 bilhões, e agora vai custar



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

18,5 bilhões. Já há dois anos que eu saí da companhia, não tenho mais acompanhamento desse processo, não posso emitir opinião; mas, como ela falou, nessa fase 3 era 13,4, era 13,4. Eu confirmo o que ela falou aqui, não tenho por que não confirmar o que a Presidente Graça falou.

A parte de projeto, a Petrobras faz o que chama de portões de aprovação. Então, a primeira fase, que se chama fase 1, de qualquer projeto – isso não é só a Petrobras que faz, as empresas de petróleo todas fazem – é quando há uma ideia de projeto. "Ah, eu tenho uma ideia de fazer um projeto." Então vamos discutir aqui se isso faz sentido, fazer esse projeto. É a tal da fase 1. Então, vamos dizer, o percentual de erro da fase 1 é muito grande.

Ninguém divulga, não há nenhuma empresa de petróleo que divulga qual é o valor de fase 1, qual é o valor de fase 2. Isso não existe. A Petrobras divulgou erradamente, não existe. Nenhuma empresa, pode pesquisar aí a Shell, Exxon, Chevron, BP, quem quer que seja, ninguém divulga quanto é que vai custar a fase 1, quanto é que vai custar a fase 2. Vai divulgar depois: "Olha, essa refinaria, ou esse campo de petróleo vai custar tanto", mas lá na frente.

A fase 2, quando há mais dados, mais dados concretos para poder desenvolver o projeto, aí já vai havendo definição de número de vasos, número de equipamentos, etc., etc., na fase 2.

A fase 3, quando já vão fazendo as licitações, o projeto está pronto, e vão fazendo as licitações. Então, nessa fase 3, o projeto já estava pronto, e ia fazer as licitações. Agora, se vai passar de 13,4 para 18, eu não tenho como confirmar isso, porque há dois anos estou fora da companhia.

E a fase 4 é a conclusão do projeto, e o projeto está pronto para operar. Então essa metodologia de fases, a Petrobras usa, as empresas de petróleo usam, a Exxon com certeza, a Shell com certeza, a Chevron, todas usam. Mas afirmo aqui: nenhuma empresa de petróleo divulga resultado de fase 1, fase 2, nenhuma empresa de petróleo. E a Petrobras infelizmente divulgou um dado muito preliminar. Aí a tal da "conta de padeiro".

Após a aprovação do projeto na fase 3, os custos saltaram de 13,4 para 18; houve erro na estimativa? Eu não posso comentar isso, porque já há dois anos que saí da companhia, eu não tenho mais detalhe, eu não posso comentar esse assunto.

Como a RNEST está subordinada à Diretoria de Abastecimento, o senhor não considera responsável pela elevação de custos da refinaria? Bom, aqui agora merece um esclarecimento de como a Petrobras, quais são os procedimentos internos da Petrobras em relação a empreendimentos.

Como eu falei anteriormente, a Petrobras tem quatro áreas-fim: exploração e produção, refino, área de gás natural, área internacional. E hoje tem três diretorias de suporte: Diretoria Administrativa, Diretoria de Serviços e Diretoria Financeira. Seja RNEST, Comperj, gasoduto que foi feito lá Urucu, Urucu-Manaus, gasoduto ligando Sudeste a Nordeste, qualquer plataforma que a Petrobras tem, da parte de produção ou navios, FPSOs, que são navios que processam e armazenam óleo, qualquer empreendimento de grande porte não é conduzido pela área-fim, é conduzido



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

pela área de suporte. Isso que eu vou mencionar aqui, pode ir lá à Petrobras, e a Petrobras vai falar exatamente o que eu estou falando aqui.

Então, como é que funcionou esse assunto Abreu e Lima e como é que funciona qualquer navio, qualquer plataforma, qualquer gasoduto, qualquer termelétrica que a Petrobras fez ou fará?

Muito bem. Essa área, que é considerada a área de serviços, tem dentro dela a área de engenharia da Petrobras. Então, Abreu e Lima, como foi feita Abreu e Lima? Eu, Diretor de Abastecimento, era responsável pelo orçamento da refinaria, como orçamento de toda a área de abastecimento. Então, eu tenho que prestar contas para a Diretoria da Petrobras e tenho que prestar contas para o Conselho de Administração do orçamento que o Conselho de Administração aprovou no plano quinquenal da Petrobras.

Chegou à Refinaria Abreu e Lima. Quem fez o projeto básico da refinaria? A Petrobras é compartimentalizada. Então, há uma área da Petrobras que é responsável pelos projetos de engenharia, pelos projetos básicos de engenharia. Essa área é o Centro de Pesquisas da Petrobras. O Cenpes tem uma área específica para projetos. Muito bem.

Com esse projeto em mãos, a área de suporte, que é essa área de serviços, que é a área de engenharia, pega esse projeto em mãos e faz o orçamento básico da Petrobras, que reúne um grupo de técnicos lá, que é coordenado. Cria-se uma comissão, e essa comissão é chefiada por uma pessoa da área de serviços, que determina – vou pegar aqui o exemplo da terraplanagem: para fazer a terraplanagem, eu tenho uma estimativa de que o custo da Petrobras, pelos dados que eu tenho de histórico, de atuação no mercado atual, de uma série de coisas, vai ser de x milhões de reais.

Esse orçamento é guardado num cofre dentro da Petrobras por essa comissão. Então, se o Presidente da Petrobras ou qualquer diretor da Petrobras chegar à comissão e disser "eu quero saber qual foi o orçamento para fazer isso", ninguém vai ter isso. Isso é um sigilo e uma atitude que a Petrobras toma extremamente correta. Muito bem. Esse orçamento é colocado dentro de um cofre, e ninguém sabe quanto custa esse orçamento.

Essa área de serviços faz uma comissão de licitação. Há um coordenador, que é da área de serviços, e normalmente pede técnicos da área fim, que é a área de AIP, que é a área de abastecimento, que é a área de gás e energia etc., que compõem essa equipe de licitação, em que, através do cadastro da Petrobras, essa equipe vai lá, pega as empresas de acordo com o porte, complexidade, capacidade financeira das empresas, e escolhe qual grupo de empresas vai participar desse contrato.

Então, não é o Diretor da Petrobras, como saiu na imprensa recentemente, que teria escolhido empresa A ou empresa B, que é outra inverdade. Não aconteceu isso. Não é o Diretor da Petrobras que define quais empresas vão participar. Existe um cadastro, e, desse cadastro, a comissão vai lá e define quais empresas vão participar.

Muito bem. Vai para a rua isso, é feita a licitação. Com essa licitação, no dia em que é feita a abertura das propostas, todos ficam sabendo o preço de todos. É feita uma abertura pública, e a Petrobras tem o seu orçamento em mãos. Aí, nesse



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

momento, vai-se lá no cofre, pega-se o orçamento e verifica-se: bom, a Petrobras tinha um orçamento para essa obra de R\$500 milhões. A empresa deu, por exemplo, R\$530 milhões, o melhor preço. Nem sempre o melhor preço ganha, porque às vezes a Petrobras não contrata por esse melhor preço; ela vai negociar exaustivamente para reduzir isso.

Então, isso é negociado. Às vezes, o valor é menor. Se o orçamento da Petrobras é R\$500 milhões, a empresa apresenta R\$450 milhões. Aí, a Petrobras quer saber o porquê dos R\$450 milhões, para não dar problema no futuro de dizer que errou alguma coisa, ou isso ou aquilo, para gerar negociações. E essa comissão, então, com o orçamento em mãos, vai negociar com essa empresa.

Não foi, não é o Diretor de Abastecimento, não é o Diretor de AIP, não é o Diretor de Gás e Energia que negocia com as empresas esse ponto que eu acabei de mencionar. É dentro da área de serviços.

Muito bem. Negociou com essa empresa, chegou à conclusão do preço – vamos dizer que ela abaixou o preço –, e chega a R\$510 milhões nesse empreendimento. A comissão acha que é um valor plausível, um valor justo, a margem de erro é relativamente pequena, e fecha o relatório desse assunto.

Fechado o relatório, gera-se um documento do diretor da área de serviços. Não é diretor da área de abastecimento. O diretor da área de serviços gera um relatório que envolve todo o processo licitatório, desde o chamamento das empresas à licitação, às negociações, aos passos das negociações, e o diretor da área de serviços leva isso para ser aprovado na diretoria da Petrobras, que é composta de um presidente e sete diretores.

Então, queria dizer para vocês o seguinte: todos os contratos, todos, sem exceção, acima de R\$30 milhões – e, praticamente, então, são os contratos todos da refinaria – não foram aprovados, nenhum contrato desses foi aprovado pela diretoria de abastecimento e eu não assinei nenhum contrato, porque eu não tinha autonomia para assinar esses contratos. Na hora em que a diretoria aprova, é uma aprovação colegiada, o Presidente da Petrobras e sete diretores aprovaram contratar aquela empresa por R\$510 milhões. Aí, a área de serviços indica o gerente do contrato, que não é da área de abastecimento. A área de abastecimento – entre aspas – “contrata” a área de serviço para cuidar da obra. O meu compromisso aqui é com o orçamento. Então, eu cobrava insistentemente da área de serviços para não ultrapassar o orçamento previsto no plano quinquenal, mas a fiscalização, o gerente do contrato – e isso os senhores podem ver na Petrobras, como falei de todas as áreas, porque é assim que funciona – é da área de serviços que presta os serviços para as áreas fins. Então, quando dizem aqui que a Rnest estava subordinada às medidas de abastecimento, a Rnest era uma refinaria que estava sendo construída que, quando pronta, ia passar para a área de abastecimento, com certeza. Quando pronta ia passar para mim. Mas o processo licitatório, a comissão de licitação, o encaminhamento do documento para a diretoria, participação direta minha, nenhuma. Na diretoria eu aprovei esses contratos? Sim, eu o Presidente da Petrobras e mais seis diretores. Isso é assunto de conselho de administração? Não, isso é autonomia da diretoria. Então, qualquer contrato da Rnest, qualquer contrato de qualquer



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

plataforma da Petrobras, qualquer navio, qualquer gasoduto é aprovado na diretoria executiva da Petrobras.

Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Pimentel com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre o Conselho de Administração da Rnest, contratos e aditivos. Parte V. S^a já respondeu, mas vou fazer como forma de explicitação melhor.

O senhor era diretor de abastecimento e presidente do Conselho de Administração de Abreu e Lima. Por que tantos contratos e tantos aditivos nas obras da refinaria? Os contratos e aditivos eram autorizados pelo senhor? Eles estavam aderentes com as estimativas da Petrobras? Quem integrava o Conselho de Administração de Abreu e Lima? Porque ele se reunia com tanta frequência? Ele aprovava os contratos e aditivos? Quem da Rnest licitava os contratos, negociava aditivos e se relacionava com as empreiteiras era o senhor? Por que o senhor permaneceu no Conselho de Administração da Abreu e Lima mesmo após ter deixado a Petrobras?

São essas, Sr. Presidente, do próximo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Eu era o presidente do Conselho de Administração da Abreu e Lima sim.

A Abreu e Lima foi criada, como já mencionei anteriormente, para ser uma associação entre a Petrobras e a PDVSA. Então, nesse período eu participei de várias reuniões com o pessoal da PDVSA que, no final, não resultou em nada, porque eles não entraram no projeto, mas a Rnest continuou existindo e, recentemente, como falei, li pela imprensa que ela foi extinta.

O que esse Conselho via? Como falei, a área de abastecimento era responsável pela parte do orçamento. Então, esse Conselho estava olhando sempre a parte orçamentária. Agora, ele não tinha autonomia, por quê? Porque, na realidade, o orçamento da Abreu e Lima não era o orçamento que estava dentro da Rnest S. A., o orçamento estava dentro da Petrobras, a Rnest S. A. era responsável por esse orçamento, mas o valor orçamentário estava dentro da Petrobras.

Então, o que nós acompanhávamos aqui no Conselho de Administração da Abreu e Lima? Como estava o desenvolvimento da obra e como estavam os custos da refinaria em relação à parte orçamentária. Os contratos, como mencionei anteriormente, não eram de competência, nem o Conselho de Administração da Abreu e Lima tinha competência para aprovar contrato e aprovar aditivo. Então, os contratos, todos os contratos acima de R\$30 milhões eram aprovados pela diretoria executiva da Petrobras. Quando você tem um contrato aprovado pela diretoria executiva, qualquer aditivo não pode ser aprovado por outro órgão. Se a diretoria aprovou o contrato, ela tem que aprovar o aditivo. Então, todos esses contratos e todos os aditivos foram aprovados na diretoria da Petrobras, não há nada de forma diferente em relação a isso.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

"Os contratos e aditivos eram autorizados pelo senhor?" Não, eu autorizava lá na diretoria, juntamente com o presidente da Petrobras e com outros diretores; era uma decisão colegiada.

"Eles estavam aderentes com a estimativa da Petrobras?" Um contrato de uma refinaria – e lembrar também que 34 anos que a Petrobras não faz refinaria – tem uma série de, vamos dizer, surpresas; você tem algumas coisas com que você não conta e aparecem. Depois, quando for falar aqui do TCU e terraplanagem, vou mencionar isso. Então, mudanças de projeto às vezes ocorrem, você tem alterações de projeto, tem algumas coisas que não foram vistas de forma adequada na fase de projeto que depois geram modificações e isso, obviamente, aumenta o custo do projeto.

Como também vale mencionar aqui, tivemos aumento de custo na refinaria? Tivemos. Chuva. Quando chove, você para a obra. Obra de terraplanagem para, obra de construção para. Temos fotos lá de, se não me engano, ano de 2010 ou 2011, talvez o Senador Humberto Costa possa me ajudar. Houve um ano desses lá que Pernambuco foi calamidade pública. Se pegarmos fotos dessa época, veremos que as tubovias, que são trechos por onde passa toda a parte de tubulação da refinaria, de 100 metros de largura, são verdadeiros rios dentro da refinaria. Há fotos lá, pode ser visto. Greves. Quando há uma greve, aumenta o custo da refinaria, porque o tempo vai aumentar. Então, há uma série de coisas que, com certeza, a Petrobras pode esclarecer de forma muito categórica.

"Quem integrava o conselho de administração da Abreu e Lima, por que eles se reuniam com tanta frequência e se eles aprovavam contratos e aditivos?"

Quem integrava o comitê da Abreu e Lima, o Conselho de Administração? Eu era o Presidente; o atual diretor da área de abastecimento, que me sucedeu, que era o meu gerente executivo do refino, estava lá; o gerente executivo da minha área que cuidava de acompanhar esses empreendimentos estava lá; e o presidente da Rnest – a Rnest tinha um presidente – estava lá. Então, tinham essas pessoas que falei: Paulo Roberto, o atual diretor de abastecimento; o presidente da Abreu e Lima e o gerente executivo da área de empreendimento da área de refino. Essas eram as pessoas que compunham... todos técnicos da Petrobras compunham esse comitê.

"Por que se reunia com tanta frequência?" Porque a obra de um refinaria é muito dinâmica, isso é muito bom, reunir o conselho com frequência é muito bom! E, se havia algum aditivo, algum contrato acima de R\$30 milhões, isso tudo ia para a Petrobras. É extremamente positivo que se una com frequência.

"Quem da Rnest licitava os contratos, negociava aditivos e se relacionava com as empreiteiras, era o senhor?" Não, quem licitava os contratos, quem negociava os contratos, quem negociava aditivos, quem se relacionava, porque era o fiscal do contrato, era a área de serviços da Petrobras. Isso está tudo dentro da Petrobras.

"Por que o senhor permaneceu no conselho de administração da Abreu e Lima após ter deixado a Petrobras?" Não permaneci. O dia em que saí da Petrobras, no mesmo dia que saí, o meu crachá funcional da Petrobras foi entregue e como eu já era aposentado me entregaram o crachá de aposentado. Então, no dia em que eu saí da Petrobras, já saí pela porta dos fundos, porque aposentado da Petrobras não é nada.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Para vocês terem uma ideia, o elevador privativo que a diretoria usava, com o meu crachá de aposentado eu não podia mais usar o elevador privativo. Saiu da Petrobras, perdeu todas as funções. Qual o sentido de eu não ser mais empregado da Petrobras e estar no conselho de administração? Nenhuma, e não fui. Eu estava lá com o meu crachá de aposentado e não mais com o crachá da ativa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a fiscalização do TCU. O TCU começou a fiscalizar as obras da Rnest em 2008. No total, foram realizadas sete fiscalizações em 18 contratos, cujos valores somados ultrapassam R\$17 bilhões. O TCU apontou sobrepreço, superfaturamento do contrato de terraplanagem que soma R\$69 milhões. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O TCU considerou inadequados os critérios de medição da Petrobras para fins de pagamento por tempo parado na obra em virtude de chuvas, a que V. S^a já fez referência, a chamada "verba de chuva". Mesmo alertada em 2009, a Petrobras não teria acatado as recomendações do Tribunal, tanto que teria repetido os mesmos critérios em sete novos contratos celebrados em 2011. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O TCU apontou deficiência de projetos e erros na caracterização do solo, o que provocou o aumento de custo de R\$210 milhões nos contratos das unidades industriais. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O TCU constatou ainda atraso na execução das obras das tubovias, que teria ocasionado aumento de custo de R\$510 milhões. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O TCU afirma que, durante a gestão do senhor, houve obstrução ao livre exercício da fiscalização nas obras da Hines. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Como foi dito, os custos da Hines saltaram de US\$3,4 bilhões na fase três para US\$18,5 bilhões na fase quatro – e V. S^a já esclareceu que não fazia mais parte nesse período. Esse aumento tem alguma relação com o sobrepreço apontado pelo TCU? Como o senhor explica que o TCU tenha feito tantos apontamentos em relação à Hines?

São essas, Sr. Presidente, as do próximo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Bom, pelo que tenho conhecimento, aos vários relatórios e às várias fiscalizações que o TCU fez, a Petrobras sempre recorre. E, pelo conhecimento que tenho atualmente, nenhum relatório ainda foi conclusivo, ou seja, estão-se discutindo esses problemas, que, na visão do TCU, estão distorcidos ou há sobrepreço, alguma coisa nesse sentido.

Vale mencionar aqui, também, que quando o TCU convocava a Petrobras para algum esclarecimento, esse esclarecimento era dado pela área de serviços. Nunca teve nenhuma participação integral ou parcial de técnicos da área de abastecimento para esclarecimento de dúvidas do TCU, porque nem podia ter, porque o contrato não foi feito pela área de abastecimento, e a fiscalização também não era feita pela área de abastecimento.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Então, isso pode ser comprovado, porque todas as pessoas que vieram aqui, ao TCU, para prestar esclarecimento eram pessoas ligadas à área de serviços. Mas repito: pelo que tenho conhecimento, não tem nenhum relatório conclusivo ainda do TCU a respeito disso.

Em relação a critério de medição, pagamento por tempo parado em obra, em virtude de chuva, verba de chuva, que a Petrobras não teria acatado, recomendação do Tribunal. O que tenho a dizer por isso? Repito: isso era uma... algo que era inerente à obra – e vou explicar aqui com mais detalhes – e era acompanhado pela área de serviço.

Por exemplo, na terraplanagem da refinaria Abreu Lima, chegamos a ter um pico de 800 – 800! – equipamentos fazendo terraplanagem, entre caminhões, tratores, motoniveladoras, rolo compressor, rolo pé de carneiro, *motoscraper*, etc., retroescavadeiras. Oitocentos equipamentos.

O serviço de terraplanagem. Se chover hoje e depois tivermos quatro, cinco dias de sol, pode ser que não seja suficiente para se começar a trabalhar em serviço de terraplanagem na refinaria, porque se tem de esperar o terreno ficar seco para poder trabalhar. Então, quando se chegava lá... Muitas vezes a gente ia fazer lá as visitas e verificar o andamento da obra na refinaria, e tinha lá todo... Um sol danado e todos os equipamentos parados. Aí as pessoas que não conhecem terraplanagem falavam "Mas espera aí, a Petrobras está pagando esse equipamento parado e não está trabalhando?" Porque não pode trabalhar.

Só que essa parte de chuva, a empresa, quando oferece lá na licitação e tem esses equipamentos parados, tem duas alternativas a fazer – a empresa que fornece o serviço –: se tem uma cláusula de chuva que a Petrobras reembolsa ela, por exemplo, equipamento parado... Se o equipamento fica um mês lá, choveu vários dias e só pôde trabalhar dez dias, a Petrobras só vai pagar dez dias dos equipamentos para ela?

Como ela vai pagar... Se comprou os equipamentos ou se fez *leasing* dos equipamentos, como ela vai pagar esse valor para o banco ou para a empresa que fez o *leasing*? É a mesma coisa que eu alugar um carro. Eu vou aqui numa locadora, alugo um carro por uma semana, mas só usei dois dias. Aí eu vou chegar na locadora e falar: Senhor da locadora, eu só vou pagar dois dias porque os outros cinco dias eu deixei o carro na garagem e não usei. Não existe isso.

Se a Petrobras não coloca cláusula de chuva, o que vai acontecer? As empresas vão colocar um valor extremamente grande para se resguardar. Não existe possibilidade de ter num contrato, seja na Petrobras seja em qualquer empresa, você colocar risco para quem dá o serviço, porque com esse risco vem preço. É óbvio. Você é um empresário. A Petrobras me deu aqui uma série de condições que eu não tenho certeza se vai acontecer ou não. O que eu vou colocar? Eu vou colocar um preço em cima disso. Então a Petrobras optou em colocar chuva para não ter que pagar um preço excessivo.

Agora, se o TCU entende isso ou não entende, cabe à Petrobras e a quem representa a Petrobras explicar isso à exaustão ao TCU.

Eu tenho aqui um outro exemplo que vale a pena ser dito, que é o seguinte: O TCU pega todos os itens relativos à construção civil, os índices de



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

construção civil, de revista especializada em construção civil. Então ele pega lá quanto custa o metro cúbico de concreto, quanto custa o metro quadrado de alvenaria, quanto custa isso, quanto custa aquilo. Na parte de terraplanagem, ele toma como referência os custos do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Na parte de montagem industrial não existe nenhuma obra hoje no Brasil, não existe obra no Brasil de montagem industrial do porte da Rnest. Onde o TCU pega referência de preço de montagem industrial? Eu não sei.

Você podia comparar, se tivesse um DNIT da parte de montagem, podia pegar. Se tivesse revistas especializadas da parte de montagem, podia pegar. Não tem. Eu não sei onde ele pega esses valores; mas em relação à terraplanagem aqui, há um ponto que eu quero esclarecer. O DNIT é especializado e tem valores de referência para construção de rodovias. Então quando vai se fazer uma...

A Rnest ela tem em torno de quase 7 km². Numa rodovia, o dado que eu tinha era de trinta, o máximo por caminhão, em termos de peso de caminhão numa rodovia, era 30 toneladas. Aí conversando com o repórter da *Folha de S. Paulo* ele disse que é 45. Então eu estou na dúvida se é 30 ou 45. Mas independe que seja 30 ou 45, vamos dizer, a carga máxima de um caminhão numa rodovia. Na terraplanagem da Rnest, num tanque de petróleo, cheio de petróleo, nós temos um peso de 100 mil toneladas. Um caminhão numa rodovia, mais pesado, 45 toneladas. Eu posso comparar custo para fazer uma preparação de base, para fazer uma terraplanagem, para fazer suportação de equipamentos, uma coisa com a outra? Claro que não.

Nós temos equipamentos, torres de processo, vasos de processo, que pesam às vezes dez toneladas e que pesam às vezes cem toneladas numa área relativamente pequena. Você tem que preparar uma base muito bem feita, porque se dá algum desequilíbrio de terreno aí, algum terreno cede, você derruba o equipamento. E se tiver operando você pode ter um acidente gravíssimo com as pessoas e com o equipamento da refinaria.

Então, uma terraplanagem de uma refinaria não tem nada a ver, nada a ver, posso afirmar isso categoricamente, com uma terraplanagem de uma rodovia. Agora, se é entendimento do TCU, cabe – repito aqui – à Petrobras explicar para o TCU isso. Não sou eu quem vou explicar.

O TCU apontou deficiência de projeto e erro de caracterização do solo, o que provocou aumento de R\$210 milhões. A Petrobras, antes de fazer o contrato da terraplanagem, fez várias sondagens na refinaria. Só que eu estou falando de um terreno de seis quilômetros quadrados. Você não vai fazer sondagem em seis quilômetros quadrados, você faz sondagem por amostragem.

E a Petrobras não fez só sondagem de furos de sondagem. Ela fez sondagem de áreas maiores, que a gente chama de trincheiras. Então se aprofunda às vezes dez metros, 15 metros, com largura de oito, dez metros de largura; se faz uma trincheira, abre-se um buracão dentro da refinaria para ver o solo.

Mas, mesmo com todo esse cuidado que a Petrobras teve, a Petrobras encontrou, dentro do terreno da refinaria, o que eles chamam aqui de solo expansivo. O que é solo expansivo? Quando você tem chuva e enxarca esse solo, ele se expande, e



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

quando ele se expande, perde a sustentação. Então, se eu tenho uma torre de processo lá de 200 toneladas, 500 toneladas, e esse terreno perde sustentação, essa torre vai cair, esse tanque vai afundar. Então, o que a Petrobras teria que fazer? Ela não sabia disso, soube depois, durante a execução da obra. Ah, foi erro? Não foi erro. Ela fez várias sondagens, mas não pegou essa parte do solo expansivo. Aí, o que teve que fazer? Teve que retirar todo esse solo expansivo, raspar, cavar, retirar esse solo, colocar esse solo numa área que não era área para processo, não era para nada, trazer um solo de boa qualidade e colocar lá. Então, houve um custo adicional? Houve. Houve solo expansivo? Houve. A Petrobras é culpada de não ter encontrado o solo expansivo? Não, não é culpada. Aconteceu, mas em função de uma obra dessa complexidade.

O TCU afirma que, durante a sua gestão, houve obstrução ao livre acesso e fiscalização da obra da Rnest. Da minha parte, nenhuma. Se houve por parte da fiscalização da obra da Rnest, da área de serviço, eu nunca soube que a Petrobras tivesse imposto alguma obstrução ao livre acesso da fiscalização, mas quem pode responder com mais propriedade isso é o pessoal da área de serviço, não sou eu.

Como foi dito, o custo da Rnest saltou de 13,4 para 18,5. Eu não posso explicar isso, porque eu não estava mais lá. Há dois anos que eu estou fora da empresa e não tenho como explicar esse ponto, porque não compete a mim.

O TCU constatou, ainda atrás, na execução das obras das tubovias, que teria ocasionado um aumento de 510. O que o senhor tem a dizer sobre isso? A parte das tubovias é um dos contratos maiores que há dentro da Rnest, que é toda a interligação de tubulação, de chegada do píer do Porto lá de Suape até a tancagem, dos tanques para as dessalgadoras, das dessalgadoras para unidades de destilação, da destilação para o craqueamento, do craqueamento para os HDTs, quer dizer, toda a parte de processo dessa interligação está nesse contrato chamado tubovias. São áreas em que você tem 100 metros de largura, vários tubos, há tubos lá de 43 polegadas de diâmetro para transportar esse petróleo pesado, mais de cem pontes ligando essas tubovias, e o que aconteceu que chegou ao meu conhecimento nessa parte das tubovias é que para a suportaçã, o suporte desses tubos, dentro da tubovia, estava previsto fazer fundação direta, ou seja, fazer concretagem do suporte diretamente no solo. E, quando começou a se fazer essa suportaçã se constatou que não era suficiente apenas fazer a fundação direta, e a Petrobras, através de uma análise técnica no projeto, chegou à conclusão de que esses suportes todos tinham que ser estaqueados, tinha que se fazer estaqueamento. Não estava no projeto original fazer estaqueamento desses suportes e teve que fazer.

Ah, foi erro? Não posso considerar erro da Petrobras, porque um processo desse é muito complexo, fazer uma refinaria, depois de 34 anos, é algo extremamente complexo, e vão surgindo dificuldades, e você tem que corrigir. Então, se não havia condição de fazer fundação direta, ia fazer o quê? Ia deixar lá para os tubos afundarem, não ia fazer nada, ia esperar? Então, isso foi reavaliado pela área de engenharia, pela área de projeto da Petrobras, e chegou-se à conclusão de que tinha que se fazer estaqueamento da suportaçã das tubovias, o que levou a esse valor adicional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senador José Pimentel com a palavra.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, agora sobre as empresas de propriedade do Sr. Paulo Roberto Costa e familiares.

O senhor é proprietário da Costa Global Consultoria. Quando a empresa foi criada? Quem são os sócios? Quantos funcionários possui? Que serviços são prestados? Quais os principais clientes? As consultorias são formalizadas por contratos? Como são feitos os pagamentos pelos serviços prestados? O senhor ou familiares do senhor são proprietários da Sunset Global Participações? Quando a empresa foi criada? Quem são os sócios? Quantos funcionários possui? Que serviços são prestados? Quais os principais clientes? As consultorias são formalizadas por contratos? Como são feitos os pagamentos pelos serviços prestados?

O senhor ou familiar do senhor são proprietários da REF Brasil? Quando a empresa foi criada? Quem são os sócios? Quantos funcionários possui? Que serviços são prestados? Quais os principais clientes? As consultorias são formalizadas por contratos? Como são feitos os pagamentos pelos serviços prestados?

O senhor ou familiar do senhor são proprietários da empresa Pragmática Consultoria? Quando a empresa foi criada? Quem são os sócios? Quantos funcionários possui? Que serviços são prestados? Quais os principais clientes? As consultorias são formalizadas por contratos? Como são feitos os pagamentos pelos serviços prestados?

O senhor ou familiar do senhor são proprietários de outras empresas? Quais? Quando foram criadas? Quem são os sócios? Que serviços são prestados?

A esposa do senhor, a Sr^a Marici Costa, é sua sócia em algum empreendimento? Qual?

O senhor ou familiar do senhor são proprietários de empresas no exterior? Quais? Quando foram criadas? Quem são os sócios? Que serviços são prestados?

É esse, Sr. Presidente, o próximo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Se eu sou proprietário da Costa Global, sou. Como falei anteriormente, saí da Petrobras, e a Petrobras, infelizmente, não tem, e acho que é um erro, deveria ter esse processo que as grandes empresas no mundo têm que é a quarentena, em que você fica lá seis meses, um ano, sem trabalhar, tendo direito ao salário que tinha quando na ativa. E eu criei essa consultoria, porque precisava trabalhar e precisava ter recursos financeiros para manter o meu padrão de vida, já que o meu salário foi reduzido a 20% do que eu ganhava quando estava na Petrobras.

E isso não é uma particularidade minha, vários colegas da Petrobras, aposentados ou não, saíram da empresa, criaram consultorias e continuam trabalhando, isso é extremamente normal. Vários colegas nossos saíram da Petrobras e foram para a OGX. Infelizmente, a OGX, hoje, está numa situação bastante complicada. Outros foram para a HRT, que era outra empresa de petróleo. Então, vários técnicos, vários



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

gerentes, vários até diretores da Petrobras saíram e criaram suas consultorias, não há nada de errado nesse sentido, e eu precisava, para poder continuar a minha vida.

Logo que saí da Petrobras – saí, como falei, em abril e logo em maio –, eu já comecei a fazer alguns serviços com a Brasilinvest, que é do empresário Mario Garnero e dos filhos dele. E fizemos algumas atividades em relação, principalmente, à viabilidade de instalar, no Brasil, um estaleiro de reparo naval. E tivemos várias reuniões, no Brasil e no exterior, atraindo, procurando atrair sócios, investidores e técnicos para a construção desse estaleiro.

Isso nos levou até a uma reunião com o Governador Colombo, em Florianópolis, no palácio do Governo, para viabilizar essa construção de um estaleiro na região de São Francisco do Sul. Mas, infelizmente, por alguns motivos, não fomos à frente, e esse projeto foi paralisado. E aí, em agosto de 2012, criei, então, essa empresa chamada Costa Global.

Quem são os sócios? Você não pode ter uma empresa no nome de uma pessoa, tem que ter um sócio, e o sócio, nessa empresa, é uma das minhas filhas que é a Ariana.

Quantos funcionários possui? Cheguei a ter cinco funcionários na empresa.

Que serviços são prestados? Uma consultoria presta alguns tipos de serviços. Vou mencionar aqui quais são: o primeiro é uma consultoria pura e simples.

Uma empresa me contrata, pelo conhecimento que tive de 35 anos de Petrobras: "Paulo, eu quero saber aqui, na sua visão, quais são as perspectivas de mercado. O que deve acontecer na área de petróleo, em relação a novos *bids* da Agência Nacional de Petróleo, como é que se vê isso? Vai haver áreas novas no mar em terra? Vai haver área agora para gás não convencional, que é o tal do *shale gas*, que foi feito pela ANP recentemente? Ou seja, uso o meu conhecimento e a minha *expertise* no serviço de consultoria pura e simples, essa é uma atividade.

Outra atividade. Como a gente conhecia muitas pessoas do mercado – eu era muito conhecido –, as pessoas, às vezes, me procuravam lá e diziam: "Olha, Paulo, eu quero investir em tal área. Você conhece alguma empresa em que eu possa investir nessa área?" Eu lhes dizia: "Olha, eu vou pesquisar e dar uma olhada aqui." Aí, saiu em uma reportagem que isso funcionava como uma agência de matrimônio, ou seja, colocar as pessoas que tinham recursos com as pessoas que tinham um ativo. Como se podia fazer essa união desse ativo com esses recursos.

Havia outros que me colocavam apenas a posição, vamos dizer assim, de dar a eles uma visão mais abrangente, não só na área de petróleo e gás. Por exemplo, eu tinha um cliente que era dono de uma mina de ferro na Bahia. Ele estava também procurando alguns detalhes e posicionamentos na área de infraestrutura, e como eu poderia auxiliá-lo nesse projeto dessa mina de ferro.

Mina de ferro não é característico da Petrobras, mas eu conheço bastante a área de logística; então, minha atuação seria muito nessa área. Então, esses eram os principais tipos de serviço: consultoria pura e simples e, principalmente, fazer



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

casamento de alguém que tinha recursos com alguém que tinha uma empresa e precisava alavancar o seu negócio.

Quais os principais clientes?

Eu tenho uma lista de 81 contratos que eu fechei nesse período, não é? Então, eu tive vários clientes aqui de fornecimento de bens e serviço, clientes de minério de ferro, clientes que eram, vamos dizer, de empresas fornecedoras de serviço, como já falei, que eram várias. Inclusive, para conhecimento de vocês, eu tenho um contrato lá firmado para vender uma ilha das Organizações Globo. As Organizações Globo, no Rio de Janeiro, tem uma ilha que fica na rodovia Niterói–Manilha. É um projeto chamado Zest.

Eu fui procurado por uma pessoa ligada a eles e tenho um contrato assinado para procurar um *leasing* imobiliário ou a venda dessa área para poder viabilizar um apoio para as operações *offshore*. Não é diretamente para a Petrobras, mas para as empresas que trabalham com a Petrobras, para as empresas que trabalham para a *Shell*, para a *Star Oil* e outras empresas que possuem, hoje, atividade de produção na Bacia de Campos e na Bacia de Santos. Então, parece até uma coisa meio estranha, mas até para a Rede Globo eu estava prestando serviços. Para as Organizações Globo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Paulo Roberto, sobre esses documentos, V. S^a pode nos fornecer ou há alguma reserva?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – É... Não, eu não tenho nenhuma reserva, só que a Polícia Federal levou o computador em que eu tinha isso tudo. Então, eu sugiro até que peçam para a Polícia Federal, porque eu não fiquei... Eu tenho aqui uma lista, mas é incompleta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Na operação Lava-Jato.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – É... Eles estiveram em minha casa e recolheram uma série de documentos: computadores e tal. A lista que eu tenho aqui não está atualizada. Então, sugiro que vocês peçam a eles porque eles levaram as coisas da minha casa e do meu escritório.

É...

Bom, clientes eu já falei. As consultorias são formalizadas por contratos? São. Tenho os contratos aí formalizando... Há uma só exceção, que mencionarei a seguir.

Como são feitos os pagamentos pelos serviços?

Em qualquer consultoria o pagamento é feito, normalmente, de duas maneiras: primeiro, se é um projeto, se é uma atividade, se é um serviço que dá muito trabalho, você cobra um valor mensal para poder fazer essa atividade. Por exemplo, consultoria pura e simples, normalmente é um valor mensal a ser pago. Quando é para fazer uma fusão, uma aquisição, uma colocação de alguém que tenha recursos financeiros com alguém que tenham um projeto, você pode cobrar esse valor mensal, mas cobra um percentual de sucesso. Se tiver o sucesso nesse empreendimento, eu vou ganhar "x" por cento; se não tiver sucesso, eu não cobro nada.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Então, basicamente são estes dois tipos: valor mensal numa consultoria pura e simples; na parte de fusão, aquisição e casamento de investidor com empresa que quer crescer, um *success fee*, como se chama, em que se tem um percentual em cima do sucesso da operação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Vinte e oito.

"O senhor ou familiares do senhor são proprietários da Sunset Global Participações?" Sim. Eu criei essa empresa, porque eu tinha – tinha, não, tenho, ainda não fiz o distrato, vou ter de fazer, porque, neste momento, eu vou fazer o distrato desses contratos que eu tinha – com duas empresas, uma da Itália, que era fornecedora de pranchas metálicas para construção de portos... O objetivo principal na construção de portos dessas pranchas metálicas que fazem a fundação dos *piers*... E um contrato também com uma empresa que todos nós conhecemos que é a maior fabricante de plataforma para águas profundas do mundo, que é a Samsung. Essas duas empresas me procuraram para ver o que eu podia trabalhar em conjunto com elas. A Samsung, no caso de construção de plataformas para serem utilizadas na costa da África. E essa empresa italiana me procurou, dentro de, vamos dizer, os projetos novos de ampliação de portos aqui, no Brasil, sejam portos públicos, sejam portos privados: como é que ela podia colocar esse *expertise* dela, esse conhecimento dela nas pranchas metálicas para fazer a construção dos *piers*. Só que esses dois colocaram, por serem empresas internacionais: "Paulo, nós não temos condição... Se tiver o sucesso da operação, nós não temos condição de fazer o pagamento para você no Brasil. Esse pagamento tem de ser feito no exterior." Então, eu criei esta empresa Sunset Global para ser uma empresa que fosse captar esses recursos desses contratos, caso tivesse sucesso. Precisaria... Não deu tempo para fazer isso, não deu tempo para desenvolver esse serviço, porque, infelizmente, aconteceu o que aconteceu. Não deu tempo de criar a conta, porque precisava ter uma conta no exterior de uma empresa no exterior, para entrar esse recurso no Brasil via Banco Central. Chamei no meu escritório o pessoal do Banco Itaú para me dar a consultoria de como faria essa internação desses recursos, quando lá fossem pagos, se tivesse sucesso, dentro do Brasil, via Banco Central. Então, o gerente da conta pode ser chamado para esclarecer isso e vai dizer o que estou acabando de falar. Porque essas duas empresas não teriam condição de pagar no Brasil. Infelizmente, não deu tempo de criar a conta e não deu tempo de tocar esses dois assuntos. Eles ficaram parados, porque eu passei aí 59 dias reclusos, não tive condição de prosseguir na atividade. Então, nada foi feito. A Sunset hoje não tem nenhum recurso, e nada foi feito. O objetivo da Sunset foi este: dois contratos com uma empresa italiana de pranchas metálicas e com a Samsung. Tenho lá os dois contratos lá. Quer dizer, tinha, porque também levaram, mas a Polícia Federal tem isso, e podem ser requisitados pela Polícia Federal os dois contratos, sem nenhum problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Ah, eu tenho aqui... Como eu falei, o contrato meu aqui não está completo, mas...

(Intervenção fora do microfone.)



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, não. A empresa italiana chama FIP (Fábrica Italiana Palancole SRL). Essa é a empresa de pranchas metálicas. E a empresa coreana é a Samsung, Samsung.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Objeto do contrato. A Samsung é a maior fabricante de sondas de plataformas para águas profundas. Então, seria a construção de uma sonda dessa para ser utilizada na costa da África. Então, o que eles queriam comigo? Que eu corresse atrás de um cliente para construir essa plataforma na Coreia. E, se isso tivesse sucesso, ele ia me pagar um *success fee* em cima dessa operação. Ele não teria condição de pagar isso no Brasil, pagaria no exterior.

O nome da empresa está aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – É só para um esclarecimento.

Por que essas duas empresas não poderiam pagar um serviço prestado pelo senhor, por sua empresa, no Brasil? Há algum impedimento legal, na legislação brasileira ou internacional?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não. Eu acho que talvez alguma coisa tributária, alguma coisa nesse sentido, de internação do dinheiro aqui, alguma coisa nesse sentido, e eles acharam que não era conveniente. Imagino eu isso. Mas é algo também que se for de interesse da Comissão, até se convoca e eles explicam aqui. Não tem nenhum problema.

O senhor ou os familiares do senhor são proprietários da REF Brasil? Quando a empresa foi criada? Quem são os sócios? Quantos funcionários possuem? Que serviços seriam prestados? Quais os principais clientes? As consultorias são formalizadas por contrato? Como são feitos os pagamentos por serviços prestados?

A Petrobras, como já expliquei aqui e todos sabemos, hoje importa uma quantidade grande de derivados. E mesmo com a implantação da Rnest, quando a Rnest estiver em operação plena, estará refinando 230 mil barris por dia.

E quanto ao Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), pela última estimativa que a Petrobras tem colocado aí, a primeira fase entraria em operação em 2016. Mas mesmo com essas duas unidades, se nós olharmos o horizonte de 2020 e o crescimento constante do consumo de derivados que tem tido no País, nós vamos ficar extremamente vulneráveis na área de refino em 2020. Vai faltar refino. Essa é a realidade.

Bom, dentro desse conceito, eu recebi, lá na Costa Global, um técnico da área de refinarias pequenas, refinarias chamadas moduladas. Ele falou: Paulo, por que a gente não pensa em construir refinarias moduladas em áreas onde a Petrobras hoje tem dificuldade de atender, em termo de logística, esse nicho de mercado?

Eu falei: ó, faz sentido. Deixe-me pensar um pouco aqui e depois nós voltamos a falar. Aí pensei lá, durante uma semana e pouco, chamei esse técnico de novo. Eu falei: faz sentido. Agora, tem um problema. Eu sou técnico da área e você é técnico da área. Só técnico não adianta. Precisamos ir atrás de alguém que tenha recurso financeiro para fazer esse empreendimento.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

E aí procurei vários investidores. E um desses investidores de uma empresa chamada Energio falou: Eu tenho interesse em olhar esse projeto. Não posso me comprometer com você, mas tenho interesse em olhar. Falei, então, tá bom.

Aí, passaram, sei lá, quinze dias. Voltamos a ter uma reunião. Ele falou: Ó, Paulo, o projeto aqui é interessante. Mas, para fazer uma só refinaria, não me interessa. Por que nós não fazemos, então, quatro refinarias? Eu falei: É música para os meus ouvidos. Vamos fazer.

Como é que se viabiliza uma refinaria dessa? Aí criamos uma empresa com esse sócio, uma empresa chamada REF Brasil, que é *holding*. E criamos quatro empresas regionais para poder auferir incentivos fiscais nos Estados. Então, teria de ter uma empresa em cada Estado onde teria uma refinaria, para poder usufruir incentivos fiscais.

Uma das refinarias seria no Espírito Santo. Então, criamos a empresa chamada Refinaria Capixaba de Petróleo. Outra empresa seria em Alagoas, chamada Refinaria Alagoana de Petróleo. São empresas criadas. Uma, em Sergipe, Refinaria Sergipana de Petróleo; e uma, no Ceará, Refinaria Cearense de Petróleo.

Eu, pessoalmente, estive com o Governador Cid Gomes, discutindo esse assunto, para viabilizar essa refinaria, que foi extremamente bem-vinda, porque o Ceará não tem refinaria. Então, teria uma refinaria no Ceará, obviamente, uma refinaria pequena. Depois vou dar mais detalhes técnicos sobre ela.

Estive com o Governador de Alagoas, numa reunião em São Paulo, que também ficou bastante entusiasmado com esse projeto. Estive com o Governador de Sergipe e assinamos um documento com o Governador Jackson, lá em Sergipe, no Palácio de Governo. Assinamos um documento para levar esse projeto adiante. Extremamente motivado Sergipe, porque Sergipe é produtor de petróleo há mais de cinquenta anos e não refina uma gota de petróleo.

E estive com o Secretário de Desenvolvimento da área do Espírito Santo. Não estive com o Governador, mas em várias reuniões com o Secretário.

Então, esse projeto o que contemplava? Áreas onde a Petrobras hoje tem muita dificuldade de logística de colocar o seu produto.

Então, vou dar um exemplo aqui do Espírito Santo. Norte do Espírito Santo. Como hoje a Petrobras e suas companhias distribuidoras colocam diesel, gasolina e GLP no norte do Espírito Santo? Talvez ninguém saiba aqui como esse derivado de petróleo chega a São Mateus, a Linhares, lá no norte do Espírito Santo.

A Petrobras refina esse derivado em Duque de Caxias, bombeia por dutos – parte terrestre, parte submarina – para um terminal que a Petrobras tem no meio da Baía de Guanabara, que se chama Terminal Ilha d'Água, e coloca em navios de pequeno porte – não são navios grandes. Esse navio vai até o Porto de Tubarão, da Companhia Vale. No Porto de Tubarão, a Companhia Vale aluga um píer para a Petrobras, um píer em situação muito ruim – não sei se isso já mudou, mas, volte e meia, era um problema, quando havia uma condição meteorológica desfavorável, encostar o navio. Nesse píer, põe-se o derivado em caminhões que o levam para uma base de distribuição que a Petrobras Distribuidora tem próxima ao Porto de Tubarão.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Nessa base, faz-se a tancagem desses produtos, e, em caminhões do mesmo tipo, que carregam 20 mil litros, 30 mil litros, você percorre mais 200, 250km para pôr o derivado no norte do Espírito Santo.

Então, quanto custa o derivado no norte do Espírito Santo? Custa o que sai da refinaria, vamos dizer, a gasolina que sai da refinaria, mais o transporte do produto, o transporte para o navio, o transporte para o caminhão até a tancagem, o transporte para o caminhão até o norte do Espírito Santo. É um custo muito alto, é um custo muito alto.

Então, qual era o nosso projeto? Fazer uma refinaria modulada, começando com um módulo de cinco mil, mas depois chegamos à conclusão de que economicamente era melhor ter módulos de dez mil barris; colocar uma refinaria dessa próxima a um campo de produção de petróleo da Petrobras; negociar com a Petrobras a venda desse petróleo a preço de mercado, obviamente sem vantagem nenhuma para esse mercado; fazer esse refino; e distribuir esse derivado no entorno ali da cidade de São Mateus e de Linhares, naquela região.

Aí vem a pergunta: "Ah, mas a Petrobras, hoje, está tendo dificuldade porque ela está vendendo derivados a preço menor do que o do mercado internacional." É verdade. Mas isso não vai ser *ad aeternum*. Uma hora vai ter que ter ajuste de preço.

Mas nós conseguimos, em termos do EVTE (Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica), colocar esse projeto positivo, absorvendo esse custo de logística, porque eu poderia vender esse derivado de petróleo no norte do Espírito Santo, pôr na minha margem esse custo de logística e vender por um preço igual ou menor que essa margem de logística me daria, e esse projeto se tornaria interessante para o grupo investidor. Era um projeto interessante para a Petrobras e para o Brasil, por quê? A Petrobras refina dois milhões de barris. Você vai fazer aqui quatro refinarias e vai processar, com dez mil barris cada refinaria, 40 mil. O que são 40 mil em relação a dois milhões? Uma gota d'água. Só que eram 40 mil a menos de derivado de petróleo que a Petrobras precisaria importar de um investimento privado. Eram 40 mil a menos por dia de derivados de petróleo que iam influenciar na balança de pagamento do Brasil. E proporcionariam geração de emprego, geração de renda para esses Estados que não possuem refinaria. Então, era um projeto extremamente brilhante, extremamente competente, extremamente positivo para os investidores, para a Petrobras e para o Brasil. Infelizmente, o projeto parou.

Então...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Só o nome do sócio de V. S^a nessa empresa.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – No Brasil, seria Energil, uma firma que já investe nessa área de energia e que fez, inclusive, parque eólico no Ceará e outras atividades. E haveria também investidor externo, só que nós não chegamos a fechar com o investidor externo, porque o projeto teria que avançar um pouco mais para podermos falar com o investidor externo: "Olha, já temos o terreno." Nós estávamos num processo agora de licenciamento ambiental. Não dava para nos comprometermos com prazo, em termos desse investimento industrial, sem ter o licenciamento ambiental.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Então, nós estávamos desenvolvendo a parte de licenciamento ambiental. Com o licenciamento ambiental na mão, eu já teria, vamos dizer, mais firmeza e sustentação para dizer ao investidor: "Esse tipo de empreendimento eu vou gastar de 16 a 18 meses para fazer."

Em paralelo a isso, estivemos nos Estados Unidos e fizemos um pré-contrato com uma empresa de projetos chamada KBR – estivemos com essa empresa lá nos Estados Unidos.

Fizemos um pré-contrato para a área de projeto de refinaria modulada, e não é qualquer um que faz esse tipo de projeto. Visitamos três fornecedores de equipamentos de refinaria modulada na região de Houston, escolhemos um desses. Achamos que um desses tinha equipamento de melhor qualidade.

Esse tipo de refinaria modulada existe em vários países do mundo. Aqui no Brasil não há, mas em vários países do mundo tem. No Oriente Médio há, por incrível que pareça.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Como funciona essa refinaria modulada?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Como funciona essa refinaria modulada? A ideia era comprar petróleo da Petrobras a preço de mercado, esse petróleo ia para essa refinaria, uma refinaria, então, de pequeno porte, só para dez mil barris por dia, com as unidades, principalmente, de destilação e de reforma catalítica.

Nós Iríamos produzir tancagem – tancagem é destilação em forma catalítica – e uma unidade também de hidrotreatamento, para especificar o diesel e a gasolina aos padrões hoje da Agência Nacional de Petróleo.

Iríamos produzir nessa refinaria, basicamente, quatro produtos: diesel, gasolina, óleo combustível e *bunker* que é combustível para navio.

O combustível para navio tem uma característica diferente do diesel e da gasolina que não é preço fixo, porque hoje a gasolina e o diesel são preços fixos no Brasil. O combustível de navio não é, porque não teria sentido a Petrobras vender a preço que não se corrige de acordo com o mercado o combustível de navio para navios internacionais que chegam ao Brasil, como também não é fixo o preço do QAV, querosene de aviação.

Então, esses dois produtos, querosene de aviação e *bunker*, não são preços que ficam fixos aqui no Brasil em termos de política de preços da Petrobras. Os outros são. Então, nós iríamos produzir esses quatro produtos. Para quem iríamos vender esses produtos? Podia vender para qualquer companhia distribuidora. Podia ser para a BR, podia ser para a Shell, podia ser para ALE, podia ser para a Ipiranga.

Vamos dizer, como a Petrobras vende os derivados na porta da refinaria? A Petrobras tem uma distribuidora dela, que é a Petrobras Distribuidora, mas, pelas normas e pelos procedimentos da Agência Nacional de Petróleo, ela vende em termos de igualdade de condição, na porta da refinaria, para qualquer empresa dessa. Então, não há benefício nenhum porque a BR é da Petrobras. Não existe. Ela vende da mesma maneira para a Shell, para a Shell Raízen, para a Ipiranga, para a ALE, para a BR, da mesma maneira.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Então, nós íamos vender também, da mesma maneira, para as companhias distribuidoras, com o foco de usar esses derivados só naquela região, senão perco minha competitividade. Então, não era para produzir derivado de petróleo lá em São Mateus, no norte do Espírito Santo, para vender em Vitória, não há sentido nenhum. Era para vender naquela microrregião.

Bem, espere aí, que são muitas...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) –
Permite-me um esclarecimento, Sr. Presidente?

Quando o Sr. Paulo Roberto Costa estava...

Quando o senhor estava na Petrobras, mencionou que não seria viável a construção de refinarias ali, na região do Nordeste, a não ser onde houvesse portos. E mencionou Pernambuco... Mencionou três lugares.

Mas agora, na fase da REF Brasil fora da Petrobras, o senhor mencionou, além do Espírito Santo, refinarias, ainda que de menor porte.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Sergipe, Alagoas e Ceará.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) –
Sergipe, Alagoas e Ceará. E aí precisou haver os portos?

Ou, se o senhor estivesse ainda na Petrobras, recomendaria à Petrobras realizar esses investimentos em refinarias de menor porte, tais como as citadas? Acho que surgiu naturalmente a pergunta diante dos seus esclarecimentos.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Positivo. Não, está correta, muito bem colocada a sua pergunta.

Essas refinarias foram colocadas muito próximas às áreas produtoras da Petrobras em terra.

Então, por exemplo, a refinaria de Sergipe. O terreno que estava sendo viabilizado para essa refinaria estava praticamente dentro do campo de Carmópolis, que é um campo em que a Petrobras já produz, há mais de 50 anos, em Sergipe, e que é um campo que ainda vai produzir por muito tempo.

Então, em algumas refinarias dessas, se houvesse o acordo com a Petrobras, daria para construir, inclusive, um oleoduto da área de produção direto para a refinaria, três, quatro, cinco quilômetros. Então, eu nem teria transporte de caminhão para levar isso.

Então, todos esses locais... Espírito Santo: nós colocaríamos essa refinaria também muito próxima dos campos de produção em terra. Então, eu não necessitaria de portos para poder suprir essas refinarias, porque eu compraria basicamente tudo de petróleo produzido em terra, pelo volume ser muito pequeno.

A segunda colocação sua é se isso era interessante para a Petrobras. Não é. A Petrobras é uma empresa muito grande, ela precisa de escala. Então, refinarias da Petrobras são refinarias para cima de 200 mil barris. Por isso, precisam de portos com grande profundidade. Esse investimento nosso era, perto da Petrobras, um investimento minúsculo, mas rentável, que não precisaria de portos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) –
Obrigado.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Posso continuar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – O senhor e seus familiares são proprietários da Pragmática Consultoria? Não. A Pragmática é uma empresa que está no mercado eu não sei precisar há quanto tempo, mas há muitos anos. E o proprietário dela chama-se Marcelo Barbosa. Eu tenho um genro meu, que é o Humberto. Ele é economista e trabalha nessa empresa há muito tempo e é um dos sócios minoritários da empresa. A Pragmática é uma empresa de consultoria extremamente conceituada no mercado. Então, os principais clientes eu não posso precisar, porque não tenho conhecimento.

O senhor ou familiares são proprietários de outras empresas? Quais? Quando foram criadas? Quem são os sócios? Que serviços são? Não somos proprietários de mais nenhuma empresa. Da REF Brasil eu estava prestando um contrato de assessoria. Trabalhei muito lá em termos de como viabilizar essa refinaria e eu seria sócio minoritário dessas refinarias. Então, eu estava trabalhando como consultor e teria uma participação minoritária pelo serviço que eu estava prestando, mas foram paralisados.

A esposa do senhor, Sr^a Marici, é sócia de algum empreendimento? Não. Ela não é sócia de nenhum empreendimento.

O senhor ou familiares são proprietários de empresa no exterior? Não somos, nem foram criadas, nem temos sócios, nem serviços prestados. Não temos empresa no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre investigações da Polícia Federal e Operação Lava-Jato, o senhor está sendo investigado pela Operação Lava Jato da Polícia Federal...

Eu vou suspender, por alguns segundos, para que o depoente possa ir ao toalete.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Com a idade aqui a gente precisa ir ao toalete de vez em quando. Então, perdoem-me um pouco aqui.

(Soa a campanha.)

(Suspensa às 12 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 29 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Estamos reabrindo os nossos trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR - SP. Fora do microfone.) – E se formos elencando as perguntas?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM. Fora do microfone.) – Não, espere o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB. Fora do microfone.) – Pimentel está chegando.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Pimentel, para tecer as perguntas acerca de investigações da Polícia Federal e a Operação Lava-Jato.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O senhor está sendo investigado pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, deflagrada em 17 de março de 2014. O grupo investigado envolveria os doleiros Alberto Youssef, Nelma Kodama, Raul Srouf e Carlos Chater e seria responsável pela movimentação financeira e lavagem de ativos de diversas pessoas físicas e jurídicas envolvidas com crimes como: tráfico internacional de drogas, corrupção de agentes públicos, sonegação fiscal, evasão de divisas, extração e contrabando de pedras preciosas, desvio de recursos públicos, dentre outros.

Com base em dados do Coaf, a Polícia Federal afirma que os grupos teriam realizado operações financeiras atípicas num montante que supera R\$10 bilhões.

A denúncia do Ministério Público Federal acusa o senhor e o doleiro Alberto Youssef de serem os líderes do grupo criminoso. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Ao oferecer a denúncia contra o senhor e mais outros nove acusados, o Ministério Público Federal afirmou que o senhor valia-se da condição de Diretor de Abastecimento da Petrobras e de Presidente do Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima para superfaturar contratos e desviar recursos públicos, que seriam – entre aspas – "lavados" pelas empresas de Alberto Youssef. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

De acordo com o Ministério Público Federal, os desvios na construção da Refinaria Abreu e Lima ocorreram por meio de contratos superfaturados, feitos com empresas que prestaram serviço à Petrobras entre 2009 e 2014. O que o senhor sabe e tem a dizer sobre isso?

É esse o bloco, Sr. Presidente, de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – Como já tinha mencionado anteriormente, em relação à pergunta 34, de que tem um grupo aqui investigado que envolveria o doleiro Alberto Youssef, Nelma Kodama, Raul Srouf e Carlos Habib, desse grupo aqui, o único que eu conhecia era o Alberto Youssef. E eu, como já falei anteriormente, repudio totalmente a inveracidade dessa acusação aqui, que me foi dada pelo Ministério Público.

A Petrobras é uma empresa extremamente séria. Já mencionei aqui como a Petrobras funciona nessa parte dos contratos. Pode-se verificar e se fazer auditoria por 50 anos, dentro da Petrobras, que não vai achar nada ilegal na Petrobras, porque não há nada ilegal na Petrobras.

Estão colocando aqui a Petrobras numa posição extremamente de empresa frágil. Os controles dentro da Petrobras são enormes. Você tem nível de competência para aprovar os contratos. Como mencionei, os contratos todos da Abreu e



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Lima eram conduzidos pela área de serviços e eram aprovados pela Diretoria da Petrobras, colegiada, com o Presidente da Petrobras e todos os diretores.

Essa suposição de superfaturamento dos contratos de Abreu e Lima não é real. Isso é uma ilação que foi feita, e eu repudio veementemente essa colocação. Isso não existe. Não existe organização criminosa. Eu não sei por que inventaram essa história, mas é uma história inventada, fora da realidade. Eu tive lá 35 anos de companhia, trabalhei com zelo e com dedicação dentro da companhia, não ficaria oito anos na diretoria se eu não fosse competente, não fosse honesto, não fosse zelando pelos interesses da companhia. Não entrei de diretor da companhia pela janela nem de paraquedas. Entrei de diretor da companhia depois de 27 anos de Casa.

Então eu me sinto aqui extremamente magoado, extremamente... Meu nome aqui, hoje, pela imprensa toda, foi destruído, meu nome, minha reputação. É uma coisa que me fere profundamente. Não aceito e acho que isso foi feito de forma não adequada, baseada em falsas premissas. Isso é falso.

A colocação que vários órgãos da imprensa fizeram aí, em relação à minha pessoa... Eu não tinha condição de me defender, porque eu estava recluso. Fiquei 59 dias recluso. Não tinha condição de prestar nenhum esclarecimento. O primeiro esclarecimento que eu dei foi uma entrevista na *Folha de S.Paulo*.

Não conheço essas pessoas, com exceção do Alberto Youssef. Não sei por que fizeram isso, mas fizeram aqui uma maldade terrível contra a minha pessoa, contra o nome que eu tinha dentro da Petrobras, o nome que eu tinha no mercado, contra a minha família. E eu não aceito isso, porque foi uma ilação terrível em relação a isso.

Outra coisa: superfaturando, que seriam lavados por empresas de Alberto Youssef... Não existe lavagem de dinheiro de Petrobras para Alberto Youssef. Eu não sei de onde inventaram essa história.

Então, eu acho que a Polícia Federal, eu acho que o Ministério Público ou quem quer que seja devia aprofundar as análises dentro da Petrobras, porque vai chegar à conclusão de que a Petrobras não é isso que estão falando. A Petrobras é uma empresa que orgulha o povo brasileiro e não tem isso que estão falando dela. Eu não sei por que motivo isso aconteceu, um dia talvez a gente saiba; na história nossa do Brasil, a gente saiba. Eu não sei por que aconteceu, mas não concordo com isso porque foi tudo em falsas premissas.

De acordo com o Ministério Público, o desvio foi na construção da refinaria em contrato superfaturado. Não existe contrato superfaturado. Então, vão na Petrobras e verifiquem tudo isso. Essa é uma ilação terrível que foi feita e realmente não posso concordar com isso.

Em relação à parte de imprensa, como falei, várias coisas foram colocadas sem eu ter direito a resposta e eu fui massacrado dentro desse processo 59 dias em que fiquei lá.

E, até como complemento, acho que vale a pena colocar, a revista *Veja*, no último final de semana agora, colocou lá uma foto minha, dizendo que eu tinha participado de uma reunião, e que eu tinha um secretário que participou da reunião etc., etc., e que soube disso através de interlocutores da minha parte. A única declaração que



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

dei foi para *Folha de S.Paulo*. Essa declaração foi gravada pelo jornalista e foi gravada pelo meu advogado. Eu jamais falei quem tinha participado dessa reunião, eu jamais falei qual era o assunto, não sei o quê, e a minha participação nessa reunião foi para fazer um plano de governo, de um candidato a governo, na parte de energia e na parte de infraestrutura. Então, o que saiu na revista *Veja*, dizendo palavras que eu não disse, colocando palavras na minha boca, foi outra inverdade.

Então, o que está acontecendo hoje – obviamente, não são todos os órgãos de imprensa –, o que está acontecendo hoje é uma série de colocações que não são corretas, que não têm fundamento, mas que me prejudicaram e, com certeza, vão prejudicar o resto da minha vida, em termos do meu nome, da minha dignidade, da minha carreira de 35 anos dentro da Petrobras e da minha família. Isso é alguma coisa que, repito, um dia a história vai explicar e vai chegar à conclusão de quem inventou essa história fantasiosa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a relação entre o Sr. Paulo Roberto e o Sr. Alberto Youssef. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* em 1º de junho de 2014, o senhor disse que conheceu Alberto Youssef por meio do falecido Deputado José Janene, do PP. Pode explicar melhor essa declaração? Quando e em que contexto o senhor conheceu Alberto Youssef? O senhor sabia que o Sr. Alberto Youssef era doleiro? O senhor já utilizou os serviços do Sr. Alberto Youssef como doleiro? O senhor já prestou algum serviço para o senhor Alberto Youssef? Qual a relação do senhor com as empresas MO Consultoria e GFD Investimentos, de propriedade do Sr. Alberto Youssef? Prestou algum serviço para essas empresas? Sabe informar quais são os outros sócios dessas empresas e quais eram os serviços prestados por essas empresas?

É, Sr. Presidente, o próximo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – Eu conheci o Alberto Youssef através do Deputado José Janene, que era do PP, foi inclusive presidente da Comissão de Minas e Energia aqui, na Câmara da República. Ele, o Alberto Youssef, tinha relações lá de negócio com o Deputado Janene. Nunca entrei nessa particularidade, mas realmente o conheci.

"Sabia que o Alberto Youssef era doleiro?" Não, não sabia que era doleiro. Sabia que ele teve um problema em 2005 em relação a esse tema de dólar e, num processo do Banestado, que é de conhecimento de todos, então esse eu sabia, ele teve um processo lá de delação premiada e depois voltou para a atividade e, quando eu o conheci, ele já tinha outros investimentos na área de hotéis. Ele tem hotéis em Londrina, tem hotel em (*Fora do microfone.*) e também uma empresa, participa de uma empresa da área de turismo que chama Marsans. Então, eu o conhecia dessa atividade. Agora, se ele mexia com dólar, mexia com dólar, eu não sabia. Sabia só que ele teve problema no passado e não tinha mais nenhuma informação a respeito desse assunto.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

"O senhor já prestou algum serviço a Alberto Youssef?" Eu fui procurado na Costa Global por um empresário chamado Pedro Storti, que me trouxe a possibilidade de uma compra de uma empresa que prestava serviço para a Petrobras na área de poços, que é em relação ao próximo bloco. Então, eu vou deixar para entrar em mais detalhes no próximo bloco. Mas eu fui procurado por esse Pedro Storti, que também conhecia o Alberto Youssef e me colocou a possibilidade de nós participarmos dessa empresa Ecoglobal. Se eu tinha algum impeditivo que o Alberto Youssef participasse da avaliação dessa empresa, eu falei: não, eu não tenho nenhum impeditivo. Se quiser participar, pode participar. Então, nesse momento, eu vim a prestar um serviço depois para ele em relação a essa consultoria, porque ele não era da área de petróleo, ele atuava na área de hotelaria, agência de turismo, vim prestar um serviço para ele – deve ter uma pergunta aqui à frente nesse sentido – para avaliar se valia a pena ou não nós comprarmos essa empresa Ecoglobal. Então, foi esse era o serviço que eu ia prestar.

"Qual a relação do senhor com a empresa MO Consultoria e GFD Investimentos, de propriedade de Alberto Youssef?" Nenhuma. Não tenho nenhuma relação com essas empresas.

"Prestou algum serviço para a empresa?" Não.

"Sabe informar que outros sócios, quem são os outros sócios dessas empresas e quais os serviços prestados para essas empresas?" Essa é uma pergunta que tem que ser feita para o Alberto Youssef. Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o Senador José Pimentel, Relator, para o próximo bloco.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E relação do Sr. Paulo Roberto com a empresa Ecoglobal. Quais eram os termos da consultoria que o senhor teria prestado ao Sr. Alberto Youssef acerca da empresa Ecoglobal? De acordo com a Polícia Federal, o senhor seria, entre aspas, "lobista" da Ecoglobal Ambiental Comércio e Serviços Ltda. e da Ecoglobal LCC junto à Petrobras, para conseguir contrato de R\$443,8 milhões, assinado em julho de 2003? O que o senhor tem a dizer sobre isso? Quem são os sócios da empresa Ecoglobal? Que serviços ela presta? Ela possui contratos com a Petrobras?

Segundo a Polícia Federal, a Ecoglobal estava vendendo 75% das cotas para as empresas Sunset Global Participações, de propriedade do senhor, e Quality Holding, de propriedade do Sr. Alberto Youssef, pelo valor de R\$18 milhões. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Segundo a Polícia Federal, o Sr. Alberto Youssef teria presenteado o senhor com um veículo Land Rover no valor de R\$250 mil, o qual teria sido comprado mediante depósitos feitos em nome de terceiros. Na mencionada entrevista à *Folha de S.Paulo*, o senhor afirma que o veículo serviu para pagamento a consultoria prestada ao Sr. Alberto Youssef. O senhor considera adequada essa forma de pagamento?

A Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sr. Sérgio Moro, que recebeu a denúncia, afirmam que não há prova da consultoria que o senhor disse ter prestado ao Sr. Alberto Youssef. O que o



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

senhor tem a dizer sobre isso? O senhor possui prova documental sobre a mencionada consultoria?

Nas interceptações telefônicas feitas na Operação Lava-Jato, há um diálogo entre o Sr. Alberto Youssef e o Sr. Vagner Bertini, no qual o senhor Alberto Youssef afirma ser credor de R\$12 milhões à Camargo Corrêa, uma das fornecedoras da Refinaria Abreu e Lima. Na mesma interceptação, há menção ao veículo adquirido pelo Sr. Alberto Youssef com recursos que teriam sido, entre aspas, "lavados pelo doleiro". Esse veículo seria o Land Rover, de propriedade do senhor? O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Esse é o próximo bloco de perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – Em relação à pergunta 41, em relação ao termo da consultoria, como eu mencionei anteriormente, Alberto Youssef não era conhecedor da área de petróleo. A atividade dele era na área de hotelaria, na área de empresa de turismo. Quando este empresário Pedro Storti foi me procurar, como mencionei anteriormente, esse Pedro Storti conhecia o Alberto, perguntou se o Alberto também podia participar dessa avaliação dessa empresa, que seriam quatro pessoas: eu, o Pedro Storti, o Alberto Youssef e o Marcos Lauria, que também era sócio de outros negócios do Pedro Storti no passado. Então, vamos dizer, o termo da consultoria era analisar essa empresa Ecoglobal, se fazia sentido comprar essa empresa, ter participação nela ou não.

Em relação à 42, dizendo aqui que eu seria lobista da Ecoglobal e teria feito contatos com a Petrobras, jamais fiz nenhum contato com a Petrobras em relação a Ecoglobal. Isso pode ser verificado com o gerente da Petrobras que era responsável por esse contrato, pode ser consultado. Eu soube que até ele já deu uma declaração na Polícia Federal. Não sei o conteúdo. Mas não fiz nenhum contato com ninguém da Petrobras sobre esse assunto. E não faria. Não é do meu feitio atuar dessa maneira.

"Para conseguir um contrato de 443,8, assinado em julho de 2013, o que tem a dizer sobre isso? Nada?" Não tenho a dizer nada. Esse contrato era um contrato entre a Ecoglobal e a Petrobras. Eu não tenho nada a dizer sobre isso.

"Quem são os sócios da empresa Ecoglobal?" Nós tivemos contato com uma pessoa só, que se dizia que era o dono. Se ele tinha sócio ou não sócio, eu não sei.

"Que serviços que ele presta?" Serviços de atividade de poços de petróleo para você incrementar a produção de poços de petróleo ou na Petrobras ou em outras empresas.

"Ele já possuía contratos com a Petrobras?" A informação que eu tenho, sim. Já tinha contratos com a Petrobras e, agora, está prestes a fechar um contrato de valor maior.

A 43. A Ecoglobal estaria vendendo 75% das cotas para a empresa Sunset Global Participações, que seria a minha empresa, e a Quality Holding, de propriedade do Alberto Youssef, mais participação de Pedro Storti, mais participação de



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Marcos Lauria. Então, seriam quatro que teriam participação nessa empresa; não apenas duas, como consta aqui da pergunta.

O valor de 18 milhões. A previsão era essa. Há um equívoco aqui muito grande quando diz o seguinte: "Ah, mas vai comprar uma empresa que tem um contrato de 443 milhões e vai pagar 18 milhões por 75%." Ter um contrato de 443 milhões não quer dizer absolutamente nada, porque você pode ter um contrato desse valor aí e, no final do contrato, ter prejuízo no contrato, porque você presta serviço, tem que comprar equipamento, tem que ter a medição do serviço. Então, várias empresas que fornecem serviço para Petrobras, que têm contratos de 500 milhões, 1 bilhão, no final do contrato, as empresas têm prejuízo. Então, relacionar o valor da empresa com o valor das cotas que está cobrando é um erro primário. Isso não existe. E o valor inicialmente era esse que a empresa queria, só que não conseguimos fechar esse contrato. Então, esse contrato não foi efetuado. Não teve como fechar o contrato. E nada foi feito. Então, a compra de 75% das cotas não foi efetuada. Nada foi feito.

A 44 fala a respeito aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Diretor, só duas perguntas. No caso, o nome do proprietário da Ecoglobal era o Pedro Storti?

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – Não, não. O Pedro Storti foi quem me trouxe o negócio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – E o proprietário da Ecoglobal?

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – Eu não estou lembrado neste momento aqui, mas posso ver depois. Eu não estou lembrando o nome dele agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – E quem era o gerente da Petrobras que era o gestor desse contrato da Ecoglobal? O senhor sabe?

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – Senador Humberto, ele é um gerente de Macaé. E ele já deu depoimento também na Polícia Federal. Eu estava ausente aqui do cenário e não lembro o nome dele também, mas a Polícia Federal pode te dar essas informações, pode passar para os senhores e as senhoras essas informações, porque, realmente, eu estava em outro lugar. Eu não tenho o nome aqui.

Em relação ao veículo de 250 mil, que teria sido comprado por nome de terceiros, o Alberto Youssef, como eu já o conhecia, falou: "Paulo, eu quero que você analise para mim aqui, vê se vale a pena a gente entrar nessa empresa, não vale e tal." Fizemos várias reuniões no Rio de Janeiro, várias reuniões em São Paulo e não chegamos a uma conclusão nem em termos do valor dos 18 milhões em relação à compra, porque pretendíamos comprar por um valor menor, nem à forma de pagamento, se seria pago em várias parcelas, talvez dois, três anos de pagamento. Não chegamos a um consenso. A operação não foi feita. Mas eu trabalhei muito nesse assunto da Ecoglobal. E o Alberto Youssef falou: "Paulo, eu posso te pagar essa consultoria em espécie ou posso te comprar um carro aqui." Como eu estava precisando trocar de carro, falei: então, compra o carro no valor da consultoria. Aqui consta 250 mil, mas, na



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

realidade, a consultoria foi 300 mil. Duzentos e cinquenta mil foi o carro. Depois, teve mais 50 mil para fazer a blindagem, porque esse carro foi blindado em São Paulo. Então, o valor total da consultoria não foi 250 mil, foi 300 mil.

"O senhor considera adequada forma de pagamento?" Sou uma empresa de consultoria. Se ele quer pagar dessa maneira, não tenho nada contra. Como ele pagou? Não sei, não sei se não pagou.

Polícia Federal, Ministério Público recebeu denúncia de que não há prova da consultoria. Não há contrato. Não cheguei a fechar um contrato com ele, mas efetuei esse trabalho para ele, e isso pode ser comprovado.

Segundo, não entendo, não entendo por que esse processo da Polícia Federal foi para o Paraná; não consigo entender, porque a minha empresa Costa Global é no Rio de Janeiro e tem a Sunset, que foi registrada em São Paulo. Não tenho nenhum negócio e não tive nenhum negócio no Paraná. Então, me causa espécie porque esse processo foi para o Paraná, porque não tenho nenhuma ligação com o Paraná. Então, é alguma coisa que, no futuro, principalmente, meu advogado vai trabalhar, em cima disso, mas me causa muita espécie que esse processo tenha ido para o Paraná.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – *(Fora do microfone.)* Não é por conta de o Alberto Youssef ser de lá?

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – As empresas do Youssef são todas em São Paulo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O Sr. Youssef não tem nenhuma empresa no Paraná?

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – A MO, que consta aqui, GFD, que consta aqui, é tudo em São Paulo, tudo em São Paulo. Isto aí me causa espécie: por que foi para o Paraná. O Youssef teve um problema no assunto Banestado, em 2005, que foi no Paraná, em 2005. Estamos falando aqui, agora, de 2014. Então, me causa espécie por que foi isso, mas é a Justiça que vai olhar isso aí.

"Nas interpretações da Operação Lava-Jato, há um diálogo entre Alberto e Vagner Bertini" – primeiro, não conheço Vagner Bertini, não sei quem é –, "afirma ser credor de 12 milhões da Camargo Corrêa, e há menção a um veículo, menção a um veículo adquirido por Alberto Youssef com recursos que eles tinham levado para o doleiro. Esse veículo seria o Land Rover?" Não tenho a mínima ideia. Uma conversa de que não participei. Não conheço esse Vagner Bertini. Como é que vou fazer alguma suposição, algum esclarecimento sobre isso? Não posso dizer nada.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permite?

Acompanhando com atenção as suas palavras, o senhor mencionou que, embora a Ecoglobal, salvo engano, o senhor mencionou que tinha quatro sócios, mas o senhor tinha relacionamento apenas com o principal proprietário, não é? Depois, o senhor disse que, quando perguntado pelo Senador Humberto Costa se poderia identificar qual é, então, esse proprietário, o senhor não se lembrou de pronto, mas, ao mesmo tempo, o senhor mencionou que dedicou muito tempo, muita energia a esse entendimento com a Ecoglobal. Então, quem sabe, num esforço de memória, o senhor



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

vai se lembrar do nome desse único sócio da Ecoglobal, com quem o senhor tratou bastante? Só para... Acho que seria oportuno poder responder à pergunta do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – A colocação em relação a que eu só conhecia o Alberto Youssef não é correta. O Pedro Storti tinha outros assuntos comigo, fora a Ecoglobal, na Costa Global. Então, ele tinha outros eventos de que ele já tinha participado comigo. E o Marcos Lauria foi colega meu de Petrobras, quando eu trabalhava em Macaé. Então, meu conhecimento com o Pedro Storti e com o Marcos Lauria era de longa data. Então, eu conhecia muito bem Marcos Lauria, conhecia muito bem Pedro Storti. Então, não era Alberto Youssef que eu conhecia apenas.

Com respeito ao nome, vou tentar, talvez até o final da sessão, me lembrar. Vou ver se faço um esforço aqui de memória para me lembrar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Seria o Sr. Vladimir Magalhães?

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – Vladimir, Vladimir, correto; é isso mesmo, Vladimir, Vladimir, perfeitamente. Esse é o sócio que nos foi apresentado como único dono da Ecoglobal. Vladimir, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a relação entre os fornecedores da RNEST, o Sr. Alberto Youssef, e o Sr. Paulo Roberto. Segundo a Polícia Federal, vários fornecedores da RNEST teriam depositado dinheiro nas empresas do Sr. Alberto Youssef. O senhor sabe informar por que isso acontecia?

Há notícias de que o Consórcio Nacional Camargo Corrêa, fornecedor da RNEST, subcontratou as empresas Sanko-Sider e Sanko Mapeamento para fornecimento de materiais e serviços. O senhor tinha conhecimento deste fato? Essa subcontratação é autorizada pela legislação brasileira?

Na quebra de sigilo da Sanko-Sider e da Sanko Mapeamento, o Ministério Público Federal constatou a transferência de valores para as supostas contas – entre aspas – "laranjas" do Sr. Alberto Youssef. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Sabe informar qual a relação do Sr. Alberto Youssef com essas empresas?

Segundo a Polícia Federal, informações oficiais da Receita Federal dão conta de que a Sanko Serviços transferiu R\$3,270 milhões para a GFD Investimentos, de propriedade do Sr. Alberto Youssef, no ano de 2012. Como membro do Conselho de Administração da refinaria Abreu e Lima, o senhor tinha ciência desse fato? A que título eram feitas essas transferências?

Qual a relação do senhor com o Sr. Murilo Tena Barrios e Marcio Andrade Bonilho, proprietários das empresas Sanko-Sider e Sanko Mapeamentos, réus na mesma ação que o senhor? Sabe informar qual a relação deles com o Sr. Alberto Youssef?



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Segundo a Polícia Federal, a MO Consultoria e a GFD Investimentos teriam recebido expressivos valores de empresas fornecedoras da refinaria Abreu e Lima. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Nas interceptações telefônicas feitas na Operação Lava-Jato há um diálogo entre o Sr. Alberto Youssef e o Sr. Marcio Bonilho, da Sanko-Sider, que faz referência ao nome do "Sr. Paulo Roberto" – entre aspas – como destinatário de valores constantes na planilha de que tratavam ao telefone. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Nas quebras de sigilo autorizadas na Operação Lava-Jato, a Polícia Federal afirma ter encontrado provas da transferência de valores das empresas MO Consultoria e Sanko Mapeamentos ao senhor durante o período em que era diretor da Petrobras. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Nas interceptações telemáticas da Operação Lava-Jato, a Polícia Federal localizou um *e-mail*, de 12 de fevereiro de 2013, encaminhado pela empresa de turismo Marsans ao Sr. Alberto Youssef, cobrando o pagamento de R\$2.799,89, referente à passagem aérea no trecho Rio de Janeiro-São Paulo e à diária no hotel Tivoli, em nome do Sr. Paulo Roberto Costa. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

É o próximo bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – Quarenta e sete. "Segundo a Polícia Federal, vários fornecedores da RNEST teriam depositado dinheiro nas empresas do Sr. Alberto Youssef. O senhor sabe informar algo sobre isso?" Não sei. Isso é uma relação deles com o Alberto. Não tenho conhecimento disso.

"Há notícias de que o consórcio Camargo Corrêa, fornecedor da RNEST, subcontratou a empresa Sanko-Sider, Sanko Investimentos." Isso, eu vi já pela imprensa uma declaração da própria Camargo Corrêa. A Sanko-Sider é uma fornecedora de tubos cadastrada pela Petrobras. Para fornecer para qualquer empresa, seja diretamente para a Petrobras, seja para empresas fornecedoras para a Petrobras, essa empresa tem que ter cadastro. É o que a gente chama, dentro da companhia, é o chamado *vendor list*. Você tem que estar dentro daquela lista de empresas cadastradas. Então, mesmo que a empresa, uma empresa privada faça uma licitação para ela fornecer os equipamentos ou tubos, o que quer que seja, se não for uma empresa que a Petrobras já aprovou, ela não pode fornecer. Então, a Sanko-Sider era cadastrada na Petrobras. Aqui, pelo que estou entendendo aqui, era uma relação de uma empresa privada, Camargo Corrêa, com uma empresa privada, Sanko-Sider. Não vejo nenhum problema nesse assunto.

Quando diz que isso, "essa subcontratação é autorizada pela legislação brasileira?" Claro que é! A empresa Camargo Corrêa... Está na declaração também que ouvi agora, recente, deles – até saiu acho que em uma revista dessas de final de semana –, dizendo que ela contratou, para a obra da RNEST, mais de 200 mil itens. Ela contratou 200 mil itens com n empresas privadas. E isso, sendo que, se essas empresas... O único senão é que essas empresas têm que ser cadastradas pela Petrobras.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

A Camargo Corrêa compra de quem ela quiser. Não importa de quem ela compra. Agora, ela tem lá o preço definido com a Petrobrás. Se ela comprar mal, prejuízo para ela. Então, é uma relação de empresa privada com empresa privada. Eu não sei nem por que isso consta aqui dessa colocação do inquérito, porque é uma relação de duas empresas privadas, não tem nada a ver em relação a essa colocação.

"A quebra de sigilo da Polícia Federal constatou transferência de valores para suposta conta de laranja de Alberto Youssef." Não conheço isso e nem devia conhecer. Não tem nada a ver comigo.

Cinquenta. "Informações da Receita dão conta que a Sanko transferiu R\$3,270 milhões para a GFD." Não tenho conhecimento. "Como membro do Conselho de Administração, o senhor tem conhecimento desse fato?" Não tenho, nem deveria ter, porque eu não tenho nada a ver com o Conselho de Administração da Abreu e Lima. Essa é uma relação de duas empresas privadas, não tenho nada a ver com isso, nem deveria ter.

Cinquenta e um. "Qual a relação com Murilo Tena Barrios e Marcio Andrade Bonilho?" Não conheço o Sr. Murilo Tena Barrios. Conheço o Sr. Marcio Andrade Bonilho. Conheço. O Sr. Marcio Andrade Bonilho esteve na minha consultoria, lá, com o objetivo de alavancar maior venda de produtos, principalmente tubos, porque ele fornecia tubos para várias empresas. Esteve lá comigo, assinamos um contrato, tenho um contrato assinado com ele, de valor mensal, para correr atrás de oportunidades para venda de tubos para ele. Esse contrato ele me pagava R\$10 mil por mês. Acho que o contrato durou três meses, quatro meses no máximo. Não conseguimos viabilizar nenhum serviço. Trabalhei, mas não tive resultado. E o contrato foi desfeito. Então, conheço o Sr. Marcio Andrade Bonilho; não conheço o Murilo Tena Barrios.

"Segundo a PF, a MO Consultoria e a GFD têm recebido expressivo valor de empresas fornecedoras da Refinaria Abreu Lima. O que o senhor sabe sobre isso?" Nada. Não tenho conhecimento nem deveria ter.

"Nas interpretações telefônicas feitas na Operação Lava-Jato, há diálogo de Alberto e Marcio Bonilho, fazem referência a Paulo Roberto." Quando eu estava lá recluso eu recebi uma cópia do depoimento do Marcio Bonilho, e ele não diz isso. O depoimento de Marcio Bonilho não diz nada sobre isso. Eu, aqui, acho que é outra ilação que foi feita em relação ao meu nome.

Na quebra de sigilo, autorizada a operação, afirma ter encontrado prova de transferência de valores da MO para a Sanko, isso durante o tempo em que eu era da Petrobras. Era a relação de duas empresas privadas. Tem que chamar as empresas privadas aqui para falar o que eu, Petrobras, ou o que qualquer um da Petrobras tem a ver com relação de duas empresas privadas. Absolutamente nada.

"Nas interpretações telemáticas da Operação Lava-Jato, a Polícia Federal localizou um *e-mail* de 12 de fevereiro, encaminhado pela empresa Turismo Marsans, cobrando o pagamento de R\$2.700,00 referente à passagem aérea no trecho Rio-São Paulo e diária no Hotel Tivoli. Para mim, corretíssimo, porque eu fui, como já falei anteriormente, a várias reuniões em São Paulo sobre o assunto da Ecoglobal e o Alberto Youssef, através da Marsans, que é uma empresa de turismo, me pagava a ida para São



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Paulo e o hotel. Isso é de praxe em qualquer consultoria. Se eu for dar uma consultoria lá no Rio Grande do Sul, quem vai me contratar vai me dar a passagem aérea e vai me dar o hotel. Isso aqui está correto e foi feito dessa maneira, dentro da consultoria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a busca e apreensão da Polícia Federal na residência...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Relator, só um minuto...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ...até porque o objetivo nosso aqui é esclarecer e eu acho que é a primeira oportunidade que o diretor tem de poder fazer a sua defesa publicamente.

Na verdade, no item 54, quando fala na quebra de sigilo autorizada pela Operação Lava-Jato, teria havido provas de transferência de valores das empresas MO e Sanko, no caso, ao senhor. Isso corresponde ou não?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – De maneira alguma. Pode ser verificado lá no meu sigilo bancário, que está à disposição de vocês, da Polícia Federal. De maneira alguma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Perfeito.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Inclusive, a MO Consultoria nem conheço, essa empresa. Dizem aqui que é do Alberto Youssef, mas não conheço. Mas para mim não foi feito nenhum depósito dessas empresas na minha conta. De maneira alguma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O.k.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Aproveitando também, Sr. Presidente, para a gente não voltar, no questionamento 51, que o senhor afirma que não conhece o Sr. Murilo, mas conhece o Sr. Marcio, que era um dos proprietários da Sanko e que, de fato, o senhor trabalhou em consultoria para contribuir ou arrumar compradores para os tubos...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Correto.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Quando o senhor fala, o senhor trabalhou via sua empresa, a Costa Global...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Costa Global. Eu tenho um contrato do início de 2013 entre a Costa Global e a Sanko-Sider.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Esse contrato é legalizado, foi assinado?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Totalmente, totalmente legalizado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Está em mãos da Polícia Federal também?



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Está. Eles levaram tudo, não tenho mais nada em casa, porque levaram tudo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Mas está lá com eles.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a busca e apreensão da Polícia Federal na residência e no escritório do Sr. Paulo Roberto. Na operação de busca e apreensão, a Polícia Federal encontrou em sua residência o valor de R\$762.250,00, US\$181.495, €10.850. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Pode explicar a origem de todo esse dinheiro?

Nessa operação, a Polícia Federal encontrou uma agenda do senhor, com a frase de Millôr Fernandes – abre aspas –: "Acabar com a corrupção é objetivo supremo de quem ainda não chegou ao poder" – fecha aspas. O senhor pode explicar o sentido dessa frase e o porquê de ela constar em sua agenda?

Na mesma agenda constam anotações de entrada de dinheiro em sua empresa Costa Global, com o codinome – abre aspas – "Primo", que, segundo a Polícia Federal, seria o apelido do Sr. Alberto Youssef. É realmente "Primo" o Sr. Alberto Youssef? Por que o Sr. Alberto Youssef depositaria para o senhor, por meio da empresa Costa Global?

Segundo depoimento prestado pelo senhor à Polícia Federal, esse dinheiro seria o pagamento de empréstimo que o senhor havia feito a Marcelo Barboza. Quem é Marcelo Barboza? Por que o senhor só mencionou esse empréstimo na petição dirigida ao Supremo Tribunal Federal?

Em documentos apreendidos pela Polícia Federal no escritório do senhor, há uma referência à empresa Astromarítima Navegação S.A., em outubro de 2013, acompanhada de uma anotação sobre um valor de R\$490 mil. O senhor teria escrito – abre aspas –: "Validade de dois anos e ganho de 5% do valor bruto e mais 50%" – fecha aspas. Qual o significado dessa anotação? Que relação o senhor tinha ou tem com essa empresa?

Os documentos apreendidos pela Polícia Federal indicam que o senhor, ainda na condição de diretor de abastecimento da Petrobras, teria favorecido fornecedoras da Petrobras, entre as quais o grupo Maersk. Segundo a Polícia Federal, depois que deixou o cargo de diretor, o senhor teria atuado – abre aspas – "como lobista do grupo Maersk junto à Petrobras para a celebração de contrato no valor de US\$300 milhões, que garantiria ao senhor uma – abre aspas – "taxa de sucesso" – fecha aspas – de 1,25 do valor do contrato. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Ainda segundo a Polícia Federal, a taxa de sucesso relativa ao contrato com a Maersk seria paga à empresa Gandra Brokerage, supostamente controlada pelo Sr. Wanderley Gandra, um ex-funcionário da Petrobras e amigo de longa data do senhor. A Polícia Federal afirma que o senhor Wanderley Gandra é apenas – abre aspas – "um laranja do senhor". O que tem a dizer sobre isso?



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

É esse o próximo bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Bom, na relação, em busca e apreensão, eu tinha realmente esses valores na minha casa, em reais. Eu tenho, como falei, uma empresa, e eu tinha necessidade de ter também dinheiro vivo para fazer uma série de negócios dentro da empresa, pagamento de impostos, pagamento de uma série de coisas. Então, esse dinheiro estava lá, e eu vou explicar como foi a origem desse dinheiro.

Essa quantidade de dólar aqui foram dólares que nos meus 35 anos de Petrobras eu economizei e deixei esse dinheiro como uma garantia, como vários de nós têm dólares guardados em casa. Então, eu não sei qual é o problema disso. E €10 mil também, de viagem. Então a quantidade de dólar e a quantidade de euros eu não sei qual é o problema em relação a ter em casa isso. Várias pessoas com certeza têm dólares em casa e euros guardados em casa. Em relação a esse dinheiro, está aqui na pergunta 59, e eu vou então voltar com mais detalhe a ela.

Em relação à minha agenda e a uma frase de Millôr Fernandes, senhores e senhoras, essa frase não é minha. Eu anotei várias frases. Embaixo dessa frase havia outra frase, que agora também eu não me lembro lá, porque levaram a agenda. Por que não pegaram essa outra frase que estava embaixo, só colocaram essa? Maldade. Olhem as outras frases. Havia outras frases. A frase não é minha. Eu achei interessante a frase e coloquei. E essa frase aqui... A minha agenda era de 2012. Eu já tinha saído da Petrobras. Então, qual o problema de ter uma frase escrita? Eu tinha. Pega a outra frase. Havia uma frase embaixo. Por que não pegou a outra frase, de baixo? Realmente, é algo extraordinário.

"Na agenda constam anotações de entrada de dinheiro da empresa Costa Global" – claro, a Costa Global tinha entrada e saída de dinheiro – "com o codinome 'Primo', que, segundo a Polícia Federal, é o apelido de Alberto". Não sei, nunca soube que ele é chamado de "Primo". Não tenho conhecimento disso.

"Segundo depoimento prestado à Polícia Federal, esse dinheiro seria para pagamento de empréstimos. Seria feito ao Sr. Marcelo Barboza". Sim, esse dinheiro, em reais, que eu tinha na minha casa, foi de um mútuo que eu fiz com o Marcelo Barboza. Marcelo Barboza é o dono da Pragmática. Já há perguntas anteriores aqui em relação a ele. Então, quem é Marcelo Barboza? Dono da Pragmática, amigo meu, que fez esse mútuo comigo. Isso aí está no imposto de renda dele, e está no imposto de renda meu. É só consultar lá, há um contrato entre eu e ele em relação a esse mútuo, um contrato legal, no imposto de renda dele e no imposto de renda meu. Pode ser visto lá, sem nenhum problema.

"Por que o senhor só mencionou esse empréstimo na petição dirigida ao Supremo?" Porque ninguém me perguntou sobre isso. Eu dei dois depoimentos à Polícia Federal do Rio de Janeiro. Não houve nenhuma pergunta sobre isso. Nenhuma. O que a Polícia Federal me perguntou eu respondi. É que não teve pergunta. Não tem nenhum depoimento porque não teve nenhuma pergunta.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Astromarítima. A Astromarítima é uma empresa que fornece embarcações para a Petrobras há muitos anos. É uma empresa hipertradicional no mercado. Essa empresa me procurou na Costa Global, dizendo o seguinte: "Paulo, eu preciso construir mais dez navios para atender contratos futuros da Petrobras". A Petrobras tem uma previsão de contratar, nos próximos anos, possivelmente 250 navios de apoio para operações *off shore*. E essa empresa, a intenção dela era construir dez navios para atender a esse crescimento de mercado. Quando se falou desses dez navios, em algum lugar, a imprensa divulgou – não todos da imprensa, mas uma parte da imprensa – que eu era dono de dez navios. Senador, é difícil. A imprensa colocou que eu era dono de dez navios. Se eu fosse dono de dez navios, não estava lá em uma empresa de consultoria, a Costa Global, para cuidar da minha vida. Essa empresa me procurou dizendo o seguinte: "Eu preciso construir dez navios e eu não tenho condição financeira de arcar com isso. Nós somos três sócios. Dois sócios já são idosos e não querem levar esse assunto adiante. Então, eu queria que você, pelo seu conhecimento de mercado, verificasse a possibilidade de entrar sócio investidor dentro da empresa, para comprar, quem sabe, a empresa toda, ou parte da empresa, para a gente poder continuar crescendo a nossa atividade dentro do Brasil". Eu falei: vamos fazer um contrato. Existe um contrato meu com eles de validade de dois anos. O senhor tem escrito: "validade de dois anos". Dois anos é a validade do contrato. Está lá no contrato.

O *success fee*, o ganho que eu tivesse em relação ao valor que a empresa queria, era de 5%. Então, vamos supor aqui que a empresa valesse R\$100 milhões. Se eu tivesse sucesso em arrumar um investidor financeiro, eu ia ganhar 5% de R\$100 milhões: R\$5 milhões – isso está no contrato muito claro, é outra confusão que fizeram aqui com despropósito de forma – e mais 50%. Se a empresa valia R\$100 milhões e eu conseguisse um comprador que pagasse R\$110 milhões, 50% viria para mim e 50% iria para o dono da empresa. Está lá no contrato, de forma clara. Qualquer consultoria tem isso. Então, vamos dizer, conseguiu um valor acima do que o que o cara quer? É 50% para ele e 50% para mim. Saiu na imprensa, também, que eu teria um contrato que pagaria 50% de comissão. Senhores, não existe contrato com 50% de comissão nem aqui, nem na China. Então, é uma coisa sem propósito.

Assinei dois contratos com duas empresas que se interessaram em estudar a participação na Astromarítima. Tenho esses contratos lá. Uma empresa é conhecida de todos, que é a J&F, dona da Friboi. Essa empresa está diversificando portfólio. Além de toda parte de carne, de frango, de boi, etc., ela fez agora, recentemente, uma fábrica de papel e celulose lá em Mato Grosso do Sul e se chama Eldorado Celulose, em Três Lagoas, se não me engano, uma empresa gigantesca da área de papel, ela está também atuando na área de papel. Fui lá, conversei com eles, há um contrato assinado, falei: "Olha, há uma empresa aqui, de navegação, em que talvez haja interesse." Fizemos reuniões em São Paulo, fizemos reuniões no Rio com a J&F. No final, depois de algum tempo, discutiram isso no Conselho de Administração da empresa, acharam que não era o momento de investir. Muito bem, luta que segue, luta que continua.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Fui procurado por uma empresa também que queria diversificar portfólio. Essa empresa se chama Protege. Tenho lá o contrato assinado com ela, é uma empresa que tem mais de 2 mil caminhões para transporte de valores. Tive reunião em São Paulo, tive reunião no Rio, tenho contrato assinado com eles. Depois de n reuniões, falaram: "Ó, não queremos investir no momento." Então, não consegui sucesso em relação à venda de parte ou total da Astromarítima, mas o contrato tinha dois anos, então, ainda ia trabalhar um certo tempo procurando investidores. Mas esse negócio de 50% já expliquei o absurdo do entendimento.

Os documentos apreendidos em relação à Maersk. Para quem não sabe, a Maersk é uma empresa dinamarquesa centenária e é a maior empresa de navegação do mundo. Ela trabalha para a Petrobras há mais de 40 anos na área de exploração e produção. Então, na parte de rebocadores, *supply boats*, navios de manuseio de âncora, ela trabalha para a Petrobras há mais de 40 anos, uma empresa extremamente conceituada mundialmente.

Por volta do ano 2006, a pessoa que está listada aqui, o Gandra, me perguntou o que eu achava de a Maersk entrar na área de navios para transporte de petróleo, derivados e tal. Eu falei: ô Gandra, a Petrobras já tem hoje – e isso já pode ser constatado lá – possivelmente de 20 a 30 *brokers*.

O que é *broker*? A atividade de *brokerage* começou na Inglaterra por volta do ano 1800. *Brokerage* é: vamos transportar uma carga, eu tenho um navio, você tem a carga, eu tenho interesse de ter alguém que intermedeie esse negócio. Então, há os *brokers*; é como se fosse um corretor de imóveis. Eu quero comprar um apartamento, vou procurar um corretor de imóveis, obviamente que a esse corretor de imóveis, se eu comprar o apartamento, vou pagar um percentual para ele. Então, a corretagem na área de navios se chama *brokerage*.

A Petrobras, como falei, deve ter mais de 20 ou 30 *brokers* trabalhando para eles, a Maersk é um deles.

Como a Petrobras faz na contratação de navios? Existem revistas semanais especializadas que dão valor de referência de mercado para compra de transporte, quer seja de ponto A ao ponto B, ou contratos que podem ser de um ano, dois anos, cinco anos, etc. Uma das empresas que faz isso na Bolsa de Londres, que há lá em Londres, que faz isso, se chama Clarksons. Então, toda semana essa empresa Clarksons divulga os valores médios de frete para petróleo, para derivados, para graneis no mundo inteiro. Como a Petrobras contrata um navio: para fazer o transporte do ponto A ao ponto B ou um contrato de um ano, dois anos, cinco anos? Na referência de mercado, ela pega esses dados da Clarksons, pega dados de outras empresas e faz por mercado. Então, quando a Petrobras chama lá seus 20 *brokers* para contratar um navio, ela diz: "Olha, o preço tem que ser preço de mercado e eu quero um contrato aqui de três anos." Os *brokers* vão lá e dizem: "Posso oferecer R\$18 mil a diária, R\$20 mil a diária, R\$30 mil a diária através desse tema de *brokerage*." Os *brokers*, em média, no mundo, recebem entre 1,5% a 3% do valor da taxa diária. Então, se a taxa diária é de US\$20 mil, o cara recebe lá 3% de US\$20 mil no sistema de *brokerage*. Isso é assim no mundo inteiro.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Então, essa empresa que ele criou, primeiro, é uma empresa dele, não tenho participação nenhuma. Dizer que o Wanderley Gandra é meu laranja, não tem nada a ver isso. Ele tem a sua empresa, ele tem esse contrato entre ele e a Maersk. A Maersk, repito, é uma empresa hipertradicional, mais que centenária e jamais uma empresa como esta teria qualquer assunto de forma irregular. Então, a Maersk é uma empresa extremamente séria; o seu Gandra é um cara extremamente sério, não é ex-funcionário da Petrobras. Aqui há um erro: nunca foi funcionário da Petrobras. Ele era piloto de aeronave de empresas que trabalharam para a Petrobras, mas nunca foi funcionário da Petrobras. É um cara muito competente. Como piloto, foi competente; é um cara muito competente na ação... Ele continua trabalhando na empresa de helicópteros, e abriu essa empresa. É um cara sério, competente, jamais faria alguma coisa de forma irregular. Então, o seu Gandra e a sua Maersk, não há o que dizer sobre eles.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Relator, só para esclarecer aqui. Eu queria entender. Quando V. S^a se refere a esse empréstimo, a esse dinheiro do pagamento do empréstimo, seriam esses R\$762 mil?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – E esse que fala que o Primo depositou, não é depósito, é uma anotação apenas. É isso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – É uma anotação, e eu não sei quem é Primo. Não sei quem é Primo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Então, R\$762 mil era o empréstimo que estava sendo pago de volta?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – É esse que estava na minha casa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Certo.

O SR. PAULO ROBERTO DA COSTA – Dinheiro que estava na minha casa, no meu cofre, e a Polícia Federal foi lá e levou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Último bloco, Sr. Presidente.

A relação da família do Sr. Paulo Roberto com a Operação Lava-Jato, a partir do 64. É que o outro já foi. O 63 já foi, ele já respondeu. É do 64 em diante.

As duas filhas do senhor, a Sr^a Arianna e a Sr^a Shanni, com os respectivos maridos, o Sr. Márcio e o Sr. Humberto Sampaio de Mesquita, também viraram réus em ação penal decorrente da Operação Lava-Jato e tiveram, inclusive, a sua quebra de sigilo decretada. A principal acusação contra os familiares do senhor seria obstrução à Justiça, conforme a Polícia Federal, em 17 de março, data em que foi deflagrada a Operação Lava-Jato. Câmeras de segurança do prédio onde está situada a Costa Global registraram a ação de seus familiares entrando e saindo com sacolas e mochilas contendo documentos da empresa, enquanto o senhor prestava depoimento. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Que documentos eram esses? A ordem para a retirada dos documentos partiu do senhor?



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

A empresa Pragmática Consultoria, pertencente ao seu genro, Sr. Humberto Sampaio de Mesquita, possui ou possuiu algum contrato com a Petrobras? Se afirmativo, desde quando? Para que tipo de serviço?

O senhor sabe informar se os seus genros, o Sr. Humberto e o Sr. Márcio, conhecem o Sr. Alberto Youssef? Que tipo de relação há entre eles?

Quem é o Sr. Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano? E que relações o senhor mantém com ele? O Sr. Fernando Soares mantém relações com o seu genro Humberto Sampaio de Mesquita?

Segundo a revista *Época*, de 12 de abril, a Polícia Federal teria constatado que o seu genro Márcio administraria uma conta no Royal Bank, no Canadá, na unidade com sede no paraíso fiscal das Ilhas Cayman, com saldo de US\$2,4 milhões. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Sabe informar se, na abertura da conta, seu genro foi ajudado pelo doleiro Dario Messer?

Segundo a Polícia Federal, a família do senhor teria adquirido diversos imóveis nos últimos cinco anos. Sua filha Arianna e o seu genro Márcio teriam registrado gastos de cerca de R\$3,9 milhões em imóveis, enquanto sua filha Shanni e seu genro Humberto Sampaio teriam feito aquisições no valor de R\$1,180 milhão. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Eles possuem renda compatível com esse patrimônio?

Essa é a última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o depoente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – A 64 fala das minhas filhas aqui e seus maridos, meus genros, que teriam ido lá na Costa Global, entrado e saído com documentos, etc. e etc. "O que o senhor tem a dizer sobre isso?"

O meu escritório lá tinha também muitos papéis das empresas da minha filha, porque minha filha representava uma empresa chamada Flexiv, lá do Paraná, uma empresa fornecedora de móveis de escritório, móveis para aeroportos, uma série de coisas nessa linha, e o meu genro, o Márcio, também usava a minha sala – ele tem uma sala no prédio, mas ainda não estava pronta; ele é um designer, projeta móveis, desenha móveis, tem uma loja que vende móveis e tinha também material dele lá. O que eu soube depois, porque a ordem não partiu de mim, nem poderia partir, essa aqui é outra ilação da Polícia Federal... Porque, na hora que Polícia Federal esteve na minha casa, numa segunda-feira, grudaram em mim. A delegada e a equipe lá grudaram em mim. Então, não tive oportunidade nenhuma de falar com ninguém, a não ser do meu lado, porque eu liguei para um advogado, eu nunca tinha passado um constrangimento desse na minha vida, então, a única ligação que eu fiz foi para um advogado, do lado da agente, da delegada da Polícia Federal. Não tive oportunidade, nem faria isso, de orientar ninguém a pegar documento, prova ou alguma coisa nesse sentido. A Polícia Federal sabe disso, porque estava colada comigo o tempo todo, saiu da minha casa, me levou à Polícia Federal do Rio de Janeiro para dar depoimento, dei um depoimento longo. Então não houve possibilidade nenhuma de eu fazer contato com ninguém. Essa



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

aqui é outra ilação que foi feita dentro desse processo. Minha filha e meu genro foram pegar material deles lá que estava dentro do escritório.

"A empresa Pragmática pertence ao seu genro Humberto?" Não. A empresa Pragmática pertence ao Marcelo, que eu já mencionei aqui, Marcelo Barboza. Meu genro tem uma participação acionária – pelo menos tinha – dentro dessa empresa.

Se possui algum contrato com a Petrobras, não sei dizer, nem para que tipo de serviço; teria que ser feita uma consulta diretamente com o dono da empresa.

"O senhor sabe informar se seus genros, Humberto e Márcio, conhecem Alberto Youssef e têm relação com ele?" Não conhecem. Nem o Humberto nem o Márcio nunca tiveram com Alberto Youssef.

"Quem é Fernando Soares, conhecido como Fernando baiano, e qual a relação entre eles, etc.?" O Fernando Soares, Fernando baiano, representa uma empresa espanhola no Brasil, chamada Acciona. Essa empresa fez grande parte do Porto do Açu, na parte de estrutura do Porto de Açu, lá no Rio de Janeiro, no norte do Rio de Janeiro, que era o porto do Sr. Eike Batista, e, quando... Eu também tinha um projeto dentro da Costa Global, mencionei aqui anteriormente, de um estaleiro de reparo que tentamos até fazer em Santa Catarina, eu tive essa reunião lá com o Governador Colombo. E, nesse estaleiro de reparo, precisava desse tipo de trabalho que a Acciona fazia. E ele me procurou para ver se a gente tinha condição de gerar algum serviço em conjunto com essa empresa Acciona, com a empresa que estávamos abrindo para o estaleiro de reparo. Infelizmente, não conseguimos levar adiante o estaleiro de reparo e nada mais foi feito.

Se ele tem relações com meu genro, não sei, com o Humberto, não sei.

Sessenta e oito. "A Polícia Federal teria constatado que seu genro Márcio administraria uma conta no exterior, do Royal Bank of Canadá, etc. O que o senhor tem a dizer sobre isso?" Não tenho conhecimento desse assunto.

"E seu genro foi ajudado pelo doleiro Dario Messer?" Não sei nem quem é Dario Messer, nunca tive nenhum contato com ele e não sei quem é. Então, não tenho conhecimento sobre isso.

"A Polícia Federal diz que a família do senhor teria adquirido diversos imóveis nos cinco anos", minha filha, meu genro, uma delas e a outra. O que tenho a dizer sobre isso é para olhar o imposto de renda deles. Não tenho nada a dizer. Olha lá, pega os impostos de renda do meu genro, da minha filha, dos últimos cinco anos, e checa. Vê o que teve de patrimônio, vê o que teve de entrada de dinheiro, de saída de dinheiro. Tem que estar lá no imposto de renda. Tenho certeza de que não há nada irregular nesse sentido. Mas olha lá no imposto de renda. Nada melhor, para ver patrimônio de uma pessoa, do que checar a declaração do imposto de renda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Posso fazer esse questionamento, mas tinha outras coisas que gostaria de abordar. Faço o questionamento, depois quero abordar outras questões.

Uma das questões que estão sendo veiculadas pela imprensa, inclusive, se tenta colocar esses depósitos que foram feitos por empresas fornecedoras à Petrobras



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

na conta dessa empresa MO como sendo doações indiretas de campanha, em relação a esse tema, veicula-se que o senhor poderia ter atuado em financiamento de campanhas. O senhor por acaso atuou dessa maneira? Pediu doações a empresas? Considera que isso seria algo razoável de ser feito? Que candidatos teriam sido beneficiados? Então esse é um tema que nós gostaríamos de abordar aqui, até porque isso foi cogitado, colocado em uma das reuniões da CPMI, e também fez parte de matérias de jornais, correlacionando empresas fornecedoras da Petrobras com contribuições de campanha.

Interessante até que o jornal que fez essa matéria se referiu a alguns beneficiários dessas doações, mas não se referiu a outros. Por exemplo, a empresa Alusa Engenharia, que é participante do consórcio Alusa CBM, e naturalmente não trabalha só para a Petrobras, trabalha para o serviço público de Estados e Municípios, firmou contrato com a refinaria Abreu e Lima em dezembro de 2010 e o principal beneficiário individual de doações dessa empresa para as eleições de 2010 foi o então candidato ao Senado pelo PSDB de Minas Gerais, Aécio Neves da Cunha, que recebeu R\$340 mil da referida empresa. Não estou dizendo que há qualquer ilegalidade não, só estou dizendo que o jornal, que faz a correlação fornecedor da Petrobras e doação de campanha, não fez referência a isso.

Essa mesma empresa, nas eleições de 2010, doou R\$950 mil para diretórios estaduais de partidos políticos. E somente o diretório estadual do PSDB de Minas Gerais recebeu R\$500 mil, ou seja, 52,6% do total doado por essa empresa para diretórios estaduais de partido.

A empresa Galvão Engenharia, que é participante de um dos consórcios responsáveis pela construção da refinaria Abreu e Lima, portanto fornecedora da Petrobras, e que, segundo investigações da Polícia Federal, teria pago R\$1,5 milhão referentes a serviços de consultoria a empresas de fachada controladas pelo doleiro Alberto Youssef, isso nós vamos saber porque o doleiro vem aqui e a empresa virá também, teve como seu principal beneficiário individual nas doações para as eleições de 2010 o então candidato ao Governo do Estado de Minas Gerais pelo PSDB, Antonio Augusto Anastasia, que recebeu R\$800 mil da referida empresa. Não quero dizer que haja nada de ilegal nisso. Ao contrário, é só para mostrar que se procura fazer uma correlação entre beneficiário da Petrobras, doação de empresa e corrupção na empresa.

O segundo maior beneficiário foi o então candidato ao Governo do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, que teria recebido R\$580 mil da referida empresa. Volto a insistir, tudo dentro da legalidade.

Dentre os principais beneficiários da Galvão Engenharia, consta também o então candidato ao Senado pelo PSDB de Minas Gerais, Aécio Neves, que recebeu R\$270 mil.

A Galvão doou ainda R\$10 milhões para diretórios partidários estaduais, sendo o principal beneficiário o diretório estadual do PSDB de São Paulo, que recebeu R\$3,135 milhões, ou seja, 31,3% do montante que a empresa destinou a diretórios estaduais.

O grupo OAS, representado pelas empresas OAS Engenharia e Participações S.A., que segundo a PF pagou R\$563 mil referente a serviços de



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

consultoria a empresas de fachada controladas pelo doleiro Youssef e pela OAS, participante de um dos consórcios para fazer uma das unidades da Abreu e Lima, teve entre os seus principais beneficiários, nas eleições de 2010, o candidato ao Governo do Estado de Minas Gerais pelo PSDB, Antonio Anastasia, que recebeu R\$500 mil, e o então candidato ao Senado pelo PSDB de Minas Gerais, Senador Aécio Neves, que recebeu R\$250.

A Mendes Júnior, que tem contrato com a Petrobras e que constaria de uma lista de colaboradores de campanha apreendida pela PF na residência de V. S^a, teve entre os seus principais beneficiários nas doações para as eleições de 2010 o então candidato do PSDB ao Governo de Minas Gerais, Antonio Anastasia, que recebeu R\$600 mil; o candidato ao Senado por Minas Gerais, Aécio Neves, que recebeu R\$200 mil; os candidatos a Deputado Federal pelo PSDB de São Paulo José Aníbal, que recebeu R\$104 mil, e Walter Feldman, que recebeu R\$102 mil; o candidato a Deputado Federal pelo PSDB da Bahia, Jutahy Magalhães, que recebeu R\$100 mil. A Mendes Júnior doou ainda R\$2,21 milhões para diretórios estaduais, sendo o principal beneficiário dessa lista o diretório estadual do PSDB de Minas Gerais, que recebeu R\$1,48 milhão, ou seja, 67% do total doado para todos os diretórios estaduais. O comitê financeiro estadual para Governador do PSDB de São Paulo também recebeu R\$1,2 milhão da referida empresa e outras doações foram feitas ao Comitê Financeiro para Senador da República do PSDB de São Paulo, que recebeu R\$210 mil.

A empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa, participante do consórcio nacional Camargo Corrêa, responsável pela construção da obra da Unidade de Coqueamento Retardado da Refinaria Abreu e Lima, doou, em 2010, R\$6,67 milhões para diretórios partidários estaduais, contemplando diretórios estaduais de oito partidos políticos diferentes. Entre os diretórios estaduais, os que foram mais contemplados pela Camargo Corrêa foram os do PSDB, recebendo R\$2,70 milhões, ou seja, 34,1% do montante que a empresa destinou a diretórios estaduais. Entre os diretórios do PSDB, o que recebeu o maior volume foi o do PSDB de Minas Gerais, com R\$620 mil da Camargo Corrêa. Os candidatos do PSDB de Minas Gerais ao Governo do Estado e ao Senado, respectivamente, Antonio Anastasia e Aécio Neves, também foram beneficiados individualmente com doações da empresa, recebendo cada um R\$600 mil e R\$200 mil. A empresa destinou ainda R\$4,5 milhões para os comitês financeiros estaduais para governador. O principal beneficiado, com R\$2,5 milhões, ou 55% do total, foi o comitê financeiro estadual do PSDB para Governador de São Paulo.

E, finalmente, a Construtora Barbosa Mello, participante sócio Alusa CBM, que tem contrato com a Refinaria Abreu e Lima, em dezembro de 2010, teve entre os seus principais beneficiários nas doações para as eleições de 2010 os candidatos a Deputado Federal pelo PSDB da Bahia, Jutahy Magalhães Júnior e Antonio José Imbassahy, além do candidato a Deputado Federal pelo Democratas de Minas Gerais, Lael Varella.

Na verdade, esse levantamento tem por objetivo, especialmente, mostrar que não há um sinal de igualdade, ou seja, o fato de uma fornecedora da Petrobras doar recursos de campanha para candidatos dos mais diferentes partidos, nisso, não há



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

nenhuma implicação direta ou, pelo menos, não se pode fazer essa dedução de que seja resultado de doações feitas por conta de vantagens auferidas em contratos com a Petrobras.

Então, a minha pergunta é se V. S^a teria atuado em financiamento de campanhas eleitorais.

Mas queria fazer algumas outras perguntas. Primeiro, V. S^a ocupou cargos importantes também na Petrobras, ao longo do governo anterior. Na verdade, vi aqui que V. S^a ocupou postos como gerente geral de Exploração e Produção do Sul; gerente geral de logística da área de E&P; gerência de gás na área do abastecimento; diretor da Petrobras Gás, a Gaspetro, também no período de 1999 a 2000; responsável pela gerência geral de logística da Unidade de Negócios Gás Natural da Petrobras.

Estou fazendo essa referência, porque se tenta imputar ao governo do Presidente Lula e ao Governo da Presidenta Dilma o que a oposição e parte da mídia chamam de aparelhamento da Petrobras, como se os ocupantes de gerências, os ocupantes de diretorias fossem pessoas que tivessem sido tiradas não se sabe de onde, alocadas na empresa e por razões de ordem política. Eu não creio que, não somente pelas funções que V. S^a ocupou na empresa, como também pelo conhecimento que tem, cuja expressão eu já tive a oportunidade de ver da parte de V. S^a, tenha sido indicado por razões de ordem político-partidária.

Então, eu queria fazer essa referência e dizer, inclusive, que, no governo anterior, provavelmente pelos méritos de V. S^a, V. S^a ocupou funções importantes dentro da Petrobras. Então, essa era uma questão a que eu queria que V. S^a fizesse referência, porque eu acho que é importante desmistificar essa ideia de que o governo Lula e o Governo Dilma instalaram verdadeiros cupins dentro da Petrobras para aparelharem a empresa.

Quanto a uma notícia que foi colocada, quando se discutiu esse comitê de proprietários da empresa, primeiro foi dito que isso era uma iniciativa de V. S^a como diretor e segundo que esse comitê de proprietários tinha poderes acima da diretoria da Petrobras. Isso é real ou não é real?

A outra coisa que eu pergunto: eu acho estranho, entendo até, mas eu acho estranho que uma empresa como a Petrobras, apesar de que V. S^a fez muita referência ao fato de isso ter sido divulgado, mas o fato de se fazer uma conta apressada para estipular o valor da construção de uma refinaria, o que senhor chamou de conta de padaria, não lhe parece assim uma coisa meio amadorística? Isso tem a ver com o fato de que a Petrobras passou tanto tempo sem fazer refinaria que não sabia mais nem como calcular um valor aproximado para realização de uma refinaria? Tomar uma refinaria no México como referência poderia ser algo que, mesmo numa etapa preliminar, fosse justificável?

A outra coisa que eu pergunto: V. S^a falou que a diferença do tipo de petróleo que a Venezuela passaria a fornecer ao Brasil obrigou que se pensasse num outro trem de refino. Hoje a Petrobras tem lá tem esses dois trens de refino. Ela vai processar petróleo que vem da Venezuela com as características que obrigaram a criação de um segundo trem? Perdoe-me aqui a ignorância, mas alguns desses trens vai



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

ficar obsoleto, se esse petróleo da Venezuela, nas condições em que ele veio – que V. S^a chamou de petróleo sintético –, não vier? Qual vai ser o destino desse trem? Isso gerou algum prejuízo? Isso demonstrou algum tipo de falta de planejamento?

A outra coisa que eu pergunto: V. S^a atribuiu à Diretoria de Serviços praticamente a maior parte da responsabilidade pela contratação das empresas, apesar de ser uma área vinculada à Diretoria de Abastecimento. Em nenhum momento, a diretoria é ouvida quando se trata da licitação, da elaboração de editais, da escolha de quais empresas serão convidadas dentro do cadastro da Petrobras? É uma ação solitária da Diretoria de Serviços ou é uma ação solidária entre a Diretoria de Serviços e a diretoria fim, no caso, as outras diretorias também?

A outra pergunta: V. S^a disse que, acima de R\$30 milhões, os aditivos tinham que ser aprovados pela Diretoria-Executiva, e eu sei que isso passa por um largo processo para a aprovação do ponto de vista jurídico, do ponto de vista técnico, etc, etc, etc. Porém, o conselho da refinaria ou a diretoria da refinaria poderia propor os aditivos? Ainda que não fosse ela que os aprovasse, ela poderia propor ou é a própria fiscalização feita pela diretoria de serviços que proporia a aceitação de algum pleito para a efetivação de aditivos?

Há outra coisa que acho que seria bom, talvez, se pudesse V. S^a aprofundar. Do que eu pude acompanhar várias vezes desse debate entre Tribunal de Contas e Petrobras, sobre o que o Tribunal de Contas interpreta como preços superfaturados, uma questão me chamava atenção: a Petrobras dizia que era impossível estabelecer um comparativo entre o custo de uma obra da empresa e o custo de uma obra como, por exemplo, feita pelo DNIT, como V. S^a aqui expressou. A Petrobras, inclusive, colocava que fazia um grupo de exigências às empresas que tornava, necessariamente, mais caro o serviço. Por exemplo: exigência quanto à segurança do trabalho, exigência quanto ao tratamento aos operários – exigência de lanches, almoço, de não sei o quê, enfim... Não houve, em nenhum momento, uma iniciativa da Petrobras que abrisse o debate sobre a instituição de uma tabela específica para obras nesse campo de refinarias ou de indústrias petroquímicas?

Lembro-me de que fui Secretário de Cidades do Governo do Estado de Pernambuco, por um tempo, e várias obras de metrô tiveram de ser delegadas – a parte física, não a metroferroviária –, porque os critérios propostos pela tabela que a Caixa Econômica tem – ela tem uma – e aquilo que se fazia em uma obra metroferroviária era profundamente diferenciado. Chegou-se a um acordo com o TCU que se criasse uma tabela específica para essas obras metroferroviárias, que não sei se isso foi construído ou não. Mas, pergunto: nunca houve uma iniciativa da Petrobras para tentar produzir, em consonância com o Tribunal de Contas, uma tabela específica que pudesse pautar os preços a serem cobrados e aceitos pela Petrobras e pelo Tribunal de Contas da União?

Eram algumas das questões que gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Antes de passar a palavra para o depoente, vou suspender esta reunião por cinco minutos.

Estão suspensos os trabalhos.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

(Suspensa às 13 horas e 52 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 57 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Declaro reaberta a nossa reunião.

Com a palavra o depoente Paulo Roberto Costa.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Vamos dar sequência às perguntas que o nobre Senador Humberto Costa colocou.

Eu queria só voltar aqui, porque foi entendido pelo Presidente que eu tinha respondido, mas queria confirmar.

A pergunta 63 fala sobre se eu tinha relação com uma série de pessoas aqui, como Antônio Almeida Silva, Esdra de Arantes, Leandro Meirelles, Leonardo Meirelles, Pedro Argese Júnior e Waldomiro Oliveira. Eu não tinha relação nenhuma com eles e não os conhecia. Eu fiquei conhecendo o Leonardo Meirelles na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, porque ele passou um tempo lá. Então eu não conhecia nenhum deles e nunca tive nenhuma relação com eles, para ficar bastante claro aqui.

Em relação à 70, sobre financiamento de campanha eleitoral, pergunta se eu atuei em financiamento de campanha. Não atuei. Isso não me competia. Não era do meu, vamos dizer da, da... Nem deveria ser da minha participação na companhia.

Eu sempre, dentro da companhia, fui um técnico. E nunca deixei de ser um técnico dentro da companhia.

E aí, dentro da primeira pergunta que S. Ex^a o Senador Humberto Costa colocou, realmente, no meu tempo de Petrobras, eu assumi várias gerências no Governo anterior. No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o maior cargo que eu tive durante esse governo foi Superintendente Geral da Bacia de Campos. Então, a área mais importante da companhia, na área de produção, e eu fui gerente dessa unidade. Por que eu fui gerente dessa unidade? Pela minha capacitação técnica e gerencial. Não foi de outra maneira que eu fui. Então eu fui escolhido para ser gerente pela minha capacitação técnica e gerencial.

Em relação ao comitê de proprietários, a segunda pergunta, esse comitê de proprietários não era superior à Diretoria da Petrobras nem ao Conselho da Petrobras, porque o objetivo dela era focar em alguma discordância técnica, comercial, etc. e operacional da refinaria. Só. Então, vamos dizer, todos os assuntos que extrapolavam isso eram da Diretoria da Petrobras, não eram desse comitê.

Em relação à terceira colocação do Senador Humberto Costa, em relação à conta de padeiro, na realidade, repito aqui: a Petrobras, vamos dizer, colocou um dado em 2005 extremamente preliminar. Não deveria ter colocado esse dado. Se ela não tivesse colocado esse dado, não teria dado a polêmica. Então foi um dado muito preliminar, que não deveria ter sido divulgado. Ela pegou, como já mencionei, quanto é que custa fazer uma refinaria no Golfo do México, lá no lado americano, e fez essa conta, extremamente preliminar, que, vamos dizer, na maneira de falar, no linguajar, se considera como uma conta de padeiro, não ofendendo aqui nenhum padeiro em relação a isso, nem português.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Isso aqui, no dia seguinte ao dia em que saiu a reportagem da *Folha de S.Paulo*, na primeira ligação que me deram, disseram que eu já tinha um outro protesto, do sindicato dos padeiros, por ter feito isso. Não é menosprezar padeiro de maneira alguma, mas é um linguajar que se usa de dados muito preliminares.

Então, o erro foi que a Petrobras divulgou esse dado. E repito aqui: as grandes empresas de petróleo, quer seja na área de refino, quer seja na área de exploração, jamais divulgam esse dado, porque é um dado muito preliminar.

Em relação aos dois trens de refino da Refinaria Abreu e Lima, foram feitos dois trens porque viria petróleo da Venezuela. Se não tivesse petróleo da Venezuela, teria sido feito um trem só. A refinaria sairia mais barata? A resposta é sim, sairia mais barata a refinaria. Com os dois trens agora, a Petrobras vai ter algum prejuízo? Já pagou, então vamos esquecer isso aí.

Vai ter algum prejuízo daqui para frente? Não, porque não vem petróleo nenhum da Venezuela. Os dois trens vão ser usados para processar petróleo brasileiro. Então, em termos de flexibilidade operacional, a refinaria vai ficar muito bem servida, na hora em que tiver parada de manutenção. Quando para manutenção uma refinaria dessa, se ela tem um trem só, a produção vai a zero; se ela tem dois trens, ela vai produzir 50% da capacidade. Então, em termos de flexibilidade operacional, no final, é bom. Mas, se hoje tivesse que fazer, não se fariam dois trens, faria um trem só, porque é muito mais barato.

A Diretoria de Serviços era quem conduzia a atividade; agora, o Abastecimento era ouvido? Sim, era ouvido. Relação das empresas, a diretoria escrevia, e eles colocavam: vamos chamar aqui a empresa de A a M. Ah, mas podemos ter uma empresa N, P e Q? Sim. Então, nós éramos ouvidos, com certeza.

Na negociação final do contrato, nós éramos ouvidos. Havia uma pessoa do Abastecimento participando da comissão de licitação. Éramos ouvidos. Antes de o Diretor da Área de Serviços encaminhar o documento para a Diretoria, se os valores estavam discrepantes, nós fazíamos reunião, nós dois, com as equipes. Então, éramos ouvidos. Não estou me eximindo aqui de nenhuma responsabilidade em relação a isso, mas a condução principal, o responsável pela condução não era a Área do Abastecimento. Mas ela era ouvida? Sim.

Acima de R\$ 30 milhões, o CA da Refinaria tinha capacidade para propor aditivo? A resposta é não. Qualquer aditivo acima de valor de contrato de R\$30 milhões tinha que passar pela diretoria da Petrobras. Na realidade, a...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Pode propor? Só propor?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, nem propor, nem propor. Porque quem propunha o aditivo era quem estava à frente da obra, quem negociava com a empresa. Então, vamos dizer: o fiscal da obra, o gerente de contrato chegava lá com uma empresa qualquer, e a empresa, falava: "olha, o projeto aqui da Petrobras teve um problema aqui, teve uma falha aqui, e precisamos fazer um aditivo disso e disso". Essa negociação era conduzida, primeiramente, na obra e, depois, na sede da unidade, da



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Petrobras, na Avenida Chile, pela Área de Serviço. Essa é que era a maneira que era feita.

TCU, comparativo de custos do DNIT, exigências: Senador, eu não tenho certeza se a Petrobras fez alguma coisa no sentido de ter até a tabela negociada e tal. Eu imagino que houve alguns *inputs* da Petrobras nesse sentido, mas eu não posso afirmar que isso foi feito. Não tenho condições de afirmar neste momento, porque eu não sei. Mas seria algo extremamente positivo, porque eliminaria uma série de divergências, uma série de conflitos entre a Petrobras e o TCU. Parece-me algo extremamente inteligente, que, se não foi feito, concordo com V. Ex^a, deveria ser feito, porque é um caminho para evitar divergências. Concordo plenamente, mas não tenho certeza se foi feito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Uma última pergunta só.

V. S^a fez referência a obras que, em tese, seria uma espécie de contrapartida do Governo de Pernambuco em relação à refinaria, especialmente em Suape, e citou textualmente Suape e a Compesa. V. S^a se lembra de quanto foi esse valor? Quais foram esses contratos? Se houve algum com Suape e algum com a Compesa mesmo, algum diretamente com o Governo do Estado ou não?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Que eu me lembre, os contratos foram feitos com o Porto de Suape. Acho que não teve contato direto com o Governo do Estado. Acho que foi um contrato com o Porto de Suape, em relação a ampliar o enrocamento do porto e fazer um píer, que se chama Píer Petroleiro, especificamente para a Petrobras.

Isso foi negociado para ter uma taxa de uso do porto reduzida por um x número de anos. Mas, se não me falha a memória, os contratos foram feitos direto com o Porto de Suape e não, com o Governo do Estado. É do que eu me lembro neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria perguntar ao senhor, Dr. Paulo Roberto, porque todos nós, muito do que sabemos, até que chegue a documentação e possamos conhecer com mais profundidade os dados, aquilo que se levanta, e até para ter condições de fazer um comparativo do que vem sendo divulgado e o que realmente existe... Uma das questões divulgadas desde o início, a primeira notícia de que eu me lembro bem de ter ouvido dizia que, por um acaso, quando a sua casa foi revistada e o senhor teria sido preso, a Polícia não sabia que estava prendendo uma pessoa tão importante, uma pessoa que poderia estremecer a República, e compara o senhor a um homem-bomba. O senhor é um homem-bomba?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o depoente, Paulo Roberto Costa.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Eu não me considero homem-bomba de maneira alguma, porque, como eu mencionei anteriormente, Senadora, eu tive extremo zelo e cuidados com os assuntos da Petrobras, como não podia ser diferente, como todos os outros diretores, com certeza, assim o tiveram.

A Petrobras é uma empresa que é orgulho da Nação brasileira, deve continuar sendo orgulho da Nação brasileira. A Petrobras tem, como mencionei anteriormente, vários itens de aprovação. Então, de vez em quando sai na imprensa que o diretor resolveu incluir a empresa ou chamar a empresa A, B e C e ele assinou os contratos, ele fez isso. Isso não existe na Petrobras. Os contratos de grande valor, como são todos, praticamente todos da Abreu e Lima, são aprovados por um presidente e sete diretores. Não é um diretor que aprova. Isso é muito bom, não é? O grupo técnico da Petrobras, os técnicos da Petrobras são muito competentes. Então, vamos dizer, eu lá como diretor, na hipótese, ou qualquer diretor, de usar a caneta ou usar crachá de diretor para fazer alguma coisa errada, no dia seguinte isso já estava na imprensa. Os empregados da Petrobras, vamos dizer, a fortaleza da Petrobras é o grupo técnico da Petrobras, e por vários momentos, em vários momentos da história da companhia, esse grupo de técnicos é que, vamos dizer, conseguiu que a Petrobras crescesse e se elevasse em nível de conceito internacional. Então, não existe isso. Então, sobre a hipótese de eu ser homem-bomba, não existe nada disso.

Eu repito aqui: me colocaram num processo, que um dia a história vai esclarecer, que eu não sei por que – mas um dia a história vai esclarecer –, que eu, dentro da Petrobras, pintava e bordava, fazia o que eu queria, tinha caneta para fazer isso, e colocava dinheiro na mão do doleiro Alberto Youssef e ele fazia lavagem de dinheiro. É isso que está no meu processo. No processo da Justiça está isso. E isso não tem o mínimo fundamento. É uma ilação completa de um processo em que denegriram a minha imagem, de uma pessoa de 35 anos de companhia. Denegriram a minha família, denegriram uma série de pontos que eu realizei, que um dia, com certeza – isso a história sempre vai explicar – um dia eu vou saber por que isso aconteceu. Hoje eu não sei.

Então, não existe homem-bomba nenhum. O que eu falei aqui em relação à Petrobras, podem ir lá na Petrobras, podem pegar os documentos que quiserem, podem inspecionar a Petrobras 500 anos e vão encontrar o que eu falei. Além disso, a Petrobras tem, internamente, um órgão que todo ano faz auditoria interna. Além de ter TCU, além de ter outros vários órgãos de Governo que acompanham e fiscalizam a Petrobras, a Petrobras tem uma auditoria interna que verifica os principais contratos, que verifica as principais compras, que verifica todos os processos. Esse órgão de auditoria interna é um órgão independente dentro da Petrobras e todo ano ele faz uma série de verificações e, no final do ano, ele chega lá para a Diretoria e para o Conselho de Administração e leva: "olha, encontramos isso, não encontramos aquilo e tal". Isso é de praxe dentro da companhia.

Então, dizer que Paulo Roberto Costa comandava uma organização criminosa dentro da Petrobras é uma maluquice, é uma ilação, é um despropósito.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Eu não tenho dúvida de que no momento oportuno, dentro da Justiça, isso vai ser explicado. Não tenho dúvida de que um dia a história vai dizer por que foi feita essa maldade comigo. Eu não sei quando, mas um dia isso vai ser explicado. Principalmente, Senador, porque eu tenho muita fé, porque eu tenho muita esperança e tenho muita caridade no meu coração. Um dia isso vai ser provado. E quero que nesse dia em que seja provado essas pessoas todas que fizeram essa maldade reflitam sobre isso, porque foi uma carga muito pesada em cima de mim, muito pesada.

Obrigado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Em relação à Petrobras, quero dizer o seguinte: a Petrobras não é uma empresa sua – é claro que seu sentimento pela Petrobras é mais próximo, porque o senhor é parte desse corpo técnico. Não tenho dúvida nenhuma de que devemos tudo que a Petrobras a todos seus servidores, pela atuação de todos eles, do menor ao maior. Afinal de contas, nós somos detentores de tecnologia avançada que nenhum outro país do mundo tem em relação à exploração de petróleo, sobretudo em águas profundas. Lamento muito que nesse episódio todo muitos utilizem esses fatos para acabar com essa empresa que não é de A ou B, não é da Presidenta da República, não é do ex-presidente, não é de propriedade dos diretores, é de propriedade de todos nós e tão importante tem sido no processo de desenvolvimento nacional e muito mais importante ainda será, muito mais, em decorrência de tudo que se descobriu, em decorrência de tudo que se estudou. Eu acabo de chegar do México e vi o peso Pemex tem no México, um peso importante, Sr. Relator, Sr. Presidente e Senador. No México, as reformas que aqui já aconteceram – aliás, quando acabou o monopólio – ainda vão acontecer lá. Um país que está praticamente não só do lado dos Estados Unidos, mas que é parte do bloco e tudo mais, ainda vai promover a abertura que no Brasil já foi feita há muito tempo.

Então, lamento muito, não entendo por que se diz que a Petrobras perdeu. Perdeu? O que a Petrobras perdeu nesses últimos tempos? Perdeu competitividade? Perdeu em tecnologia? Perdeu em descoberta? Não perdeu nada, ganhou tudo. Agora, dizer que a Petrobras vale o que vale... Ela vale muito mais. Eu não sou daqueles que se orientam pelo que o mercado diz, pelo valor efetivo. Aqui a gente viu a Presidente da Petrobras e o ex-Presidente dizerem o seguinte: "Então, tudo bem, a Petrobras dizem que vale isso. Quanto valem os navios? Quanto valem as refinarias? Quanto vale isso? Quanto vale aquilo?" É muito mais do que o valor que estão dizendo que ela vale. Agora, enfim, eu gostaria muito que a gente pudesse... Mas isso é quem não está aqui, porque não elegeu isso aqui como um alvo de investigação. Aliás, todos nós estamos aqui por uma decisão também do Poder Judiciário, por uma decisão do Supremo, que determinou a instalação desta CPI. Aqui estamos cumprindo com nosso trabalho e com nosso dever, não é, Relator Pimentel e Presidente Antonio Carlos? Estamos aqui para isso. Agora, nosso objetivo é não deixar, diante dos fatos, que a história – sei lá – quando o assunto voltar daqui a dez anos que ninguém mais se lembre do que aconteceu. Então, vamos antecipar e nós vamos investigar. O que de errado aparecer vai aparecer e vai ser dito. Agora, o que não procede também tem que ser dito e tem que ser repetido. Não é?



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Eu quero fazer algumas perguntas. Acho que o Relator sempre tem sido muito completo e deixado pouco espaço para todos nós, mas as pequenas lacunas, pelo menos algumas que eu percebi, vou reforçar. Na pergunta 27, sobre as propriedades, o senhor se diz proprietário de duas empresas, a Global e a outra Sunset. Ele pergunta da data da criação, e o senhor não falou quando foram criadas.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – A Costa Global foi criada em agosto de 2012, e a Sunset deve ter sido, possivelmente, no início de 2013. Início, meados de 2013.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Criadas após a sua saída?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Todas após a minha saída da Petrobras. Eu saí da Petrobras em abril de 2012.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Uma outra questão é que a imprensa tem divulgado, com base em documentos apreendidos pela Polícia Federal – essa é uma matéria publicada há duas semanas –, que atas de reuniões do Conselho de Administração da Petrobras concluem que o plano básico de organização da Refinaria Abreu e Lima teria sido aprovado pelos conselheiros em outubro de 2008, mas só em janeiro de 2010 é que eles tomaram conhecimento do estudo de viabilidade da refinaria. Procede essa informação?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – O estudo de viabilidade da refinaria passa por quatro fases, como está dito aqui – até na pergunta 26 tem esse detalhe. A primeira fase, que se chama primeiro portão, é a avaliação muito preliminar, se vale a pena, se faz sentido fazer esse projeto. Nessa avaliação preliminar é que se tem valores preliminares, como foi divulgado no ano de 2005. E esses portões, depois, vão passando pelos outros, pelo tempo, pelos outros critérios e pelas outras avaliações.

A definição de projeto, do projeto que chegou à conclusão de ter os dois trens, com participação da PDVSA, só foi por volta de 2008 e 2009. Então, vamos dizer, para ter uma definição clara de avançar no EVTE para passar para o portão 2, passar para o portão 3, primeiro, deveria ter essa definição do petróleo da Venezuela, que foi, se não me engano, por volta de 2008. E as primeiras licitações da parte de processo se iniciaram em 2009. Então, eu diria que essa fase 3, possivelmente, foi em 2010 ou em 2011. A fase 3 só se alcançou nesse ponto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E esses são procedimentos normais? Não há nada de anormalidade nisso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Normais.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – São procedimentos que todas as empresas adotam também?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Perfeitamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Porque do jeito como foi divulgado pela matéria fica parecendo que tudo foi aprovado, sem que a Petrobras tivesse a exata noção do que estavam fazendo os seus diretores.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – No valor inicial de 2005, que é o tal de US\$2,5 bilhões, não tínhamos projeto, não tínhamos nenhuma licitação. E aí não deveria ter sido divulgado, foi um erro ter divulgado. Agora, em 2009 e 2010, já se tinha uma visão clara da refinaria. Já se tinha uma definição clara da refinaria. Então, os valores, quando foram aprovados nessa época já eram valores muito mais concretos em relação ao custo da refinaria.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sobre a pareceria com a PDVSA, havia um pré-acerto, até onde tenho conhecimento, de que a Venezuela, através da PDVSA, seria sócia desse empreendimento no Brasil, tendo a Petrobras 60%, e eles 40%, e que o inverso aconteceria num outro empreendimento que seria executado lá na Venezuela. Procede? E como está isso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Procede. A participação nossa na Venezuela seria a participação nesse campo de petróleo na faixa do Rio Orinoco, que se chama Campo de Carabobo, onde há uma reserva gigante de petróleo. Então, a Petrobras iria participar nesse campo com 40%, e a PDVSA com 60%. E, aqui, ocorreria o contrário.

Por que – repetindo aqui – a Petrobras tinha interesse em ter participação nessa área de produção na Venezuela? Em 2005, nós não tínhamos o pré-sal, e as reservas da Petrobras eram basicamente a Bacia de Campos, que estavam em declínio. Então, se nós olhássemos para frente – imagine que não houvesse o pré-sal –, as reservas da Petrobras, ano após ano, iam cair, e nós tornaríamos o País extremamente sensível à produção de petróleo.

Então, participar naquele momento de um campo gigante com 40% da reserva era algo extraordinário. Por que esse projeto da Venezuela não foi à frente? Quando a PDVSA começou a levantar os valores para fazer o desenvolvimento do campo, a perfuração, a produção desses poços e a colocação dessa refinaria – pré-refinaria, que era o chamado melhorador, para sair o óleo de 8 graus API para 16 graus API –, os valores estavam muito altos. Esse é um orçamento da PDVSA. Quando ela mandou para a Petrobras esse orçamento, a Petrobras viu que os valores estavam muito altos. E, quando a Petrobras fez o seu EVTE com os valores da PDVSA, chegou à conclusão de que esse empreendimento teria retorno negativo, que não era viável. Então, a Petrobras abriu mão de participar desse campo lá, porque os valores não estavam compatíveis com o retorno que a Petrobras esperava do investimento.

Em paralelo, quando isso foi fluindo no tempo, descobriu-se o pré-sal, mais um motivo para não participar lá, porque aí já tínhamos o pré-sal na mão e não íamos participar de um projeto que tinha retorno negativo.

Então, desses convênios todos que foram firmados em 2005, na ida nossa em 2005 à Venezuela, o único que sobreviveu foi a Refinaria Abreu e Lima, até pouco tempo atrás, quando a Petrobras, então, decidiu encerrar de vez a participação da PDVSA e incorporou a Refinaria Abreu e Lima dentro da Petrobras e acabou com a RNEST S.A. Isso foi agora, recente, feito pela Presidente Graça.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) –
Permita-me.

Quer dizer, a decisão da PDVSA de não participar da Petrobras foi, então, da Petrobras e não da PDVSA, pelo seu esclarecimento.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – A PDVSA tinha alguns marcos em que ela tinha obrigação de aportar recursos, porque a previsão era de que ela participasse com 40% da refinaria. Então, ela tinha marcos – ano tal, tem que aportar tanto; ano tal, aportar tanto; ano tal, aportar tanto. Infelizmente, em momento nenhum, ela honrou os compromissos. A Petrobras até postergou várias vezes, fez aditivos de prazo, para dar chance de a PDVSA aportar recurso. Talvez por problemas internos na Venezuela, não me cabe aqui agora opinar, mas acho que a PDVSA ficou carente de recursos para aplicar e aí a Petrobras, vamos dizer, falou: "Bom, PDVSA, você não vai entrar, não entrou até agora, não vai entrar mais. Vou acabar com a RNEST S.A. e vou incorporar essa Refinaria Abreu e Lima dentro dos ativos da própria Petróleo Brasileiro S. A.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu quero voltar, Dr. Paulo, para os itens 56 e 58. Considero delicado e acho que é muito importante que tudo esteja esclarecido, porque são dados muito fortes, na minha opinião.

O senhor falou que, dos R\$762 mil que estavam em sua casa, estavam declarados ao Imposto de Renda porque se tratava de um empréstimo.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Perfeitamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Por que pagar em espécie?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Ahn?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Por que pagar em espécie?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, vamos dizer, eu não tinha dinheiro dentro lá da minha empresa, no escritório, não tinha dinheiro. Então, esse dinheiro, me foi feito esse mútuo e eu coloquei esse dinheiro dentro de casa porque eu tinha pagamento de impostos, pagamentos de uma série de coisas que eu fazia por isso.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E não podia fazer por via bancária, pagamento bancário?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Podia, mas não tem nada que me impeça de ter dinheiro na minha casa. Então, eu tenho esse empréstimo, esse mútuo com o Marcelo Barbosa, está na minha declaração de Imposto de Renda, está na declaração dele. É um dinheiro que eu resolvi ter em casa e, infelizmente, a polícia foi lá e levou.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E quanto aos outros recursos em moeda estrangeira? Estava o seu quantitativo em real declarado no seu Imposto de Renda?



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, dólar não tinha declaração. Esse dólar foi dólar que acumulei durante minha vida toda dentro da Petrobras e que comprei, como vários brasileiros têm guardado dólar em suas casas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sem declaração de Imposto de Renda.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, não tinha declaração.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Já concluindo, é algo que não foi feito pelo Relator: há alguns dias também a imprensa publicou um possível vínculo de V. S^a com a empresa Value Partners, que detém contratos com uma empresa, acho que é a Petrobras Distribuidora, e também com o Ministério do Esporte. Procede essa informação de que o senhor tinha documentos dessa empresa em seus computadores?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Esse assunto até me causou surpresa. Eu até trouxe aqui o portfólio dessa empresa Value Partners e trouxe aqui dois *e-mails* que foram trocados pela Costa Global e essa empresa. O responsável por essa empresa aqui no Brasil, o nome é Rogério Carvalho, entrou na página da Costa Global na internet e pediu para marcar uma reunião. Vou ler o *e-mail* aqui; depois, se houver interesse, posso deixar esse *e-mail* aqui com vocês, não tem problema. Esse *e-mail* é datado de 26 de novembro de 2012. Repito, eu não estava mais na Petrobras, eu era uma empresa de consultoria.

*Prezado Paulo, espero que esteja tudo bem com você.
Gostaria de agendar um encontro para me apresentar e apresentar a minha empresa Value Partners, que tem atuação forte na área de óleo e gás, private equity e merger and acquisitions.
Meu número de contato é [...].*

E foi marcada uma reunião. Essa empresa é uma empresa internacional que tinha interesse de, aqui no Brasil, entrar na área de petróleo e gás, de blocos a serem leiloados pela Agência Nacional do Petróleo ou de blocos existentes, já em produção.

Tivemos uma reunião. Não cheguei a fechar contrato com eles. Não tenho contrato com eles. Tivemos uma reunião. Ele explicou os interesses que ele tinha. Não conseguimos levar nenhum assunto adiante. E acabou a relação. Então, ele chegou à Costa Global pelo meu *site* na internet. Marcamos uma reunião. E o interesse dele está na área de óleo e gás. Agora, a relação...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O senhor conhece esse Rogério Carvalho?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – O nome dele é...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É Rogério Carvalho, que é o gerente...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – É Rogério Santos.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É Rogério Carvalho dos Santos. O senhor o conhece?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Ele esteve comigo na reunião, para mostrar o interesse que ele tinha na área de investimentos de óleo e gás.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas o senhor o conhecia antes desse episódio?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, não. Ele entrou no *site* da Costa Global. Está no *e-mail*, como eu lhe falei, de 30 de novembro, ou melhor, de 26 de novembro de 2012. E agendamos uma reunião a partir de 30 de novembro de 2012. O interesse dessa empresa para a Costa Global eram ativos da área de petróleo e gás.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas a notícia que eu li era a de que o senhor detinha documentos em relação a essa empresa Value. O senhor teria documentos relativos ao contrato que ela tem com o Ministério do Esporte, relativos a valores, a planilhas. Isso procede?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Eu não me lembro disso. A Polícia Federal, na minha casa, pegou, se não me engano, 36 *pen drives*. Em mais de 90% desses *pen drives*, havia apresentação de empresas e assuntos meus quando participei da Petrobras.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O senhor conhece esse senhor chamado Alberto Antonioli?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nunca ouviu dele falar?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, não o conheço.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E Moacir Galo?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Hã?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Moacir Galo.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Também não. Estou aqui com os dois cartões das pessoas que tiveram comigo da Value Partners: Rogério Santos e Valerio Fallucca. Dos dois que estiveram comigo estão aqui os cartões.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nada além disso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada além disso, nada além disso.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É que eu li que o senhor também teria participação... Foi divulgado que o senhor teria uma possível participação nessa empresa e que estaria fazendo contratos com o Ministério do Esporte. O que o senhor diz?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Olha, é outra criatividade e ilação da Polícia Federal. Pode pesquisar também à vontade esse assunto, pode aprofundar esse assunto, que ele não tem exatamente nada comigo. Agora, se ele deixou



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

lá um *pen drive* e nele havia outras informações, não sei lhe dizer, não sei lhe dizer. Agora, ele foi me procurar exatamente para isso.

Essa empresa é uma empresa internacional. Está aqui: ela tem escritório em Buenos Aires, em São Paulo, em Londres, em Milão, em Roma, em Istambul, em Beijing, em Xangai, em Hong Kong e em Cingapura. É uma empresa internacional. Qual a minha relação e a dela com o assunto Ministério dos Esportes? Nenhuma. Pode aprofundar, que vai ver que minha relação lá é zero. Qual a minha relação?

Também saiu na imprensa que ela teria alguma relação com a Petrobras Distribuidora. Não sei! Não conheço. Aí tem de chamar o Presidente da Petrobras Distribuidora aqui para explicar. Não sei qual é o assunto.

Comigo tivemos essas reuniões para ver investimentos na área de petróleo e gás, e nada foi feito. Nem contrato cheguei a assinar com ele.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Rodrigues, cumprimento o Relator, Senador José Pimentel, pela qualidade das perguntas formuladas aqui. Acredito que o tenha feito de maneira muito completa, dando oportunidade ao Sr. Paulo Roberto Costa para esclarecer uma infinidade de pontos.

Noto, Sr. Paulo Roberto Costa, que o senhor entrou em 1977 na Petrobras, onde trabalhou por 35 anos. Saiu de lá no dia 27 de abril de 2012. E, conforme o Senador Humberto Costa ressaltou, o senhor já havia assumido postos de direção na Petrobras, inclusive, nos anos 1999/2000, como Diretor da Petrobras Gás, portanto no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e também como Gerente Geral de Logística da Unidade de Negócios e Gás Natural da Petrobras, em 2001, até iniciar o governo do Presidente Lula, quando continuou o seu trabalho de carreira e de confiança na Petrobras.

Quando um diretor é demitido, como ocorreu em 27 de abril de 2012, esta foi uma decisão, imagino, da Presidenta da Petrobras, que deve tê-la comunicado ao senhor. Portanto, a Presidente Graça Foster, acredito, deve ter tido um diálogo com o senhor em que ela expôs que teriam chegado a ela informações tais que a levaram a uma decisão muito grave, para quem, por 35 anos, havia colaborado com a Petrobras.

Fico imaginando que, se nada desses episódios estivessem sendo objeto até dessas duas Comissões Parlamentares de Inquérito, uma no Senado e outra mista, nós estaríamos, a essa altura, muito animados com tudo que ocorre na história da Petrobras, especialmente nesses anos. O Presidente Lula, ainda em seu governo, disse, certo dia – e fiquei impressionado, como todos os brasileiros –: "Parece que Deus é brasileiro. Veio morar no Brasil. Ajudou o Brasil a encontrar, no fundo do Oceano Atlântico, na camada pré-sal, extraordinária reserva petrolífera que vai ajudar os brasileiros a erradicar a pobreza absoluta, prover a educação, boa assistência à saúde,



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

desenvolvimento tecnológico, científico, cultural", todos os objetivos que estão expressos pela Presidenta Dilma e que têm sido objeto de debate.

Mas, hoje, nós estamos aqui procurando esclarecer tais episódios que, de alguma maneira, machucam todos. Quando, aqui, Senadores da oposição estão a dizer que a Petrobras foi transformada num lugar de malfeitos e tal, isso preocupa os brasileiros e nós, Senadores.

Eu gostaria de lhe perguntar: no dia em que a Presidenta Graça Foster disse que se via na iminência de tomar essa decisão grave – imagino que ela tenha tido, por muitos anos, uma ótima relação com o senhor –, como foi o diálogo? Teve o senhor a oportunidade de dizer: "Todas essas coisas que a senhora está me dizendo eu vou esclarecer ponto a ponto"? Tal como o senhor hoje aqui afirmou que nenhum dos fatos atribuídos ao senhor, que poderiam, eventualmente, ser qualificados, e acredito que o seu advogado... Permita-me lhe perguntar o nome.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nelio Machado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Dr. Nelio Machado. Pelo que o senhor aqui nos transmitiu hoje, tudo aquilo que a Polícia Federal, inclusive na Operação Lava-Jato, atribuiu ao senhor, levando-o à prisão preventiva e deixando-o 59 dias lá, foi porque a Polícia Federal estava persuadida de que o senhor teria cometido faltas graves. Pelo que o senhor aqui nos transmite na data de hoje, cada um dos pontos, tão bem levantados pelo Relator, Senador José Pimentel, estão sendo explicados. E, na sua concepção, e acredito que na do Dr. Nelio, não caracterizaram crimes ou malfeitos.

Eu gostaria também de lhe perguntar: na Polícia Federal, o senhor mencionou que uma delegada o levou, acompanhada de outro membro da Polícia Federal, da sua casa para a Polícia, e que ela o arguiu. O senhor mencionou que, logo ao chegar, já prestou depoimento. E eu imagino que nesses 59 dias em que permaneceu preso o senhor teve a oportunidade também de esclarecer muitas outras vezes cada um desses pontos, e outros talvez. E eu gostaria de lhe perguntar também: quais foram os delegados Polícia Federal que o arguiram? Foi sempre o mesmo? Ou a mesma delegada? E essa delegada, ou delegado, da Polícia Federal, na sua compreensão, já está completamente ciente dos esclarecimentos? E será que estaria propenso o delegado, ou a Polícia Federal ou o Ministro da Justiça, responsável maior, a dizer: "Olha, fomos levados a achar que ele havia cometido crimes, mas agora, diante dos esclarecimentos, das provas materiais, chegamos já a outra conclusão"? O senhor teve alguma indicação de que os delegados da Polícia Federal que o têm indagado – se foi uma ou mais do que uma pessoa – já estão próximos de chegarem a essa conclusão ou o senhor acha que vai precisar ainda de muito esclarecimento?

Eu gostaria, sinceramente, de estar aqui lhe perguntando sobre como é que vão ser utilizados os recursos do pré-sal. Imagino que o senhor tenha acompanhado os debates que se fizeram no Congresso Nacional sobre como é que os recursos do pré-sal poderão ser utilizados. Eu, por exemplo, estou lendo aqui um livro da história do Fundo Permanente do Alasca, que há 30 anos paga um dividendo igual aos hoje mais de 700 mil habitantes do Alasca e fez do Alasca, depois de ser, em 1980, o mais desigual



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

dos 50 Estados norte-americanos, 30 anos depois dessa experiência, se tornar mais igualitário, com o menor Coeficiente de Gini. Eu imaginaria poder estar lhe perguntando sobre estas questões: como é que o pré-sal, a riqueza do pré-sal vai beneficiar a todos nós e qual seria a melhor forma? Quem sabe o senhor possa, embora este não seja o assunto.

Mas, enfim, essas são as minhas indagações e reflexões.

Eu até quero lhe dizer que eu gostaria muito que o senhor tivesse a mais completa oportunidade, o mais legítimo direito de defesa. Aqui, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, acredito, esteja lhe dando uma oportunidade ainda maior. Foi bom o senhor ter dado a entrevista à *Folha*, mas, hoje, a imprensa inteira, no Brasil, o escuta. Se falta ainda algum esclarecimento de algo que perdura como dúvida, que o senhor avalie como importante aqui fazer.

Por favor, aproveite esta oportunidade, seja para esclarecer à própria Presidenta Graça Foster, que, no dia 27 de abril de 2012, disse que, imagino, precisava...

É por isto que lhe pergunto: o senhor pode nos dizer como foi aquele diálogo e se ela, então, disse: "Eu espero que possa esclarecer inteiramente todos esses pontos", até para que a sua história, a sua imagem perante sua família, seus amigos e todos nós brasileiros seja modificada, tendo em conta o próprio sofrimento humano que o senhor nos descreveu que tem passado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o depoente, Paulo Roberto Costa.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Positivo. Eu acho muito importante a sua colocação, Senador, em termos de esclarecimento.

Eu vou responder cada ponto aqui, mas eu queria colocar aqui, novamente, que a Petrobras não é uma empresa bandida e que a Petrobras não tem bandidos nos seus quadros. Isso tem que ficar muito claro. Essa ilação de que a Petrobras criou dentro dela e na minha pessoa uma organização criminosa não tem sustentação, e uma hora isto vai ser esclarecido. A Petrobras é uma empresa séria e chegou aonde chegou pela competência dos seus quadros. Como eu falei, a Petrobras tem vários níveis de aprovação, tem auditoria interna, tem TCU, tem não sei o quê... Então, o que estão dizendo hoje da Petrobras, que ela seria uma organização criminosa e que eu seria o líder da organização criminosa, é uma falácia, e isto vai ser esclarecido no momento oportuno. E eu quero ver, no momento em que isto for esclarecido, como é que vai ficar essa história neste País, porque a Petrobras nunca foi, não é e, tenho certeza, nunca será uma empresa bandida, como tem sido colocado nestes últimos tempos. Este é o primeiro ponto.

Segundo ponto. Quando há uma mudança de Presidente, normalmente mudam-se os diretores. Quando eu entrei na diretoria, eu tinha 5 gerentes executivos, e mudei todos os 5 gerentes executivos, não por desleixo, por incompetência, mas para mudar por pessoas em que eu tinha mais confiança, com quem eu tinha mais relação, com que eu tinha mais condição de trabalhar.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Quando a Presidente Graça assumiu, nós tivemos... Entre a saída do Gabrielli e a chegada dela, o primeiro diretor que saiu, que entrou em 2003, até antes de mim, foi o Diretor Guilherme Estrella. Ele saiu. Prestou serviço lá e saiu. Quando a Presidente Graça, que era Diretora de Gás e Energia, assumiu a Presidência, ela colocou um novo Diretor de Gás e Energia. Então, tivemos, nesse período, um novo Diretor de AIP, que hoje é o Formigli, um novo Diretor de Gás e Energia, que é o Alcides. O Diretor da Área de Serviços, que era o Renato Duque, saiu, e hoje quem está no lugar dele é o Figueiredo. O Diretor Renato Duque saiu no mesmo dia em que eu saí. Então, saiu o Paulo Roberto, saiu o Renato Duque, saiu o Guilherme Estrella, saiu a Graça, entrando o Alcides no lugar dela, e, mais um pouquinho à frente, saiu o Diretor da Área Internacional, que era o Zelada. Então, quando a Presidente Graça assumiu, houve uma mudança nos diretores, o que é hipernormal. Eu não nasci diretor e, graças a Deus, não morri diretor, porque sei que aquela cadeira era temporária. Eu não seria diretor eternamente. Então, vamos dizer, não foi o Paulo Roberto que saiu; saiu o Duque, saiu o Estrella, saiu o Zelada, os diretores saíram para uma nova gestão.

Como me foi comunicada a minha saída como diretor? O que vou falar aqui pode ser comprovado pelas pessoas. Eu estava dando uma palestra na Federação das Indústrias do Ceará. A Presidente Graça me ligou. Eu estava no meio da palestra e um assistente meu me falou: "A Presidente quer falar com você". Eu falei: "Depois que eu acabar a palestra, eu ligo. Não posso interromper a palestra agora". Acabei de dar a palestra e liguei para ela. Ela falou: "Paulo, eu queria que você passasse em Brasília para conversar com o Ministro Edison Lobão". "Sem problema". "Dá uma conversada com ele lá porque ele quer conversar com você". Nenhum problema. A relação de um diretor da Petrobras com o Ministro de Minas e Energia é total, a integração é total.

Aí, no dia seguinte, peguei um avião de Fortaleza para Brasília e fui ao gabinete do Ministro às seis horas da tarde. O Ministro me falou: "Paulo, é o seguinte: nós estamos tendo uma mudança e aí o ministro me falou: "Paulo, é o seguinte: nós estamos tendo uma mudança de gestão na Petrobras. E, sempre que há mudança de gestão, há mudanças na diretoria. Nós resolvemos que precisamos ter uma nova pessoa na Diretoria de Abastecimento." Eu falei: "Ministro, sem problema. Não há nenhum problema. Eu entendo isso." E o ministro falou – pode chamá-lo aqui, que ele vai confirmar –: "Eu gostaria que você fizesse uma carta de demissão." Eu disse: "Nenhum problema, eu faço."

No dia seguinte – isso foi numa quarta-feira –, na quinta-feira, eu cheguei à Petrobras logo cedo, preparei a minha carta de demissão para entregar para a Presidente Graça, fui à sala dela, entreguei a carta de demissão, e ela não me falou nada que me desabonasse; nada! Falou: "Paulo, é assim mesmo. Quando muda a gestão, muda a diretoria." E assim foi feito.

Particpei com o engenheiro Duque, que era o Diretor da Área de Serviço, da última reunião de diretoria – porque a Petrobras sempre se reunia na quinta-feira –; participamos ainda como diretorias da reunião de Diretoria da quinta e, na sexta-feira, ia haver a reunião do Conselho de Administração. Quem nomeia e quem destitui um diretor da Petrobras é o Conselho de Administração, não é a Presidente da Petrobras.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

Então, na reunião do dia seguinte, o Conselho de Administração destituiu Paulo e o Duque, e nomeou Figueiredo e nomeou o que era meu gerente executivo de refino, o Cosenza. Então, quem me substituiu era um gerente da minha equipe, que era o gerente responsável por todas as refinarias da Petrobras, que hoje é o atual diretor de abastecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Continua?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Continua.

Então, vamos dizer, na hipótese: "O Paulo fez muita coisa errada, não sei o que e tal." Então, a responsabilidade não é só de Paulo, mas da equipe de Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – É da equipe que está lá.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Quem me substituiu? O meu gerente da área de refino é que está lá.

E podem questionar a presidente Graça, o Ministro Lobão, porque a história foi exatamente esta: entreguei minha carta de demissão, participei da última reunião, nos despedimos nessa reunião, não participei da reunião do Conselho no dia seguinte, porque fui reunir os meus bens pessoais, minhas coisas e tal.

Separei tudo, a minha caixinha, porque eu já era aposentado. Eu estava aposentado da Petrobras desde fevereiro. Eu era diretor, mas já aposentado. Reuni as coisas, fui para casa. Na segunda-feira – eu já tinha conversado com o Cosenza –, fui lá conversar com ele, fazer a passagem de serviço, embora ele conhecesse praticamente tudo da diretoria. Fiquei lá umas duas horas conversando com ele e fui para casa. Essa página da minha vida na Petrobras eu virei e comecei uma nova vida. Então, foi dessa maneira que eu saí da companhia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – E sobre a indagação dos delegados da Polícia Federal?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Isso.

Na realidade, eu dei dois depoimentos no Rio de Janeiro. No primeiro depoimento, me foi perguntado sobre a Abreu e Lima. Está lá no depoimento: "Você é que superfaturava contrato. Você isso, você aquilo. A sua ligação com Youssef e tal." Essa peça de ficção que foi montada. Esse foi o meu primeiro depoimento.

Fui para casa; isso foi numa segunda-feira. Na quarta-feira, eles voltaram lá e me levaram preso.

Fiz o segundo depoimento: "Por que a família foi ao escritório?" Expliquei tudo para eles, como expliquei para vocês.

Tive dois depoimentos na Polícia Federal. Fui para Curitiba. Nesse período todo em que estava em Curitiba, a orientação jurídica que eu tive por parte dos meus advogados é de que eu não deveria dar nenhum depoimento preso. Eu posso dar um depoimento em liberdade, mas preso eu não devo dar depoimento nenhum. E assim eu fiz. Fiquei calado, não tive nenhum depoimento a mais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Portanto, hoje é a primeira vez que tem a oportunidade de explicar.



Senado Federal

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – É. A primeira vez que eu falei com a imprensa foi com a *Folha de S.Paulo*, e esta é a segunda vez que estou falando. Não falei mais com ninguém.

O processo dessa operação toda está hoje no Supremo. Então, saiu de Curitiba, está no Supremo. Repito aqui: nem entendi por que eu fui para Curitiba, já que eu não tinha negócio nenhum em Curitiba. Eu acho que é outro erro. Mas hoje o processo está no Supremo.

Senador, gostaria muito de falar sobre o pré-sal com o senhor, de falar sobre o futuro do Brasil. Mas quem sabe um dia...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Haverá oportunidade.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Haverá oportunidade, e eu acho que o homem lá de cima vai nos auxiliar para que um dia nós tenhamos uma comunicação muito mais amena, muito menos desgastante do que a que tivemos no dia de hoje.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, em especial, do nosso Relator, com as suas 70 perguntas, esclarecendo que a data da próxima reunião será marcada oportunamente pela Presidência da Comissão.

Declaro encerrada a reunião. Tenham todos uma boa tarde.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.)

Senador Vital do Rêgo
Presidente